



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE HUMANIDADES

UNIDADE ACADÊMICA DE LETRAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGEM E ENSINO

ANDERSON LINS RODRIGUES

**O DISCURSO SOBRE A LÍNGUA NO ENEM: ESTRATÉGIAS DE
CONTROLE/REGULAGEM DA HETEROGENEIDADE**

Orientador: Professor Doutor Washington Silva de Farias

CAMPINA GRANDE – PB

2014.

ANDERSON LINS RODRIGUES

O DISCURSO SOBRE A LÍNGUA NO ENEM: ESTRATÉGIAS DE
CONTROLE/REGULAGEM DA HETEROGENEIDADE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino da Universidade Federal de Campina Grande como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Linguagem e Ensino.

Orientador: Professor Doutor Washington Silva de Farias

CAMPINA GRANDE – PB

2014.

ANDERSON LINS RODRIGUES

O DISCURSO SOBRE A LÍNGUA NO ENEM: ESTRATÉGIAS DE
CONTROLE/REGULAGEM DA HETEROGENEIDADE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino da Universidade Federal de Campina Grande como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Linguagem e Ensino.

Este trabalho foi apreciado pela Banca Examinadora em / de 2014.

Banca Examinadora:

Professor Doutor Washington Silva de Farias - UFCG
Orientador

Professor Doutor Aloísio de Medeiros Dantas - UFCG
Examinador

Professora Doutora Maria de Lourdes da Silva Leandro - UEPB
Examinadora

CAMPINA GRANDE – PB

2014.

Aos meus professores. Todos! De ontem, hoje e os que ainda virão...
A minha gratidão e a convicção de que, com vocês, está sendo (e
será) possível ir mais longe, entender mais e melhor sobre a vida,
bem como fortalecer a certeza de que, dia após dia, se faz
necessário compreender o *compreender* do outro.

Obrigado sempre!

“É portanto por amor que alguém se torna ‘louco pela língua’: por amor e inicialmente por apego primeiro ao corpo da mãe, quando sua insistência toma a forma de uma amor da língua-mãe ou da língua materna.” (GADET; PÊCHEUX, **Os homens loucos por sua língua**).

RESUMO

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) surge na década de 1990 em meio a um contexto de mudanças sócio-políticas que atribuem peso significativo à educação como instrumento de qualificação profissional. Para tanto, através do ENEM, objetiva-se avaliar alunos oriundos do ensino médio. Atualmente, além de possibilitar a certificação desse nível de ensino, o exame também é um instrumento de ingresso em muitas universidades. Ao considerar a sua abrangência, que mobiliza aproximadamente 6 milhões de participantes e, possivelmente, influencia a prática de muitos professores, nos propomos a compreender, à luz da Análise de Discurso de linha francesa: *Que estratégias discursivas de controle/regulagem da língua e de sua heterogeneidade sustentam o funcionamento polêmico do discurso sobre a Língua Portuguesa no ENEM?* Pressupondo que há uma relação tensa entre discursos constituindo o discurso do nosso *corpus*, estabelecemos como Objetivo Geral: *Analisar como se constitui o discurso sobre a língua e sua heterogeneidade em questões de Língua Portuguesa do ENEM.* Os objetivos específicos são: Identificar as discursividades teóricas que constituem o discurso das questões do ENEM sobre a língua e sua heterogeneidade; Reconhecer os efeitos de sentidos sobre a língua e sua heterogeneidade nos diferentes “espaços de significação” dessas questões; e Discutir como tais efeitos de sentidos sustentam uma política de controle/regulagem da língua e de sua heterogeneidade. Na tentativa de alcançar tais objetivos, tomamos como unidades de análise questões de Língua Portuguesa das edições de 2009 a 2013 do exame. Para consecução dos objetivos, recorreremos, como dispositivo teórico-metodológico, à Análise de Discurso. Essa opção deve-se ao fato de acreditarmos que as representações acerca da língua podem ser mais bem compreendidas se lançarmos mão de alguns postulados da perspectiva discursiva. Diante de um exame de avaliação do ensino médio de caráter nacional e que (re)produz imagens sobre a língua, nossa pesquisa se justifica diante da necessidade de compreender criticamente os processos de significação que constituem os discursos e suas filiações de sentido a partir da análise de discursividades sobre as relações entre heterogeneidade/homogeneidade linguística. Dentre as principais conclusões da investigação empreendida, constatamos que, ainda que pretendendo encerrar imagens heterogêneas da língua, o discurso sobre a língua nas provas do ENEM é tenso, conflituoso e perpassado por discursos que representam língua/heterogeneidade a partir de relações conflitantes calcadas em um jogo de/entre sentidos *unitários/diferentes*. Há, portanto, um atravessamento de sentidos no/para o funcionamento polêmico do discurso sobre a Língua Portuguesa no exame.

Palavras-chave: ENEM. Língua Portuguesa. Controle/Regulagem. Heterogeneidade. Discurso.

ABSTRACT

ENEM (*Exame Nacional do Ensino Médio*) was an exam created in the 1990s amidst a socio-political transformation context that attributed significative weight to education as an instrument of professional qualification. For such, through ENEM, high-school students are evaluated. Nowadays, besides certifying the completion of this education level, the exam is also an instrument of access to many universities. Considering its reach, which mobilizes approximately six million participants and possibly influences the practice of many teachers, we propose to understand, according to a French-focused Discourse Analysis: *What control/regulation of language and its heterogeneity's discursive strategies maintain the Portuguese Language polemic discourse running in ENEM?* Assuming that there is a tense relationship between discourses composing the discourse of our *corpus*, we established as General Objective: *Analyzing how the discourse about language and its heterogeneity is constructed in ENEM's Portuguese Language questions.* The specific objectives are: Identifying the theoretical discourses that constitute ENEM's questions about language and its heterogeneity; Recognizing the meanings' effects about language and its heterogeneity in the different "signification spaces" of these questions; and Discussing how these meanings' effects maintain a control/regulation of language and its heterogeneity's policy. In the attempt to reach these objectives, we took as analysis units Portuguese Language questions from 2009 through 2013 editions of the exam. To achieve our objectives, we resorted to Discourse Analysis as a theoretic-methodological tool. This option was made because we believe that language representations can be better comprehended if we resort to some discourse-perspective postulates. In face of a national high-school evaluation exam that (re)produces images about language, our research is justified because of the need to critically comprehend the signification processes that constitute the discourses and its meanings' filiations when analyzing the discourse relationships between language heterogeneity/homogeneity. Among the main conclusions of the investigation perpetrated, we noticed that, albeit intending to enclose heterogenic images of the language, the language discourse in ENEM exams is tense, conflictual, and pervaded by discourses that represent language/heterogeneity from conflictual relationships trampled on a game of/between *unitary/different* meanings. There is, thus, a meaning crossing in/from the polemic discourse running about Portuguese Language in the exam.

Key words: ENEM. Portuguese Language. Control/Regulation. Heterogeneity. Discourse.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
2.1 UMA REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE A PRODUÇÃO DOS SENTIDOS À LUZ DA ANÁLISE DE DISCURSO (AD)	20
2.2 AD: caminhos teóricos para entender a fluidez na/da língua	26
2.3 A representação da língua e de sua heterogeneidade no jogo entre a <i>unidade e a diferença</i>	29
2.3.1 O Imaginário Tradicional de Língua	35
2.3.2 Estruturalismo, Ciência e Imaginário Linguístico	42
2.3.2.1 A interpretação de Pêcheux ao Estruturalismo	48
2.3.3 O imaginário Dialógico da linguagem	53
2.3.2 As “Normas da Língua” enquanto espaços do Discurso Heterogêneo na Sociolinguística	57
3 DIRETRIZES METODOLÓGICAS	63
4 ENTRE A UNIDADE E A DIFERENÇA – UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DE CONTROLE/REGULAGEM DOS SENTIDOS DA LÍNGUA E DE SUA HETEROGENEIDADE NO ENEM	73
5 Para efeitos de Conclusão	128

6 REFERÊNCIAS	133
7 ANEXOS	136

1 INTRODUÇÃO

Em meados da década de 1990, o Brasil está inserido em um contexto de mudanças sócio-políticas desencadeadas pela intensa urbanização, expansão do sistema educacional e pelo desenvolvimento tecnológico. Tudo isso converge para a necessidade de atribuir um peso significativo à educação enquanto instrumento qualificador da mão de obra necessária ao novo mercado de trabalho. É nesse cenário que vemos surgir o desenvolvimento de políticas de Estado para a educação do país, dentre elas: o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Nesse contexto político de atuação do Estado, é possível perceber que o ENEM é o resultado da “(re)adequação” de um país cada vez mais urbanizado a imperativos do cenário mundial globalizado que, entre outras coisas, exigia uma sociedade organizada em torno da informação e da tecnologia e que, dessa forma, pudesse enfrentar - por meio da universalização da educação - o analfabetismo, a gritante desigualdade social e o desemprego.

É necessário sublinhar que a atuação estatal na constituição de políticas educacionais, sejam elas de avaliação e/ou de ensino, acontece por meio de diretrizes e documentos oficiais, como a Matriz de Referência do ENEM¹. Esses documentos funcionam na sociedade como um currículo, na medida em que propõem abordagens educacionais que orientam a prática escolar e docente por meio da difusão de conhecimentos e ideologias. Essa conjuntura político-social, inevitavelmente, fortalece

¹ Documento instituído pelo MEC com o propósito de orientar a política de constituição/formulação das questões do exame. A partir de 2009, com o lançamento dessa Matriz de Referência, “surge” o novo ENEM.

o controle do Estado na/para a educação. Consideramos, nessa discussão, sobretudo, a educação linguística.

No bojo dessas reflexões, interessa-nos, sobretudo, o tema da *heterogeneidade linguística*, na medida em que entendemos que é possível estabelecer relações entre essa questão e a formulação de políticas estatais sobre o ensino e a avaliação de língua.

Em busca de discutir essas possíveis relações, propomos pensar que os discursos a respeito da *heterogeneidade linguística* funcionam no interior de uma sociedade como uma tática de governo e uma “razão” do Estado, visto que o conhecimento das “várias línguas” caracteriza uma necessidade de administrar e conduzir o *outro*. Explicando melhor: acreditamos que o conhecimento sobre a heterogeneidade linguística se insere no contexto de uma lógica estatal enquanto necessidade de saber sobre a diversidade de elementos sociais - variados e heterogêneos – que, em seu conjunto, estruturam uma sociedade, inclusive a(s) língua(s) em que versam os “seus” sujeitos falantes.

O Estado, de acordo com essa raciocínio, abarcou as línguas “como algo a ser mobilizado, destrinchado e sistematizado, segundo certos procedimentos de poder, tendo como objetivo tanto a sua [da língua] descrição como a pedagogização. A esse respeito, Silva (2007) reflete que a gestão estatal da língua tem o objetivo precípua de regular as práticas languageiras e as forças sociais em jogo, uma vez que a disciplinarização do sujeito em seus trajetos de memória são imprescindíveis à criação de um País, de uma Nação, de um Estado. A autora diz ainda:

Desde o início, a administração da heterogeneidade linguística, das coisas a saber do e sobre o Novo Mundo se coloca em condição necessária para cristianizar-escravizar-colonizar, para a produção de um real natural-social-

homogêneo em que o homem significa e se significa em memórias distintas. Uma política de sentidos. (SILVA, *op. cit.*, p. 142).

Chamamos a atenção, inclusive, para o fato de os discursos acerca da heterogeneidade linguística integrarem alguns documentos oficiais. Como exemplo, podemos citar: a Constituição Federal de 1988 que, em um mesmo gesto, promove o português como língua oficial e reconhece o direito de as comunidades indígenas utilizarem suas línguas; os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Língua Portuguesa, que reconhecem a heterogeneidade linguística e recomendam a sua abordagem em sala de aula, desde a década de 1990, quando teve início a sua divulgação; o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2011, que propõe que o ensino de português garanta ao aluno a compreensão da heterogeneidade linguística e o convívio com a “diversidade” dialetal.

A propósito da formulação e propagação desses dois últimos documentos, é pertinente dizer que representam uma mudança de paradigma no ensino e na avaliação de língua, uma vez que buscam se distanciar das perspectivas conteudistas e tecnicistas, quando propõem uma abordagem que privilegie o domínio de competências e também por conceituarem a língua como uma atividade sociointeracional e histórica.

Dito isso e considerando essa breve discussão que contempla a problemática da heterogeneidade da língua e sua relação com políticas estatais que incidem sobre a educação linguística, propomos pensar o ENEM como um suporte/veículo do discurso do Estado, que, também por intermédio desse instrumento, reclama, para si, a questão da língua nacional. De acordo com esse raciocínio, o Estado, por meio do

ENEM, trama uma política de significação para a/da língua, o que, por sua vez, irá constituir efeitos de sentidos sobre saber/não-saber língua.

Nesse contexto, entra em cena o saber científico da Linguística para justificar a discursividade estatal sobre o que e como ensinar língua e, decorrente dessa relação, o que e como avaliar o conhecimento linguístico. Em outras palavras, o Estado constitui “sua” discursividade ou “seu” imaginário sobre a língua na medida em que se articula com o discurso da Linguística, absorvendo o ponto de vista das teorias linguísticas numa relação de representação, legitimação e institucionalização (LAGAZZI-RODRIGUES, 2007).

Essa representação estatal da língua, então, se filia a sentidos engendrados pelas teorias linguísticas, que trazem consigo implicações que ecoam em discursividades que põem a língua enquanto objeto real e/ou objeto de conhecimento, ou seja, entre língua diversa/heterogênea e/ou unitária/homogênea, entre outras relações e representações² “contraditórias” acerca desse objeto.

Baseados nessa reflexão, pensamos que, para melhor refletir sobre essa relação tensão situada a partir do jogo entre a *unidade/diferença* na/da língua, se faz necessário considerar o intercâmbio constitutivo entre a produção-transmissão do saber linguístico e sua exterioridade político-social que, a seu turno, é materializada em políticas de língua.

Acreditamos, assim, que diferentes saberes (científicos e institucionais) possibilitam que se estabeleçam diversas relações/sobreposições de sentidos entre os

² Termo entendido como *efeitos de sentidos* ou *configuração imaginária*: imagens possíveis, diferentes e deslocáveis.

discursos sobre a língua, inclusive relações polêmicas, em face da confluência de/entre discursos que podem constituir o discurso sobre a língua no ENEM. Essas sobreposições de sentidos são por demais instigantes pelo fato de trazerem à tona uma das possibilidades de reflexão sobre a questão do “real da língua” – incompleta, inatingível, inapreensível – e acerca das formações imaginárias que tentam *controlar/regular* esse *real*.

Consideramos, portanto, esse contexto de discussão, que trata da divisão da língua entre *imaginária* e *fluida* (ORLANDI, 2009), para situar a nossa pesquisa, que busca problematizar as discursividades do ENEM sobre língua e heterogeneidade e sua filiação de sentidos aos movimentos históricos e políticos das teorias linguísticas. cremos que esse movimento que consiste em identificar e discutir a filiação dos discursos sobre a divisão da língua ao interdiscurso/à memória desse objeto, observável nas teorias linguísticas, se faz necessário para melhor compreendermos como o ENEM articula esses diferentes discursos e, com isso, (tenta) *controla(r)/regula(r)* os sentidos sobre a língua e sua heterogeneidade.

Para tanto, com vistas a entender as estratégias discursivas de *controle/regulagem*, recorreremos às ideias de Agustini (2004), que reflete sobre a divisão da língua, tomando como objeto empírico o discurso de Gramáticas Tradicionais (GT). Em sua pesquisa, a autora discute que esses mecanismos dividem a língua entre: a) o que é próprio da norma/regulação/correção; b) o espaço da Literatura, por meio da observação de recursos estilístico-expressivos – passíveis, portanto, a variações e adequações -; e c) o espaço da discursividade do erro.

De acordo com a autora, as variações linguísticas do âmbito da Literatura, precisam estar “previstas” pela GT. A anuência desse instrumento normativo

funcionaria, então, como um consentimento ou uma espécie de aval para que essa “outra língua que varia” possa receber o status de Língua e, por isso, fosse absorvida pela Gramática.

A partir da leitura de Agustini (*op. cit.*), concordamos que essa é uma estratégia discursiva para divisão da língua, haja vista que a Gramática não pode(ria) ignorar a enunciação de resíduos (transbordamentos) de certas regras normativas que constituem a prática languageira literária, haja vista que, em muitos casos, os textos literários servem de representação e legitimação das regras gramaticais.

Percebemos, então, que o controle/a regulação da língua, sinalizada pela pesquisa de Agustini (*op. cit.*), consiste na “assimilação” de determinadas nuances de heterogeneidade linguística pela GT. Ou seja, esse instrumento se “reveste” de facetas de heterogeneidade para ter o arbítrio de dizer o que é/pode ser a heterogeneidade da língua e, com isso, controlá-la/regulá-la. As manifestações linguístico-literárias “outras”, que não estejam autorizadas pela GT, configuram o campo de discursividades da não-língua, do erro.

Nesse contexto, compete à Gramática estabilizar sentidos que apaguem seu caráter político inerente, com vistas a construir e manter um imaginário de língua unitária. Esse objetivo é alcançado graças ao estabelecimento do ideal de uma língua correta.

Já no caso da nossa pesquisa, pretendemos trabalhar com a ideia de *controle/regulação*, mas nos propomos a investigar a divisão da língua e de sua heterogeneidade por meio da análise do discurso das provas do ENEM referentes à Área de Linguagem, Códigos e suas Tecnologias, especialmente, no que se refere aos efeitos de sentidos sobre língua e heterogeneidade.

Aqui, vale ressaltar que, para entender a questão da heterogeneidade da língua no ENEM, é necessário considerar que, esse exame, desde 2009, se respalda em uma Matriz de Referência, bem como em documentos oficiais que regem o ensino médio, tais como os PCN (2002), as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM, 2006), entre outros. Esses referenciais, como sabemos, recomendam a abordagem linguística a partir de uma perspectiva heterogênea, o que nos leva a supor que as representações da língua materializadas nas questões produzem efeitos de heterogeneidade.

No entanto, considerando que há diferentes formas de constitutividade da língua, entendendo-a como o resultado de movimentos diversos e de sobreposição de sentidos, partimos do pressuposto de que o discurso do ENEM sobre a língua e sua heterogeneidade se constitui a partir de relações/discursividades heterogêneas.

Dessa forma, acreditamos que há, no/para o “funcionamento” do discurso do ENEM sobre a língua, uma tensão, um jogo de legitimidade entre a *unidade/homogeneidade* e a *diferença/heterogeneidade*, o que poderia resultar em possíveis tentativas de controlar/regular os sentidos sobre a língua e sua heterogeneidade.

Ao levar essas reflexões para o campo do ensino de língua e, ainda, situá-las no campo de abrangência de um exame nacional de avaliação utilizado por aproximadamente 600 universidades como forma de ingresso no ensino superior e que mobiliza 6 milhões de participantes, nos propomos a compreender como questão de pesquisa: *Que estratégias discursivas de controle/regulagem da língua e de sua heterogeneidade sustentam o funcionamento polêmico do discurso sobre a Língua Portuguesa no ENEM?*

Em função dessa questão de pesquisa, estabelecemos como Objetivo Geral:
Analisar como se constitui o discurso sobre a língua e sua heterogeneidade em questões de Língua Portuguesa do ENEM.

Nossos Objetivos Específicos são:

- Identificar as discursividades teóricas que constituem o discurso das questões do ENEM sobre a língua e sua heterogeneidade;
- Reconhecer os efeitos de sentidos sobre a língua e sua heterogeneidade nos diferentes “espaços de significação” dessas questões – texto motivador, enunciado/alternativa correta e “distratores”;
- Discutir como tais efeitos de sentidos sustentam uma política de controle/regulagem da língua e de sua heterogeneidade.

Na tentativa de alcançar os mencionados objetivos, tomamos como unidades de análise questões de Língua Portuguesa das edições 2009 a 2013 do ENEM. Nossa opção por essas edições do exame deve-se ao fato de que apresentam um significativo número de abordagens que problematizam a relação entre língua e heterogeneidade linguística.

Sobre a delimitação temporal do nosso *corpus*, optamos pelas edições a partir de 2009 pelo fato de, como dissemos, o MEC, através do INEP, ter lançado, naquele ano, uma Matriz de Referência³ para o exame, inclusive atribuindo-lhe o qualificativo de “novo” ENEM. Nesse documento, há uma orientação expressa para que o

³ Antes de 2009, não havia um documento, como essa matriz, que orientasse a elaboração da prova do ENEM.

pressuposto acerca da heterogeneidade linguística seja considerado para elaboração/formulação das questões.

O dispositivo teórico-metodológico de nossa pesquisa está aportado na Análise de Discurso (AD) de linha francesa, particularmente de orientação pecheutiana. Essa opção deve-se ao fato de considerarmos que as questões de interpretação política da língua podem ser mais bem compreendidas se lançarmos mão de alguns postulados da perspectiva discursiva, tais como a ideia de que os exemplares de discurso analisados remetem a diferentes filiações de sentido que os regulam e que têm relação determinada com certas formações ideológicas.

Em face de um exame de avaliação do ensino médio de caráter nacional e que (re)produz imagens sobre a língua, nossa pesquisa se justifica diante da necessidade de compreender criticamente tais imagens, que, possivelmente, influenciam na constituição identitária e na prática de professores e alunos em nosso país.

Os resultados desse trabalho, assim, poderão contribuir para a compreensão dos processos de significação que constituem os discursos e suas filiações de sentido, uma vez que nos propomos a compreender como o político e o linguístico se inter-relacionam na constituição de imaginários sobre a língua. Nesse sentido, a pesquisa poderá abrir caminhos para uma análise crítica das questões e discursividades sobre as relações entre heterogeneidade/homogeneidade linguística, bem como sinalizar para novos (re)direcionamentos na elaboração das questões de Língua Portuguesa do referido exame.

Do ponto de vista composicional, esse trabalho é composto pela Fundamentação Teórica, cujo objetivo é discutir como o discurso tradicional e o da ciência – Estruturalismo, Sociolinguística, AD - representam a língua e sua

heterogeneidade, na medida em que concebem e problematizam o jogo entre a *unidade/homogeneidade* e/ou a *diferença/heterogeneidade* linguística. Além desse capítulo, explicitaremos a Metodologia de análise adotada, enfatizando os procedimentos e objetivos de análise dos três espaços de significação que estruturam cada questão e, por fim, analisaremos as estratégias de controle/regulagem da língua e de sua heterogeneidade considerando as discussões feitas no capítulo da Metodologia e partindo de alguns conceitos operacionais da AD.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nas páginas seguintes, temos a intenção de discorrer sobre os dispositivos teórico-analíticos da AD que darão sustentação ao nosso percurso de discussão, ao longo da Fundamentação Teórica e também durante o capítulo de análise. Para tanto, lançamos algumas considerações sobre a perspectiva discursiva de análise da língua e, ainda, acerca dos seguintes conceitos operatórios: *Discurso*, *Formação Discursiva*, *Interdiscurso*, *Sentido e Interpretação*.

Em seguida, discutiremos as diversas representações da língua e de sua heterogeneidade discursivizadas pelos discursos das teorias linguísticas. Objetivamos, com isso, refletir sobre a memória/o interdiscurso da língua observável no arcabouço teórico-conceitual das teorias que *dizem* esse objeto.

2.1 UMA REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE A PRODUÇÃO DOS SENTIDOS À LUZ DA ANÁLISE DE DISCURSO (AD)

Ao dar início às nossas reflexões sobre o processo de constituição dos sentidos, propomos discutir alguns conceitos operatórios que são necessários para o alcance dos objetivos dessa pesquisa. Nosso percurso argumentativo procurará evidenciar, portanto, as possíveis relações entre algumas categorias teórico-analíticas da AD - *Discurso*, *FD*, *Interdiscurso*, *Sujeito*, *Interpretação* - e a produção dos *Sentidos* sobre a língua e sua heterogeneidade.

Para discutirmos, portanto, sobre o interdiscurso da/sobre a língua no arcabouço das teorias acerca desse objeto (língua) é pertinente dizer que, por estarmos inscritos na AD de linha francesa, podemos contemplar a produção de sentidos sobre a língua e sua heterogeneidade a partir dos conceitos operatórios mencionados acima.

A AD se constituiu em meados da década de 1960, tendo como objeto o discurso – objeto atravessado pela língua e pela ideologia. Essa noção de discurso nos propõe que o interpretemos enquanto espaços de regularidades associados a condições de produção. Isso nos leva a crer que a relação entre enunciadores e entre enunciados não são dimensões posteriores a uma estrutura linguística constituída já, “mas algo que condiciona radicalmente a organização da língua.” (MAINGUENEAU, 1993, p. 21).

A AD propõe que o discurso é efeito de sentido entre locutores – entendidos como sujeitos sócio-histórico-ideologicamente constituídos. Para o discurso, assim, convergem o social e o histórico, com suas normas e coerções inscritas, necessariamente, em formações discursivas. (ORLANDI, 2005).

É no discurso e através dele que podemos perceber a relação de atravessamento entre língua e ideologia e também perceber as relações de sentido entre discursos, pois há sempre o lugar do Outro no discurso, ou seja, todo discurso remete a outro ou a vários outros possíveis, a depender das condições de produção.

Nesse sentido, a fim de verticalizarmos as reflexões sobre os efeitos de sentidos sobre a língua e sua heterogeneidade e relacionarmos aos conceitos operatórios que serão mobilizados durante a análise, trazemos a discussão, inicialmente, sobre *Interdiscurso* e *Formação Discursiva*.

Para tanto, partimos das ideias de Grigoletto (2002, p.33), quando pondera que “é o interdiscurso que aparece no cerne do processo de constituição dos sentidos, enquanto, pode-se dizer, as formas de agrupamento dos sentidos seriam as formações discursivas”. Assim, o interdiscurso pode ser entendido como um conjunto disperso de enunciados que constitui a memória do dizer, ou seja, o a-dizer, com “seus sentidos” e com ideologias que estão nesse fio transversal que permite o “surgimento” de “outros/novos” discursos.

É sempre pertinente enfatizar, ao pensar em interdiscurso, que tomamos esse conceito como eminentemente plural, pois são inúmeros os enunciados que, de alguma forma, captamos e, por eles, somos captados. Eles (enunciados) estão no interdiscurso, ganhando corpo, sentido, e estabelecendo relações de aproximação e de distanciamento, fazendo, através desse movimento, surgir as formações discursivas – regionalizações dos sentidos.

Entender esses conceitos com base nas características da heterogeneidade e alteridade se faz necessário quando pensamos que interdiscurso e Formação Discursiva (FD) são, em seu conjunto, o resultado - indefinido e aberto - de uma diversidade de enunciados, sentidos e ideologias. Os discursos, pois, não surgem a esmo, nem de lugar nenhum, mas justamente do dinâmico e conflituoso interior dessas FDs e do seu conjunto, sempre margeadas e irrompidas do/pelo interdiscurso.

Podemos entender, então, que é a dimensão vertical, a do interdiscurso, que gerencia a repetição, ao passo que instaura o esquecimento, o apagamento. Assim, o interdiscurso de uma FD pode ser considerado como o que regula o deslocamento das fronteiras da(s) FDs. Assim, é no interior desse sistema aberto, vazado, que se produz um conjunto de regras que definem a identidade e o sentido dos enunciados

que o constituem. Ou seja, é a própria formação discursiva, entendida como uma lei de série, princípio de dispersão e repartição dos enunciados, que define as regularidades que validam e legitimam os “seus” enunciados constituintes.

Dessa forma, o já-dito (as formulações anteriores) constitui, numa relação dinâmica, instável e de aparentes contradições, os “novos/outros” discursos. É nessa relação “paradoxal” com o exterior – outras formações -, que a “FD traz a alteridade para dentro do mesmo, fazendo com que se desestabilize a garantia de homogeneidade socioistórica de um corpus.” (GRIGOLETTO, *op.cit.*, p. 31).

É, pois, com esse olhar – eminentemente heterogêneo – e levando em conta a relação tensa entre *regras* e *dispersão* (regularidades da dispersão) que direcionaremos nossa discussão sobre o jogo entre a *unidade* e/ou a *diferença* para a/nas representações de língua e de sua heterogeneidade no discurso do ENEM. Claro é que, se a heterogeneidade está no centro constitutivo da(s) FDs, onde são “produzidos” os discursos, esses não podem deixar de constituir um arranjo de elementos instáveis.

Diante desse quadro é que propomos pensar a FD como uma fronteira que se reserva a aberturas, a “furos” e espaços não preenchidos e, cremos, nunca preenchíveis, haja vista que, à medida que o sujeito se expõe a uma ideologia, um duelo se instaura entre o já armazenado/arquivado e o “novo”, o outro que invade, que provoca e desestabiliza aquilo pretensamente assentado.

É dessa forma que, em AD, se concebe a interpretação com base em filiações de sentido. Na medida em que nos inscrevemos em uma ou em outra FD, enunciemos e “fazemos” sentido.

Pelo fato de a AD não associar os sentidos aos atributos de exatidão e fixidez, mas, ao contrário, concebê-los em seu caráter oscilante, paradoxal e transitório, Pêcheux (1997) propõe que a “atividade” de interpretação (fundamental na constituição dos sentidos) acontece por meio de “gestos de interpretação” sobre a materialidade significativa que se dá a interpretar.

No dizer de Orlandi (2000), não há materialidade significativa que não ofereça lugar à interpretação, sendo, portanto, a interpretação constitutiva da própria língua. “E onde está a interpretação está a relação da língua com a história para significar”. (2000, p. 78).

A noção de interpretação, assim problematizada, ganha outros significados, visto que se articula com a noção de ideologia. Conforme Orlandi (*op. cit.*), a ideologia é o mecanismo que estrutura sujeito e sentidos. É ela (a ideologia) que se “aloja” na materialidade simbólica da linguagem revestida de/por uma interpretação evidente, que tem como efeito desconsiderar/apagar o processo sócio histórico pelo qual essa evidência se constituiu como tal.

A ideologia será então percebida como o processo de produção de um imaginário, isto é, produção de uma interpretação particular que apareceria, no entanto, como interpretação necessária e que atribui sentidos fixos às palavras, em um contexto histórico dado (ORLANDI, *op. cit.*, p. 65).

Essas considerações nos conduzem à conclusão de que, como dissemos, os sentidos não estão postos em definitivo, não são evidentes, tampouco se dão no vácuo, mas, ao contrário, se filiam a memórias constituídas em e a partir de ideologia(s). Aqui, chamamos a atenção, inclusive, para a necessidade de pensarmos sobre as representações de língua e heterogeneidade no ENEM a partir da filiação

desse exame aos discursos das teorias que reivindicam a prerrogativa de dizer a língua.

Para uma melhor compreensão sobre a produção movente dos *Sentidos*, acreditamos ser necessário interrogar a “transparência” enquanto qualificativo desse conceito. Em se tratando de AD, a interpretação se dá em função da historicidade, sendo, portanto, a interpretação o fator mais característico dessa categoria teórico-analítica.

O conceito de historicidade é entendido diferentemente de sua imagem conotadora de cronologia ou evolução, mas como produção, filiação e distribuição de sentidos. Assim, os sentidos são constituídos no interior de FDs e no duelo entre elas.

É esta relação, pois, que constitui a historicidade dos sentidos. Os sentidos, assim entendidos, não estão postos, dados, mas são “efeitos de sentido”, imagens possíveis que estão atreladas ao contexto “instável” e heterogêneo já citado; podem ser outros, diferentes e deslocáveis.

No dizer de Orlandi (1999, p. 18), o sentido jamais está só, pois não se produz a uma só vez e em apenas um lugar: “O sentido se faz sentido. Em suas relações. Não há gênese punctual de sentido. Ela é múltipla: do mesmo solo discursivo se originam muitos discursos”.

Pelo exposto, assumimos que o discurso do ENEM sobre a língua e sua heterogeneidade faz parte de um contínuo discursivo, uma vez que pode ser entendido como “estado de um processo discursivo não isolável”, em si, mas relacionado com estados outros. A heterogeneidade inscrita na natureza desse objeto

nos leva a ponderar que é um discurso atravessado por diversas imagens sobre a língua.

Adentrar nos meandros e entremeios do discurso do ENEM sobre a língua e sua heterogeneidade é, pois, tentar captar os movimentos de entrega e resistência de um discurso atravessado por outros.

A esse respeito, consideramos a possibilidade de que o discurso sobre a língua no *corpus* desta pesquisa seja o resultado de ideologias que representam a língua a partir de pontos de vista diferentes. Ora estabelecendo filiações de sentido a uma perspectiva, ora resistindo e, ainda, silenciando para outras representações linguísticas.

2.2 AD: caminhos teóricos para compreender a fluidez na/da língua

Com vistas a discutir o percurso da *unidade/diferença*, questão central que sintetiza diversas concepções políticas na/para a representação da língua, ancoramos na AD a fim de discutir como essa disciplina concebe discursivamente/materialmente a língua.

Mobilizamos, de início, a noção de *real* da língua (ORLANDI, 2009) para problematizar esse objeto afetado pela história para significar, o que nos leva a afirmar que estamos diante de uma perspectiva materialista (linguístico-histórica) da língua. Sendo afetada por esse real, é possível ultrapassar o linguístico e olhar por entre as fissuras dessa materialidade e chegar aos processos constitutivos dos sentidos que

dizem a língua - alinhados a um desejo de unicidade e/ou concebendo o real heterogêneo que a constitui ou, ainda, a partir de representações sobrepostas.

Entendida enquanto espaço heterogêneo e diverso, a língua é sujeita a falhas, tem fissuras, é clivada, cindida e, portanto, inapreensível em sua totalidade, indomesticável. É fluida. Essa representação disputa espaço com a perspectiva unitária, que reforça o imaginário de uma língua indivisa, pura, sem reflexos da sociedade. A língua código, normatizada, disciplinada e regulamentadora. Imaginária.

Essas “duas línguas” mobilizam conceitos que a elas se relacionam: uma é do nível da *organização*, da codificação; a outra é do nível da *ordem*, do real heterogêneo que a constitui e, por isso, é sujeita a falhas e exposta ao equívoco.

Orlandi (2005) sinaliza para uma melhor distinção entre a organização e a ordem da língua, quando considera que, relacionada à *organização*, estão sentidos de regra, sistematicidade, linearidade; ao passo que a *ordem* está no nível da falha e do funcionamento, que só podem ser observados se levarmos em conta que a história ultrapassa os limites da sistematicidade linguística. “Ultrapassando desse modo a organização (regra e sistematicidade), podemos chegar à ordem (funcionamento, falha) da língua e da história (equívoco, interpretação)”. (*op. cit.*, p. 47).

O campo das evidências e da transparência é próprio do *imaginário* da língua. Esse imaginário é atravessado pelo funcionamento da ideologia, que, a seu turno, representa a língua como se fosse linear e transparente. Esse discurso, tão repetido e sedimentado, nos é apresentado como a “verdade” sobre a língua: um conjunto de regras que deve ser manuseada com o objetivo de manter a perfeição e a homogeneidade que supostamente a caracterizam.

A teoria do discurso permite o deslocamento da língua-sistema de signos para a língua materialidade do discurso – base comum para diferentes processos discursivos e, por isso, eminentemente opaca. Nessa perspectiva, o exterior lhe é constitutivo, ainda que não se possa dizer tudo por meio dela.

Problematizar a relação tensa entre o desejo de unicidade e a heterogeneidade constitutiva nos permite entender o *impossível de dizer* que reside na língua, ainda que tantos outros discursos postulem o lugar da unidade como determinante desse objeto. Essas reflexões ecoam no que propôs De Nardi (2007), quando explica que

Algo sempre se perde quando limites são estabelecidos, porque há na língua um lugar do impossível, já que é próprio da língua que ela faça furos, que fuja ao todo, que mantenha um lugar em que o que não pode ser dito, se esconda, em que esse novo espere, silenciado, o tempo de mostrar-se. Algo sempre escapa. (DE NARDI. *op. cit.*, p. 40).

Pelo exposto, é possível perceber que há, na AD, a proposta de relacionar língua e história no funcionamento do discurso. Para essa disciplina, a língua é heterogênea, sujeita a falhas, lugar do impossível e da incompletude, onde a história ressoa significativamente. Só por meio dessa relação – língua-história – se produz sentidos. No entanto, como veremos, ao longo desse capítulo, muitos processos de significação, verificáveis nas teorias linguísticas, alinharam-se a sentidos que pregam a abstração e a unidade da língua.

Na contramão da configuração imaginária unitária, a perspectiva discursiva propõe a observação da língua no contexto das representações de sua história e de seu funcionamento, o que contribui significativamente para refletirmos sobre processo

político de constituição desse objeto simbólico que está sempre em movimento, como parte de uma história em que sujeitos e sentidos se constroem por meio de deslocamentos, fragmentações e dispersões.

Ao reivindicar o político para a língua, estamos, entre outras coisas, (re)afirmando que não concebemos essa materialidade significativa sem que esteja afetada pelo social e pelo histórico, afinal, por fazer parte das relações entre sujeitos, a língua é significada para e por sujeitos. É nesse sentido que Pêcheux e Fuchs (1997) entendem a língua articulada a processos discursivos atrelados a condições de produção sócio históricas.

A língua, então, é o espaço da incompletude, da falha, do equívoco, do deslize, sendo, por isso, inapreensível em sua totalidade e completude. Aqui está posta a ideia de uma “lalangue” – o *real* da língua seria o impossível (a “não-língua”).

Portanto, de acordo com tais representações, língua e discurso são atravessados pela incompletude, pelo equívoco e são contemplados a partir de relações dialógicas, o que nos leva a dizer que são objetos heterogêneos e que podem ser considerados dentro do espectro das configurações imaginárias da/sobre a *diferença* na/da língua. Aqui, entende-se que o *impossível da língua* (tudo não pode ser dito) é algo constitutivo desse objeto – o *real* da língua (GADET & PÊCHEUX, 2004).

2.3 A representação da língua e de sua heterogeneidade no jogo entre a *unidade* e a *diferença*

Que há de melhor do que a língua? A língua é que nos une todos, quando falamos. Sem a língua nada poderíamos dizer. A língua é a chave de todas as ciências, o órgão da verdade e da razão. Com a língua se ensina, se persuade, se instrui, se reza, se explica, se canta, se descreve, se elogia, se demonstra, se afirma [...] A língua... é o que há de pior no mundo. É a fonte de todas as intrigas, o início de todos os processos, a mãe de todas as discussões. É a língua que mente, que esconde, que tergiversa, que blasfema, que insulta, que se acovarda, que mendiga, que impreca, que bajula, que destrói, que calunia, que vende, que seduz, que corrompe... porque a língua é a pior de todas as coisas! (FIGUEIREDO, Guilherme. *A raposa e as uvas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970).

Objeto de muitas discussões e conceptualizações, em torno da língua se instauram diversos embates na tentativa de defini-la, de cercar seus atributos, suas finalidades, seus sentidos. Os contornos da língua são, portanto, espaços passíveis a representações diversas, a depender da filiação de sentido a que nos reportamos na tentativa de *dizer* esse objeto.

Propomos, a partir de então, aprofundar essa discussão por meio do “confronto” estabelecido entre algumas perspectivas teórico-conceituais acerca da língua. Nesse intuito, discorreremos sobre algumas reflexões pertinentes aos objetivos dessa pesquisa que se propõe a *Analisar como se constitui o discurso sobre a língua e sua heterogeneidade em questões de Língua Portuguesa do ENEM*.

Para tanto, lançamos algumas considerações sobre possíveis gestos de interpretação sobre a língua que se filiam a sentidos sobrepostos, sobredeterminados que se situam entre a *unidade/homogeneidade* e/ou a *diferença/heterogeneidade*⁴.

⁴Importante destacar que, ao propor a distinção/confluência entre *unidade e/ou diferença*, não pretendemos incorrer em polarizações, como se essas duas instâncias da língua estivessem situadas em posições estanques e dicotômicas, como também não pretendemos dizer que os sentidos sobre a língua apenas pudessem “advir” da relação estabelecida entre essas duas perspectivas. Ao contrário: levamos em conta a noção de que os discursos são constituídos por movimentos de sobreposição e “sobredeterminação” de sentidos.

Nosso percurso argumentativo percorrerá as trilhas dos discursos que (des/re)constróem tais perspectivas acerca desse objeto.

Esse olhar para o discurso das perspectiva(s) teórica(s) - considerando que cada teoria linguística é um espaço de configuração política que articula sentidos à língua, e não o discurso, *em si*, único - é possível na medida em que concebemos a língua em sua incompletude, o que, necessariamente, nos permite contemplar os trajetos, as (des)continuidades, os silêncios instaurando os percursos do saber sobre esse objeto que se configura no espaço político das teorias.

Nesse trabalho, concebemos que as teorias são espaços de *organização discursiva* resultantes de processos e percursos de institucionalização dos sentidos. Ao defender essa noção, estamos afirmando que “filiar-se a uma teoria é reconhecer-se frente a determinadas possibilidades de perguntas e de práticas científicas, em determinadas condições de produção.” (ORLANDI, 2007, p. 11).

Remeter o discurso sobre a língua a um recorte teórico específico permite, ainda, que vejamos esse lugar teórico como espaço da regularidade, da estabilização, da normatividade que preside o processo de constituição dos sentidos. Seguindo esse raciocínio, propomos pensar a língua pela sua forma material, isto é, linguístico-histórica. Dessa maneira, é possível estudar essa materialidade simbólica no contexto de distintos processos sócio históricos de significação, onde cada teoria tem um modo de existência imbricado a uma exterioridade, às relações de produção de uma sociedade.

Ancoramos nosso olhar sobre a língua e as teorias que a representam considerando o contexto histórico-político das teorias linguísticas, o que significa que, ao inscrever o político e o histórico, em cada modo de representar esse objeto,

estamos procedendo em uma observação não naturalista ou evidente. Ao contrário, por estar diretamente afetada pelo histórico, *toda teoria é política*, o que possibilita deslocamentos de sentidos e a compreensão de que há jogos de legitimidade e relações de força na/para representação da língua.

Esse modo de observação, segundo Orlandi (*op. cit.*, p. 53), “abre uma via para refletir sobre a história do conhecimento sobre a linguagem, em suas formas dominantes e periféricas”. Dessa maneira, é possível perceber o jogo político atuando na eleição de uma perspectiva teórica em detrimento de outra(s), o que, em muito, favorece um olhar menos ingênuo para a “constituição” e representação da língua via discurso das teorias.

Ainda nos reportamos a essa autora, com vistas a situar o que diz respeito a uma investigação que se proponha a conceber a língua discursivamente, ou seja, em funcionamento na/para a sociedade, com suas histórias, estratégias políticas e necessária inclusão dos sujeitos e da exterioridade - aspectos constitutivos da língua. Elas (as línguas) mudam, “entram em contato, desaparecem, se criam novas, estão sempre em movimento. Mas as línguas não são objeto etéreo. São fato social, histórico, são praticadas, funcionam em condições determinadas, têm materialidade, fazem história” e, portanto, funcionam pelo político (ORLANDI, *op. cit.*, p. 171).

Ao conceber as teorias enquanto espaços de enunciação e de funcionamento de discursos sobre a língua, estamos, entre outras coisas, afirmando que aqui se configura uma disputa incessante por uma enunciação legitimada. As teorias discursivizam representações sobre a língua e, dessa forma, constituem políticas linguísticas que regulam e configuram a língua nacional e, ainda, atuam no policiamento da prática languageira dos falantes.

Enveredaremos, então, por um percurso reflexivo que se propõe a não perder de vista o político reclamando sentido(s) para as teorias sobre a língua. Mais especificamente, intencionamos problematizar a relação tensa e conflituosa dos muitos sentidos em torno do jogo *unidade/diferença* na/para a língua. Orlandi (2009) situa esse par opositivo-reflexivo em termos de *imaginário constitutivo* e a *heterogeneidade real*. À unidade correspondem representações de uma língua imaginária; enquanto, à diferença, corresponde a fluidez.

Dizendo com outras palavras: a *língua imaginária* é o espaço dos efeitos de sentidos que a sistematizam por meio de fórmulas e regras – é a língua fixa e imutável, a que permeia o senso comum/imaginário popular, (im)pondo que apenas alguns poucos estudiosos têm acesso à língua em sua completude. É, ainda, a língua da ciência, das teorias linguísticas, a língua dos sentidos restritos, circunscritos ao domínio de instrumentos gramaticais que reivindicam, para si, a verdade da língua, sendo ela uniforme e, quando variável, apenas em situações específicas de uso e sob a jurisdição/delegação de instrumentos normatizadores, como a Gramática Tradicional (AGUSTINI, 2004).

Quanto à *língua fluida*, é caracterizada pelo movimento, pela dinâmica que não a aprisiona em fórmulas e regras aplicáveis a todo e qualquer tipo de uso. A fluidez que a caracteriza não permite que ela esteja contida em uma só possibilidade de manifestação e uso, mas ela transborda, vaza e não se deixa “capturar” sob a descrição de normas e padrões restritos de variação. A língua fluida não se limita e, por isso, apenas podemos observá-la se focalizarmos as suas condições de produção relacionadas às condições históricas de constituição dos sentidos, ou seja, a partir de suas formas imaginárias.

Nessa pesquisa, temos, portanto, a intenção discutir *como* o jogo político das teorias sustenta a relação tensa e contraditória entre a *unidade*/língua imaginária e/ou a *diferença*/língua fluida. Para tanto, partimos do pressuposto de que, em se tratando de língua e suas teorias, o que temos são fatos complexos, que podem ser compreendidos na medida em que os inscrevermos na história em busca dos efeitos de sentidos dos quais são resultados e pelos quais determinam modos “próprios” de conceber a língua.

Em busca de tais efeitos de sentidos, contemplaremos os discursos sobre a língua em diferentes perspectivas teóricas, considerando o discurso normativo/tradicional - veiculado pela Gramática Tradicional (GT) -, o discurso científico da Linguística, enfocando o ponto de vista do Estruturalismo, da Sociolinguística e também a perspectiva da Análise do Discurso. Essa discussão se faz necessária para melhor compreendermos o nosso objeto de pesquisa, uma vez que possibilitará levantar elementos que definem o jogo de legitimidade que subjaz às discussões em torno da língua e de sua heterogeneidade.

Pelo exposto, entendemos que não estamos em busca de uma suposta *verdade* da língua. Intencionamos, a partir da análise do funcionamento polêmico do discurso do ENEM sobre a língua, refletir sobre os efeitos de sentidos que representam esse objeto. Decorre dessa noção a necessidade de enfatizarmos que analisaremos o objeto dessa pesquisa considerando o arcabouço teórico das teorias (discursos) acima citadas.

2.3.1 O imaginário tradicional de língua

Para entender o percurso teórico das representações de língua e de sua heterogeneidade, iniciamos essa reflexão concebendo o discurso normativo/tradicional sobre a língua por considerarmos, nesse trabalho, que representa a perspectiva – cronologicamente - mais remota de estudos sobre esse objeto. Além disso, é uma das perspectivas que resiste à ação do tempo, pois, ainda que remetamos as origens desse discurso ao século III a.C., é perfeitamente possível constatar que, nos dias atuais, ele permeia o imaginário de muitas pessoas e ecoa fortemente na constituição das configurações imaginárias sobre língua por toda a sociedade, “produzindo” efeitos de sentidos que põem a língua enquanto objeto imutável e abstrato.

Percorrendo as trilhas do discurso tradicional, ancorados nas reflexões de Bagno (2011), constatamos que essa perspectiva teórica não pode ser dissociada das especulações filosóficas, tampouco dos estudos sobre a língua(gem) literária, pois é no encontro da instância da língua com a literatura clássica que resulta a concepção unitária da língua. Explicando melhor, o processo de constituição do discurso tradicional/unitário está atrelado aos escritos literários de poetas e escritores da Grécia que datam do século V a.C.

Estudiosos da língua(gem), do século III a.C., tinham por objetivo preservar, independente do registro oral ou escrito, as escolhas e regras da língua que foram utilizadas, dois séculos antes, pelos poetas e escritores gregos. Esses eruditos da Alexandria manifestaram preocupação com a manutenção e defesa da língua grega em sua forma mais original. Preocupação, vale dizer, que se refere ao campo de atuação da Literatura, uma vez que esses estudiosos se ocupavam da avaliação da originalidade dos textos clássicos.

Nesse mesmo gesto, os filólogos alexandrinos (Egito) desconsideraram o lapso temporal e geográfico que os separavam dos gregos, bem como o estilo da escrita literária e, ainda, a finalidade de uso da língua.

É possível dizer, então, que as bases do discurso tradicional sobre a língua foram erguidas a partir de uma associação que desconsiderou: 1 o registro de modalidade (oralidade – escrita), 2 o lapso temporal e 3 a distância espacial que separa essas duas possibilidades de manifestação linguística. Estabelecer relações de igualdade entre um “mesmo” objeto que acompanha e determina a dinâmica própria da sociedade e que é “adaptável/moldável” a situações discursivas diversas foi a opção dos estudiosos alexandrinos. Essa orientação dada aos estudos linguísticos foi decisiva para que, até o presente momento, existam representações de língua filiadas a sentidos que postulam a *unidade*/homogeneidade da língua.

Os sentidos decorrentes da ideologia unitária da língua, defendida por aqueles estudiosos, concebeu que a língua havia mudado para pior, que o seu estado representava ruína, decadência, corrupção da língua pura e perfeita usada pelos grandes autores, muitos séculos antes.

Ao compararem “duas” línguas em momentos diferentes e entenderem que a mudança observada entre elas e entre registros era algo negativo, os filólogos alexandrinos atuaram na constituição de um discurso inaugural sobre a homogeneidade linguística. Aspecto que orienta a constituição dos sentidos postos na/pela Gramática Tradicional (GT), que se constitui como um dos principais instrumentos linguísticos de veiculação de discursos alinhados a sentidos homogeneizantes da língua por meio da instauração de regras que determinam o *certo* e o *errado*.

Nesse sentido, a GT é um instrumento determinante nas relações que se estabelecem entre “as línguas”, seus falantes e a constituição de “uma” língua nacional, sempre tomando como ponto de partida relações ora de exclusão, ora de inclusão. Em outras palavras, é na e por meio da GT que se estabelece o que pode e deve ser dito. A ela, compete determinar o que pode ser considerado (julgado) como um correto/bom comportamento linguístico no seio das relações sociais.

Como já dissemos, a GT é um instrumento de gramatização (AUROUX, 1992) que constitui e consolida um imaginário de língua tão forte que não há nação que não produza a sua gramática e, dessa forma, que não tenha nela e por meio dela a formulação do que é a língua. Decorre dessa afirmação a constatação do lugar desse instrumento político de regulação da prática languageira – baseada na unidade e homogeneidade como bens inalienáveis para a consolidação unitária e, por isso, *imaginária* de língua (ORLANDI, 1998).

Digressões à parte, voltemos à discussão sobre a instauração do par opositivo (certo/errado) que Bagno (*op. cit.*) afirma ser um reflexo da influência da filosofia platônica para os estudos da linguagem. Tal filosofia, com vistas a explicar a dualidade na/da língua, põe que há uma dupla (*dualidade*) de conceitos fundamentais que se opõem e/ou se complementam: no caso da língua(gem), se instauram fortemente as noções de *certo* e *errado* que estiveram e ainda estão nas bases das observações linguísticas.

A dicotomia instaurada por meio do viés dualista platônico, em um mesmo gesto, (pro/im)põe que os estudos linguísticos desconsiderem entremeios ou uso(s) da língua associados a condições de produção, ao passo que sinaliza para a necessidade

de estabelecer um olhar direcionado para possibilidades de efetivação da língua sempre calcada no par oposto *certo/errado*.

É, pois, perceptível que essa distinção, que não considera estilos de uso e gêneros discursivos distintos, delineou os percursos dos estudos gramaticais e da pedagogia das línguas norteados pela noção da unidade linguística.

Nesse momento da discussão, é válido fazer emergir outra problematização que decorre ou, melhor dizendo, que se constitui como efeito de sentido da representação da ideologia unitária da língua calcada na dualidade *certo - errado*. Avançando em nossas reflexões, observamos que, no bojo teórico-conceitual dessa ideologia, há, ainda que não pareça, espaço para a heterogeneidade linguística, uma vez que essa perspectiva concebe a existência de registros da língua, o que, por sua vez, resultaria em heterogeneidade linguística.

No entanto, ainda que o discurso tradicional contemple a possibilidade de a língua variar, mudar e adequar-se a contextos e situações sócio discursivas, o faz a partir da divisão e do estabelecimento estanque de registros e modalidades (cf. BAGNO, *op. cit.*) linguísticas.

Dessa forma, a heterogeneidade da língua é controlada/regulada por meio da instauração de categorizações rígidas, que, de certa forma, impossibilita que o jogo da heterogeneidade linguística seja contemplado em sua complexidade. A heterogeneidade, então, é simulada, falseada por meio da instalação de padrões ou possibilidades restritas que a língua tem para adequar-se, moldar-se a situações de uso.

Dentre essas categorizações estanques à que nos referimos está a que trata das relações entre os registros *oral* e *escrito*. De acordo com tal dualização, não haveria contínuos de variação entre essas duas modalidades e, dessa forma, cada um desses registros estaria relacionado a sentidos específicos sobre a língua e seus usos.

É nesse contexto que a concepção adotada/manifesta pelo discurso da ideologia da *unidade* da língua privilegia a modalidade escrita, na medida em que correlaciona *escrita/formalidade*, ao passo que trata como sinônimos *oralidade/informalidade*. Esses aspectos estão diretamente relacionados a representações de língua, uma vez que tematizam a relação entre *diferença/heterogeneidade* e *unidade/homogeneidade* linguística.

De acordo com as representações da ideologia *unitária*, a língua falada é caótica e desregrada, sem organização gramatical e só fala correto quem se baseia nos postulados da organização da língua escrita literária. Essas associações resultaram no conjunto de crenças sobre a língua que, entre outras coisas, constituem o imaginário de que existe um modo certo e um modo errado de falar, “que as pessoas sem instrução formal ‘falam tudo errado’, que existe ‘algum lugar no passado’ onde a língua foi falada e escrita ‘corretamente’, que a língua falada não tem regras e que ‘só a escrita tem gramática’”... (BAGNO, *op. cit.*, p. 345).

Encorpendo essa reflexão com as implicações de ordem política dos efeitos de sentidos resultantes dessa orientação discursiva, é possível considerar que estão linearizadas num mesmo campo de sentidos: a modalidade escrita/a formalidade/a pureza e a unidade da língua. Jogando no sentido inverso estão: a oralidade/a informalidade/a corrupção e a diversidade (*diferença*) linguística.

Os sentidos dessa concepção – *unitária* - são claramente alinhados a uma perspectiva que elege a homogeneidade enquanto atributo desejável da língua. Essa representação *imaginária* estabelece um isolamento linguístico e, com isso, a segregação do seu entorno constitutivo – o social, o histórico, o político –, como se ela fosse um objeto, em si, um universo fechado e independente de suas condições de produção.

Nesse contexto, as relações de sentidos estabelecidas com o discurso da *diferença* linguística são “gerenciadas”, o que, sem dúvida, põe em crise a própria noção de heterogeneidade. Esses são, em nosso entendimento, efeitos de sentidos resultantes da ideologia unitária que, muito nitidamente, tenta administrar a *diferença* e dividir o *real* da língua. Aspectos que analisaremos na constituição do discurso do ENEM sobre a língua e sua heterogeneidade.

Esse gerenciamento da heterogeneidade da língua, inclusive, é discutido por Agustini (*op. cit.*), quando reflete sobre as relações estabelecidas entre Gramática e Literatura. A Gramática se constitui como instrumento normativo que abarca a “verdade” da língua na medida em que tem as regras desse objeto representadas e legitimadas pela/na Literatura.

Essa reflexão dimensiona a relação entre heterogeneidade/homogeneidade, uma vez que o “reconhecimento” dado a propriedades expressivo-literárias da língua constitui-se como uma estratégia política da Gramática para não perder a prerrogativa de dizer a língua, inclusive a que se distancia das regras. Esse gesto resulta em algumas implicações: essa “outra” língua não pode ser desconsiderada, visto que está no espaço linguageiro literário, porém, ainda que variando, apenas é considerada

“língua” por estar prevista pela Gramática. A anuência desse instrumento é o que valida ser ou não língua.

Com isso, notamos que o discurso da homogeneidade abarca a heterogeneidade na tentativa de controlar/regular as possibilidades de variação da língua.

Segundo Agustini (*op. cit.*), essa necessidade discursiva refere-se à *textualização política* do discurso da gramática em silenciar sentidos marginais que reivindicam a divisão política da língua. Nesse sentido, objetivando reforçar a ideia de que dá conta de toda a língua, a Gramática se utiliza da estratégia da enunciação do transbordamento das regras gramaticais que

funciona como um mecanismo linguístico de retorno do discurso no discurso, a fim de estabelecer um espaço de legitimação para as discursividades que constituem o discurso da gramática e, por conseguinte, da organização da sociedade em relação à língua, ao apagar os efeitos de sentido provenientes da memória discursiva – o interdiscurso – que poderiam deslocar essas discursividades para outros lugares de significação, em que essa organização (linguística) da sociedade pudesse ser contestada. (AGUSTINI, *op. cit.*, p. 28-29).

Essa ideia nos leva a afirmar que nada em linguagem é inocente: há sempre um propósito de colonização do outro, de impor determinadas óticas que atendam a demandas ideológicas. É nesse terreno que se situa o discurso da unidade linguística, da visão unilateral que se disfarça na e através da língua, afirmando que há um modo “certo” de se comunicar.

A lógica do discurso da unidade linguística, ao mesmo tempo em que carrega uma ideia de segregação social, trata de “inviabilizar” situações que representem ameaça ao rompimento da ordem social por ela idealizada.

2.3.2 Estruturalismo, Ciência e Imaginário Linguístico

Avançando em nossas reflexões sobre os efeitos de sentidos sobre língua e sua heterogeneidade, por meio da discussão acerca das teorias linguísticas, iniciamos esse tópico remetendo as bases do discurso do Estruturalismo sobre a língua às ideias positivistas que orientaram as concepções teóricas das ciências, inclusive da Linguística. A ciência da língua(gem), que delineou seus métodos e objeto no início do século XIX, “surgiu” em meio a um contexto social favorável ao desenvolvimento de ideias sistêmicas e abstratas.

É pertinente sublinhar que o contexto histórico-político que alicerçou as “novas” ideias da Linguística Estruturalista decorre de uma “reação” ao método histórico-comparativo, que, até meados do século XIX e início do século XX, norteava as reflexões sobre a língua(gem). Esse método tinha como horizonte de expectativas dois objetivos: o primeiro situa-se no campo de especulações da Gramática Comparativa, tendo por intuito comparar os elementos de línguas distintas em busca de apreender-lhes as origens comuns e, dessa forma, reconstituir a protolíngua da qual se originaram todas as outras línguas; e o segundo objetivo diz respeito à Linguística Histórica, que procurava a formação e evolução das línguas.

Como já dissemos, a concepção político-teórica que subjaz à Linguística é de base Estruturalista, que, em linhas gerais, concebe os fenômenos da vida social enquanto meros resultados de ordem estrutural, sendo, por isso, isentos da ação e da vontade humana. Em outros termos, do ponto de vista estrutural, o homem é um suporte inconsciente da estrutura já posta, inclusive do arcabouço linguístico – sistema anterior e exterior a ele -, cabendo-lhe apenas orientar-se por esse sistema fechado e

livre de interferências outras, senão apenas da ordem estabelecida no interior desse sistema.

Temos, portanto, como marco de fundação da Linguística o lançamento do Curso de Linguística Geral (1916) – obra póstuma que reuniu apontamentos e observações sobre a estrutura da língua veiculadas nas aulas ministradas pelo linguista suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913). As ideias estruturalistas atribuídas a Saussure tiveram ampla repercussão e influência no conjunto das teorias científicas do século XIX e, no que diz respeito à Linguística, problematizaram as relações entre as instâncias da língua a partir de dicotomias.

As dicotomias saussurianas⁵ - muito possivelmente influenciadas pelo dualismo platônico - são estabelecidas por meio de pares opostos: de um lado está uma entidade concreta/empírica/perceptível, de outro: uma entidade abstrata/dedutível/idealizável. É nesse extremo virtual onde se insere a perspectiva dos estudos sobre a língua (*langue*) em oposição à fala (*parole*). O recorte que Saussure estabelece para observar o fenômeno da língua(gem) elege a língua como objeto teórico da Linguística.

As observações de Saussure incidem sobre a proposta de um estudo sincrônico e descritivo da língua. Do ponto de vista estruturalista, então, a língua é um sistema “abstrato, homogêneo, composto de todas as realizações potenciais de expressão, formado por unidades que se opõem entre si, compartilhado por todos os

⁵ As quatro dicotomias saussurianas mais conhecidas no campo da Linguística são: 1) Língua – Fala; 2) Significado – Significante; 3) Sincronia – Diacronia; e 4) Paradigma – Sintagma. Nesse trabalho, não discutiremos tais dicotomias, visto que nos interessamos especificamente pelas representações de Língua.

falantes de um grupo social; é invariável pois não pode ser alterado por nenhum falante individual.” (BAGNO, *op. cit.* p. 45).

Essa concepção, ao que nos parece, propõe, ao mesmo tempo, que a língua é um sistema de valores que se opõem uns aos outros e também um conjunto de convenções necessárias que são adotadas por uma comunidade linguística para se comunicar. A língua, então, estaria “depositada” como um produto social na mente de cada falante de uma comunidade, que não pode inventá-la, criá-la, tampouco modificar esse sistema linguístico em que versa.

É possível, então, perceber que as bases que orientam essa representação de língua são eminentemente homogeneizantes, haja vista que está posta uma concepção da “língua, em si mesma, para si mesma”, resultado da relação entre os elementos que compõem o sistema da língua. Aqui está, mesmo com o “revestimento” do discurso da ciência, o “retorno” da ideologia unitária acerca da língua, propondo que esse objeto é imutável, abstrato e sem apresentar quaisquer ressonâncias políticas. Os gestos de interpretação dessa concepção são, sem dúvida, tradicionais e unitários.

De acordo com essa representação, a língua é uma entidade autônoma, um sistema fechado que pode ser analisado sem interferências de ordem histórica e social. Esse entendimento resulta na valoração de cada termo que compõe o sistema linguístico, ou seja, cada termo tem seu valor por oposição a todos os outros termos.

O avesso da língua, segundo a proposta da primeira dicotomia saussuriana, é a fala – realização individual do falante ou, ainda, possibilidades que lhe são oferecidas pela língua. A leitura que Pêcheux (2009) faz dessa dicotomia possibilita

que percebamos a língua como fundo invariante, a partir do qual a fala atualiza a faculdade da linguagem.

A fala é um ato... Ela pressupõe um contexto, uma situação concreta e determinada. A língua, ao contrário, é um sistema virtual que só se atualiza na e pela fala. Não é menos verdade que os dois princípios são interdependentes: a língua não é senão o resíduo de inumeráveis atos de fala, enquanto que estes são apenas a aplicação, a utilização dos meios de expressão fornecidos pela língua. (PÉCHEUX, *op. cit.*, p. 70).

Acerca da inserção do social nessa concepção estruturalista da língua, ao que nos parece, apenas reside no fato de que a língua é abstraída e compartilhada por todos os falantes de um grupo social. No entanto, cremos que aqui está posta uma representação de “social” que se assemelha à língua virtual, isto é, igualmente esquemática, abstrata e homogênea.

Pelo que foi exposto, notamos que o escopo da linguística estrutural é o sistema da língua, que é composto de elementos que se opõem, que se distinguem uns dos outros. Não é, pois, relevante o aspecto material, concreto, empiricamente coletável, mas tão-somente o sistema abstrato, formalizado em regras. Configuração imaginária que guarda relações de sentidos muito estreitas com a ideologia que professa a *unidade na*/da língua.

Por ser esse o horizonte teórico do Estruturalismo, fica claro que a representação de língua aqui delineada privilegia o imaginário de uma língua homogênea. Aspecto que, em muito, aproxima essa concepção do discurso tradicional, haja vista que o imaginário é alinhado a sentidos unitários, cujos efeitos de sentidos postulam uma língua sistêmica, *imaginária* e ideal.

No entanto, percebemos que, a partir de Saussure, os estudos linguísticos concentraram-se na observação do mecanismo pelo qual uma dada língua funciona enquanto meio de comunicação entre seus falantes e na descrição da estrutura que a caracteriza essa língua. Aqui, pois, reside uma distinção substancial entre o discurso tradicional e o da Linguística: esse último explicita, enumera e classifica a estrutura das frases, dos morfemas e das regras de combinação do sistema da língua, o que nos permite dizer que é um trabalho que se propõe a definir, classificar e interpretar esse sistema.

Já o discurso tradicional, intenciona prescrever as normas da língua, na medida em que discrimina padrões linguísticos e elege um ou alguns deles como sendo de “bom uso”, considerando, para tanto, critérios de ordem social. O discurso tradicional, conforme discutimos, im(põe) preceitos avaliativos. Podemos interpretar, então, que, ainda que estabeleçam relações, os sentidos do discurso sobre a língua no/do Estruturalismo resvalam para relativa abertura que se alicerça mais na descrição e classificação do que no julgamento e na prescrição. Com isso, é possível que os efeitos de sentidos sobre a heterogeneidade estejam se configurando no interdiscurso das teorias sobre a língua.

As ideias estruturalistas são “ressignificadas” e incorporam outras nuances que são resultados das observações de estudiosos que se debruçaram sobre o legado de Saussure. Dentre os estudos, destacamos o ponto de vista da *psicologia cognitiva* delineado por Noam Chomsky. Esse linguista americano estabelece suas dicotomias⁶,

⁶ As dicotomias a que nos referimos são: 1)Estrutura Profunda – Estrutura Superficial; 2) Competência – Desempenho; 3) Princípios – Parâmetros; e 4)Língua-I – Língua-E.

agora, dualizando o que se processa no cérebro do falante e o que se expressa concretamente na realização falada.

Em outras palavras, aqui está a dicotomia *Competência – Desempenho*, que consiste, grosso modo, em uma tentativa de descrever o sistema de conhecimento linguístico que os falantes nativos de uma língua dominam (Competência) por meio do uso que esses falantes fazem (Desempenho).

Observamos, assim, uma aproximação da representação de língua entre Saussure e Chomsky: a língua é do âmbito da construção teórica, é um sistema virtual a que o falante pode recorrer para formular frases. Dessa forma, vemos sentidos do discurso da unidade, da língua *imaginária*.

Chomsky, por estar inscrito na psicologia cognitiva, postula uma concepção biologistica da língua(gem), quando acredita que ela é uma faculdade inata, presente na nossa própria concepção genética, de modo que o cérebro já vem programado para processar os poucos dados fornecidos pelo ambiente e, a partir deles, organizar em nossa mente toda a gramática de nossa língua.

Por essa síntese que relaciona a língua à estrutura biológica que os falantes dispõem, acreditamos que há uma escolha teórica em postular a língua inserida numa gramática gerativa ou universal. Nesse caso, pelo fato de a língua ser um atributo meramente biológico, prescinde dos aspectos social, histórico e cultural.

A língua, nesse sentido, é um objeto sistêmico, esquemático e regular. Essa representação, notadamente, filia-se ao discurso unitário sobre a língua, porque o que interessa ao Estruturalismo chomskyano é, com a postulação da Gramática Universal,

descobrir princípios abstratos que são universais por necessidade biológica e não por simples acidente histórico e que derivam de características mentais da espécie.

Em suma, há, em nosso entendimento, a desconsideração da experiência de cada falante na condição de ser social e historicamente constituído. Reside, pois, nessa teoria, a representação de uma língua ideal, homogênea, sem quaisquer interferências de ordem histórico-social, uma vez que essa língua é “usada” em condições ideais por um falante igualmente ideal e não afetado pelas injunções sociais.

Por considerar a língua um produto acabado, um sistema estável e, ainda, um depósito inerte para o qual o falante recorre a fim de organizar sua fala, esse conjunto de crenças defendidas pelo Estruturalismo, em muito, nos faz lembrar a reflexão tratada por Orlandi (1998) sobre *língua imaginária*. Sem dúvida, aqui está problematizada a discussão da autora, sendo possível perceber os desdobramentos de uma representação unitária e homogênea que concebe a língua como uma ferramenta pronta para o uso, sem quaisquer interferências ou ruídos de ordem social e política.

Além de Chomsky, outros pensadores refletiram sobre os conceitos de língua e o seu entorno constitutivo a partir das ideias Estruturalistas. Podemos citar, como exemplo, as leituras feitas por Pêcheux (2009) com vistas a entender os efeitos de sentidos que reivindicam a heterogeneidade linguística.

2.3.2.1 A interpretação de Pêcheux ao Estruturalismo

Objetivando trazer outras reflexões que problematizam possíveis relações entre *unidade* e *diferença* na/da língua, trazemos à tona algumas ideias defendidas por Michel Pêcheux. Inicialmente, sublinhamos que, guardadas as devidas proporções, as ideias sócio interacionistas, já discutidas, aproximam-se das críticas feitas por Pêcheux (2009) ao Estruturalismo, quando, entre a *fala* e a *língua*, esse autor propõe entremeios que problematizam tal dicotomia. Pêcheux, com isso, reivindica a consideração das *condições de produção* que fazem funcionar um discurso⁷, devidamente situado e com interlocutores/sujeitos inseridos em uma dada formação social e, por isso, afetados por uma estrutura ideológica.

Em outras palavras, se faz necessário transcender o nível da frase e contemplar o contexto extralinguístico (condições de produção). A questão, portanto, não mais se detém às relações entre *língua*, sequência sintaticamente estável e correta, que oferece *possibilidades de manifestação individual do locutor – (e) fala*.

Entre essas duas instâncias (fala e escrita), surge um elemento novo – o discurso, enquanto “parte de um mecanismo em funcionamento, isto é como pertencente a um sistema de normas *nem puramente individuais nem globalmente universais*, mas que derivam da estrutura de uma ideologia” (PÊCHEUX, *op. cit.*, p. 75. Destacamos) que, por sua vez, corresponde a mecanismos de uma determinada formação social.

Com esse gesto, o autor chama a atenção para o fato de que a ótica sistêmica não permite observar a língua em uso no nível do social, ou seja, a prática linguageira

⁷ Importante dizer que a teoria do discurso, na obra citada, está em elaboração, correspondendo à fase da AD 1. Por essa razão, apreendemos a conceituação do objeto teórico da AD – o discurso – mais pelo seu entorno – condições de produção, formação social, estrutura ideológica – do que propriamente por uma definição consolidada.

de sujeitos. Aqui surge a necessidade de situar e definir o discurso, que não é individual (fala) nem universal (língua), mas situa-se, como dissemos, em um nível intermediário e só pode ser pensado a partir do trabalho de sujeitos inscritos no social.

A partir desse direcionamento, é possível que pensemos o discurso como um objeto linguístico e também histórico, ideológico e social. Atributos que igualmente se aplicam à língua, entendida como objeto material do discurso e, por isso, sujeita a falhas e a deslizamentos de sentidos.

Na ótica de Pêcheux (*op. cit.*), o processo discursivo se articula ou se conjuga sempre sobre um discurso prévio, numa espécie de remissão ao que já foi dito, em outro lugar, por outros sujeitos sociais. E o que é dito *aqui* só faz sentido porque já foi dito e já “produziu” sentido. Ressalvando-se, no entanto, que o que se diz, anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que o “sujeito do discurso” ocupa.

A noção de *condições de produção*, pelo exposto, reclama a consideração da relação necessária entre um discurso, seu lugar “de produção” e os mecanismos institucionais extralinguísticos. Pêcheux, com isso, convoca, a fim de alicerçar essa discussão, a noção de *prática discursiva*, que é eminentemente social, uma vez que representa a interlocução estabelecida entre sujeitos sociais que necessariamente estão inscritos em diferentes lugares sociais.

Essa articulação sinaliza para a constituição de sentidos que consideram a relação entre língua e seu entorno – o social. Dessa forma, a orientação das ideias pecheutianas é a de que a língua sofre, reflete e refrata as ressonâncias de ordem ideológica e política e, por essa razão, se constitui não só pela relação sistêmica, mas preponderantemente pela sua relação com o exterior. Essa representação de língua

direciona gestos de interpretação que propõem a *diferença*/heterogeneidade como aspecto inerente à língua.

É possível perceber que a crítica pecheutiana incide, essencialmente, sobre a relevância dos mecanismos extralinguísticos – a descrição extrínseca do comportamento linguístico. Nesse contexto de reflexões, é necessário sublinhar que, à revelia da proposta estruturalista sistêmica da relação apenas entre signos de uma língua, outras relações são possíveis, tais como: as relações de sentido existentes entre discursos que, a depender das condições de produção, podem, entre si, estabelecer relações de confirmação/negação/sobreposição/sustentação. Com isso, a proposta é ampliar a percepção das relações linguísticas existentes, visto que discute o funcionamento extrínseco à/da língua.

Em outros termos, o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando *evoca* tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as “deformações” que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido. (PÊCHEUX, *op. cit.*, p. 76).

É possível depreender que a língua é uma materialidade significativa revestida por condições externas de produção. É, ainda, a base dos processos de interlocução/comunicação, mas com a necessária consideração de seu funcionamento político-social e, por isso, discursivo. Assim, o funcionamento da língua não é integralmente *linguístico*, na acepção estruturalista, mas é possível entendê-lo levando em conta os mecanismos de condições de produção dos discursos.

Dessa forma, a língua é pensada “como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história”. (PÊCHEUX *apud* ORLANDI, 2000, p. 80). Essas constatações revelam que a ideia defendida é a de que a língua ocupa lugares que se perfazem a partir do jogo entre a *unidade* e/ou a *diferença*, bem como a partir de representações que, conforme já dissemos, podem jogar com sentidos diversos, que fazem funcionar relações de sobreposição, alinhamento, negação, confirmação, entre outras.

Pelo que foi exposto, as ressalvas de Pêcheux ao método estruturalista, em suma, possibilitam que reflitamos sobre o caráter limitado da análise linguística fechada sobre si mesma, à medida que introduz a problematização que a noção de *condições de produção* dos discursos traz para as reflexões sobre a língua e o seu entorno.

Para efeitos de conclusões parciais sobre as configurações imaginárias estruturalistas acerca da língua que se situam entre a *unidade* e/ou a *diferença*, sintetizamos as representações que se alinham a uma e/ou outra perspectiva, evidenciando, de início, as discursividades sobre a unidade da língua: a) prevalência de um imaginário de língua como sistema unitário, autônomo e, por isso, independente das injunções histórico-sociais; b) desconsideração do “usuário” da língua como sujeito pertencente a uma sociedade/cultura; e c) desprezo à natureza interacionista, dialógica e ideológica da língua(gem).

Pelo exposto, é possível perceber que as discursividades da *unidade* da/na língua põem em jogo o aspecto da *univocidade*, à medida que contempla esse objeto abstratamente construído. Aqui, o exterior da língua é um interdito.

Situando-se em outro campo de representações, estão os sentidos que postulam a *diferença* como aspecto que constitui a língua. Aqui, estão problematizadas discursividades que, entre outras coisas, permitem que reflitamos sobre: a) a língua é um sistema, mas passível a falhas, a jogos, ao equívoco e, por isso, seu funcionamento não é só linguístico, mas também social, ideológico e está diretamente relacionado a condições de produção; b) a noção de condições de produção implica em considerar o lugar social dos sujeitos que enunciam; e c) a língua, por não ser neutra e homogênea, é uma materialidade que significa; é, ainda, lugar onde os processos ideológicos se alojam para “atribuir” sentidos, de tal modo que os discursos, entre si, estabelecem relações de sentidos.

2.3.3 O imaginário Dialógico da linguagem

O filósofo Mikhail Bakhtin/Volochínov (1981) reivindica a mobilização de outra concepção, diferente da preconizada pelo Estruturalismo de Saussure que “não só pode prescindir de outros elementos da linguagem como só se torna possível quando tais elementos não estão presentes.” (SAUSSURE *apud* INDURSKY, 2005, p. 102). Para o filósofo russo, a língua não poderia se reduzir a uma concepção sistêmica, mas necessitava dar conta das relações sociais e interindividuais. Em outras palavras, as relações entre indivíduos se estabeleceriam pelo viés linguístico, logo a língua seria uma atividade/fato social que se funda nas necessidades de comunicação entre indivíduos necessariamente inscritos no social.

Partindo desse contexto de reflexões, percebemos que os efeitos de sentidos sobre a língua postulam a natureza social em detrimento da individual e, por isso, a língua reflete os conflitos e confrontos entre valores sociais, o que nos leva a pensar o objeto língua em seu aspecto heterogêneo, suscetível a mudanças de ordem histórica e cultural.

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1993, p. 123).

Decorre da constatação de que, se a língua é um reflexo da ordem social, em havendo modificação nas estruturas sociais, haverá modificação na língua. Nesse caso, pelo fato de refletir as variações sociais, a língua é, por excelência, heterogênea e variável – gestos de interpretação que tomam a *diferença* como aspecto constitutivo da/à língua.

Seguindo esse percurso argumentativo, propomos, a partir de Mikhail Bakhtin/Volochínov (*op. cit.*), pensar as noções de *dialogia* e *polifonia*, uma vez que estão diretamente relacionadas à constituição dessa representação heterogênea de língua.

À ideia de dialogia, está associada a coexistência de falas de sujeitos diferentes em um espaço discursivo/enunciativo, ao passo que a polifonia é inerente a qualquer ato linguístico, de tal forma que a língua não tem existência por si só, mas em conjunção com uma enunciação “real”, através da qual ela entre em contato com as formas sociais e concretas da interação verbal. Explicando, com outros termos, respectivamente a dialogia e a polifonia:

...as palavras não são neutras na língua, isto é, nelas encontram-se as posições de outros, a enunciação de cada falante contém, implicitamente, os pontos de vista de outros discursos anteriores [e] num mesmo discurso encontram-se explicitamente, ou não, vozes de sujeitos diferentes. (GUIMARÃES *In*. ZANDWAIS, 2005, p. 155).

Fica claro, então, que, com as noções de polifonia e dialogia, é possível a consideração de diferentes vozes sociais no conjunto de reflexões de Bakhtin/Volochínov (*op. cit.*), contrariando a crença no aspecto *monológico* da língua. O monologismo seria um efeito da concepção unitária que orienta os gestos de interpretação sobre a língua, haja vista que o efeito ideológico elementar de tal concepção funciona como um mascaramento do *dialogismo* subjacente/inerente à língua – repleta de vozes sociais. Podemos, a partir do exposto, estabelecer possíveis relações de sentidos entre o discurso da *unidade* e o monologismo, ao passo que os sentidos da *diferença* da/na língua se relacionam com o dialogismo.

Sem dúvida, de acordo com as reflexões defendidas por Bakhtin, percebemos que há, necessariamente, a mobilização de uma noção de língua distinta da visão sistêmica e abstrata que exclui a exterioridade, o social. Na medida em que as ideias *dialogistas* concebem que a estrutura da língua é social e só se efetiva entre falantes, a interação se constitui como um pressuposto basilar da língua.

Por tudo o que foi dito, observamos que o postulado sistêmico, intralinguístico, monológico – *unitário*/homogêneo -, defendido pelo Estruturalismo, dá espaço para o *dialogismo*, cuja proposta busca compreender a “verdadeira substância da língua” que não é constituída por “um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada”, mas pelo fenômeno social da interação verbal como constitutiva da realidade fundamental da língua (BAKHTIN *apud* INDURSKY, *op. cit.*, p. 103).

Nesse contexto de reflexões, a dinâmica e a evolução linguística são aspectos conotados positivamente. A variação, portanto, é atributo inerente à língua, que, por sua vez, reflete as variações sociais. As ideias defendidas por Bakhtin, ainda que não desconsiderem que a mudança obedece, em parte, leis internas da língua, propõem que tal mudança é regida, sobretudo, por leis externas e de natureza social. Por isso, o sistema anacrônico - objetivismo abstrato - é criticado, visto que concebe a língua como sistema de formas passíveis de descrição que se concentram num construto teórico abstrato, homogêneo e de “impossível” verificação empírica.

A termos de conclusões parciais sobre a teoria sócio interacionista, entendemos que estão problematizadas as interfaces de um “mesmo” objeto – a língua. No caso em que estamos discutindo, de um lado está a proposta de conceber a língua como um trabalho empreendido entre falantes e, por isso, a língua seria uma atividade social, dialogal, heterogênea, variável – efeitos de sentidos que corroboram a perspectiva da *diferença*, da pluralidade de usos, da dialogia: a língua em exercício por indivíduos que interagem mediante determinações sociais. Portanto, notamos que o pensamento bakhtiniano confirma a perspectiva de uma língua heterogênea.

O dialogismo, pois, guarda relações de sentidos com a abordagem que concebe a *diferença* como atributo linguístico. A língua, nesse caso, vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, e não apenas no sistema linguístico abstrato das formas intrasistêmicas.

Notadamente, essa possibilidade de compreensão “rejeita” a crença estruturalista em uma língua-sistema, neutra, estável, abstrata, imutável e homogênea. Aspectos constituintes da configuração imaginária do monologismo da língua. Como

discutimos, essa configuração imaginária nega o falante e sua inserção numa comunidade com suas características sociais, culturais, políticas e ideológicas.

Sendo assim, os gestos de interpretação dessa concepção unitária filia-se a uma memória discursiva que (im/pro)põe que entre o sistema linguístico e sua história não haveria qualquer vínculo, mas, ao contrário, *sistema* e *história* da língua seriam estranhos um ao outro.

2.3.4 As “Normas da Língua” enquanto espaços do Discurso Heterogêneo na Sociolinguística

Ao dar relevo à concepção de língua manifesta pela Sociolinguística, consideramos que essa teoria reúne um conjunto de dizeres que concebe a possibilidade de a língua variar, mudar – ser um espaço constituído pela diferença, pela heterogeneidade. No bojo das reflexões sociolinguísticas, está a problematização de que não há um padrão absoluto de correção, uma única gramática concebível, mas, ao contrário, há que se considerar o fenômeno da variação linguística enquanto aspecto constitutivo da língua e, por isso, inerente a ela.

Nesse sentido, é necessário ampliar os horizontes conceituais acerca da língua e de seu usuário/falante, que pode alternar sua forma de expressão e adaptá-la às circunstâncias, o que significa dizer que não há um único modelo de correção, mas padrões relativos a circunstâncias diversas. Não seria, então, pertinente se deter ao estudo da língua enquanto um objeto desconectado das relações em sociedade, mas concebê-lo como um instrumento dinâmico, usual e direta e intrinsecamente relacionado às práticas sociais.

A heterogeneidade, pois, de acordo com a Sociolinguística, é uma premissa sobre a qual é necessário se debruçar, ao estudar a língua(gem) em funcionamento, em uso real – social e historicamente. Nesse sentido, a heterogeneidade seria o espaço próprio da realidade da língua, pois é nele que se dão as enunciações enquanto trabalho dos sujeitos envolvidos nos processos de comunicação social LABOV (2008).

De acordo com essa perspectiva, não se concebe o estudo e ensino de uma língua sem contemplar as distintas instâncias sociais, pois é no interior das instituições sociais que acontecem os eventos interlocutivos, com múltiplas possibilidades de uso da língua. Esse objeto, enquanto produto desta história e condição de produção da história presente, vem marcada pelos seus usos e pelos espaços sociais destes usos.

A língua, assim, se constitui como sistema aberto, heterogêneo e dinâmico – representação que se distancia do discurso unitário que trata a língua como entidade homogênea e fechada. As características de abertura, heterogeneidade e dinamismo da língua seria, então, uma “resposta” ao caráter diversificado, complexo e mutável das relações sociais. Baseados nesse propositura, os sociolinguistas afirmam que a homogeneidade atribuído aos sistemas linguísticos seria um disfunção da língua. Assim, a heterogeneidade não é apenas comum, mas o resultado natural de fatores linguísticos fundamentais.

Pelo exposto, percebemos que o discurso da Sociolinguística funciona na medida em que inclui o exterior, o social. No entanto, esse exterior multifacetado é categorizado, segundo alguns padrões dessa disciplina que agrupam as manifestações linguísticas, tomando como referência aspectos geográficos, etários, entre outros. Aqui questionamos os limites postos à heterogeneidade, pois dividir a

língua e os seus usuários, segundo o estabelecimento de padrões, seria se filiar a sentidos reguladores e unitários que constituem o imaginário de língua.

Veremos, a partir de então, a divisão da língua a partir do estabelecimento de normas ou padrões de variação e suas muitas possibilidades de manifestação. Ao considerar a existência de variantes/normas para uma língua já se evidencia a possibilidade de que ela (a língua) seja plural, heterogênea, passível a manifestações/realizações diversas, ainda que segundo as categorizações definidas.

Refletir, portanto, sobre as normas da língua pode nos conduzir a pertinentes constatações, tais como: perceber se são entendidas em posição estanque e diferentes ou, ao contrário, como variantes que se tocam e se influenciam reciprocamente. Interessa-nos, ainda, discutir a acepção do termo “norma” – ora entendido em seu sentido normativo, impositivo; ora interpretado como normal, usual.

Tais discussões são necessárias, porque poderemos compreender algumas imagens que orbitam em torno da língua e influenciam a circulação de discursos.

Com o objetivo de realizar uma reflexão sobre o conceito de “norma”, visitamos Bagno (2003) e verificamos que, para ele, norma é tudo o que é de uso corrente numa língua relativamente estabilizada pelas instituições sociais. Faraco (*op. cit.*) segue esse entendimento e diz ser possível

[...] conceituar tecnicamente norma como determinado conjunto de fenômenos linguísticos (fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais) que são correntes, costumeiros, habituais numa dada comunidade de fala. Norma nesse sentido se identifica com normalidade, ou seja, com o que é corriqueiro, usual, habitual, recorrente (“normal”) numa certa comunidade de fala. (FARACO, *op. cit.*, p. 37).

Entendida dessa forma, diz respeito à norma tudo o que seja de uso corrente, real, que tenha tendência geral e frequência numa certa comunidade linguística. No entanto, outra interpretação é possível para o mesmo termo, quando o entendemos como um “conjunto de preceitos estabelecidos na seleção do que deve ou não ser usado numa certa língua” (BAGNO, *op. cit.*, p. 39), de modo que se associa a essa interpretação juízos de valor, preceitos e uma perspectiva de língua “ideal”.

É esse último entendimento que povoa, com mais ênfase, o imaginário social, inspirado na ideia de uma língua homogênea, e resulta em afirmações como as que os “incultos” falam sem nenhuma lógica, falam sem nenhuma norma ou regra.

Afirmação questionável, quando reconhecemos a plenitude formal de todas as variedades linguísticas, o que significa dizer que toda e qualquer manifestação da linguagem verbal (toda e qualquer norma linguística, toda e qualquer variedade linguística) tem organização, tem gramática (FARACO, *op. cit.*).

Tal constatação põe em crise a cultura do erro instaurada no senso comum, porque o que é considerado incorreto é assim julgado ou pode ser assim julgado com base em uma norma que não seja a mesma correspondente a determinado uso, o que nos leva a conceber a existência plural de normas que, por sua vez, estão em direta relação com aquilo que se diz ou que já foi dito, em determinada comunidade sociolinguística, em consonância com um uso específico e também com o sistema próprio da língua.

Como dissemos, na tentativa de explicar tais usos e relacioná-los a certos fatores, a Sociolinguística lança elucidações com base em categorias de descrição, como idade, gênero, nível de renda, escolaridade e localização geográfica. Contudo, essas caracterizações possivelmente não contemplem todo o fenômeno da linguagem

e as suas possibilidades de realização, uma vez que há que se considerar, para fazer uma análise mais detida, as múltiplas redes de relações discursivas de que participam os usuários da língua inseridos em uma comunidade com diversas normas.

A questão se amplia em complexidade quando consideramos o intenso processo de urbanização e o alcance dos meios de comunicação em um país com dimensões continentais, onde coexistem normas diversas, trazidas ou veiculadas por estes meios de comunicação⁸ e pela interação entre falantes diversos. Ideia que nos leva a concordar com Faraco (*op. cit.*, p. 44), quando pondera que não existe uma norma pura, já que entre elas há um processo de absorção de características umas das outras, sendo, por isso, hibridizadas. Nesse sentido, “não é possível estabelecer com absoluta nitidez e precisão os limites de cada uma das normas – haverá sempre sobreposições, desbordamentos, entrecruzamentos”.

Essa constatação nos traz inquietações quando relacionamos aos eixos e às habilidades que orientam as abordagens do ENEM, quando requerem o domínio da norma culta e o reconhecimento de usos da norma padrão. Questionamos se essas orientações tomam essas variantes como estanques ou em relação com outras normas da língua. Esse entendimento é decisivo para compreendermos a representação de língua e de sua heterogeneidade a partir das questões de língua portuguesa que objetivam atender a essas orientações.

⁸ A fim de explicar a influência dos meios de comunicação, Faraco (*op. cit.*) propõe o exemplo de uma comunidade essencialmente rural que tem contato contínuo com as normas urbanas veiculadas pelo rádio e pela TV. Para o autor, esse contato será decisivo para a difusão das características urbanas nessa comunidade.

De fato, não é expediente fácil classificar as variantes e as normas linguísticas das muitas comunidades de prática⁹ existentes neste país. No entanto, não podemos desconsiderar esse fenômeno social e ser indiferentes a afirmações que ponderam serem os falantes incultos e agramaticais reprodutores de uma nova babel linguística.

Por fim, ao que nos parece, diferentes representações de língua podem ser materializadas em discursos, que podem dizer a língua a partir de uma filiação de sentido alinhada à interpretação unitária do termo norma. Nesse caso, a heterogeneidade é vista como deturpação da “norma única” – discurso que se filia a sentidos unitários da língua.

Outro entendimento é possível: o que considera a existência das variantes de uma língua, mas em posições estanques e diferentes, não havendo relação entre as normas e sua “aplicação” a alguns usos. Nesse caso, observamos que há um discurso tenso entre a *unidade* e a *diferença*, pois, ainda que conceba a heterogeneidade da língua, essa propriedade é regulada e estabelece relações com usos segundo o estabelecimento de padrões restritos.

Outros dizeres, contudo, podem discursivizar que a norma, por ser entendida como usual, frequente, normal, pode ser relacionada à língua numa perspectiva heterogênea, de usos diversos e de relações possíveis entre elas.

Percebemos, enfim, que essas possibilidades de interpretação da relação entre língua e norma influenciam nas representações da língua.

⁹ A esse respeito, Faraco (*op. cit.*) diz que uma mesma pessoa pode participar de diferentes experiências coletivas, de diferentes atividades e relacionamentos, o que influenciaria no “uso” de uma norma em detrimento de outra(s).

3 DIRETRIZES METODOLÓGICAS

As próximas páginas destinam-se às diretrizes metodológicas da investigação que estamos empreendendo. Apresentaremos a natureza da pesquisa, a constituição e delimitação do *corpus* e os procedimentos de análise.

Natureza da pesquisa

Com vistas a articular objeto de análise, questão de pesquisa e teoria do discurso, por meio do movimento constante entre descrição e interpretação, a nossa investigação, cuja natureza pode ser definida como *interpretativo-discursiva*, permite a percepção de intrincadas relações do discurso, da língua, do sujeito e dos sentidos.

Uma análise de caráter interpretativo-discursiva interessa-se em evidenciar o processo de constituição dos sentidos (efeitos de sentidos) e dos sujeitos (efeitos-sujeito), no intuito de compreender como o discurso produz sentidos e, por isso, está investido de significância para e por sujeitos (ORLANDI, 2000). É possível dizer, então, que a investigação *discursiva* tem a intenção de reconhecer e ultrapassar os efeitos de evidência inscritos em um *corpus* a ser analisado, considerando a(s) questão(ões) de pesquisa e problematizando os processos de significação e textualização do político.

Os caminhos de uma pesquisa que pretende ser discursiva devem, portanto, expor as condições de produção/funcionamento de discursos, de modo a descortinar os efeitos de evidência e desnaturalizar a transparência dos sentidos, na medida em que problematiza a objetividade material que constitui discursos-sujeitos-sentidos.

Essa será a perspectiva que adotaremos em nossa análise, com vistas a discutir os efeitos de sentidos sobre a língua e sua heterogeneidade decorrentes das discursividades que constituem o discurso do ENEM. Dessa forma, será possível problematizar a espessura histórico-ideológica que intervém na constituição e legitimação de configurações imaginárias que postulam o controle/a regulação da língua e de sua heterogeneidade.

Constituição e delimitação do *corpus*

O *corpus* desse trabalho será *documental*, mas entendido como um “*arquivo*”, uma vez que essa pesquisa objetiva realizar uma análise discursiva de um conjunto de textos que remetem a *um mesmo* tema. Importante destacar que concebemos *documento* como lugar de produção de sentidos, espaço heterogêneo e aberto a representações.

Sobre o conjunto de textos a que nos referimos acima, vale ressaltar que é entendido, de acordo com a concepção de Orlandi (2005), como lugar/expressão onde é possível observar processos de constituição dos sentidos. Ainda no dizer da autora, o texto é uma unidade linguístico-histórica onde se materializa o real do discurso, sendo, por isso, o lugar a partir do qual o analista trabalha, “atravessando”-o para chegar aos discursos, à memória, à ideologia.

Assim, para situar o *corpus* dessa pesquisa, consideramos que o contexto histórico-social do ENEM está circunscrito a um conjunto maior de procedimentos e políticas de Estado que, em outras coisas, postulam a regulação educacional e a difusão de valores, de conhecimentos e ideologias. Nesse aspecto, é válido destacar que o Estado, por meio de documentos oficiais, parâmetros e Matriz de Referência do ENEM, direciona políticas educacionais para o país.

No que tange à orientação para as abordagens sobre a língua, verificamos que esses documentos recomendam que considerem a perspectiva da heterogeneidade como pressuposto para o trabalho com a educação linguística, conforme detalharemos mais adiante.

No que se refere à problematização acerca da heterogeneidade no ENEM, conforme já dissemos, em 2009, o Ministério da Educação (MEC), através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), lançou uma Matriz de Referência. Nela, há cinco eixos cognitivos¹⁰ que são comuns às quatro áreas do conhecimento das provas do exame: Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias (primeiro dia de provas); Matemática e suas Tecnologias; Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (segundo dia de provas). Essa última área caracteriza-se pela abordagem das muitas formas de manifestação da linguagem, bem como por veicular questões sobre Língua Portuguesa.

Para cada uma dessas quatro áreas há um complexo de 30 habilidades¹¹ que norteiam a abordagem das questões. A esse respeito, é importante citar que são 45 questões para cada área do conhecimento, perfazendo um total de 90 questões por dia de prova.

Para formulação das questões, os examinadores tomam por base o desenvolvimento dos “eixos cognitivos” e de competências e habilidades para cada área de conhecimento.

¹⁰ Dominar linguagens (DL); II. Compreender fenômenos (CF); III. Enfrentar situações-problema (SP); IV. Construir argumentação (CA); V. Elaborar propostas (EP) (BRASIL, 2009, p. 01).

¹¹ Disponíveis em: MATRIZ DE REFERÊNCIA PARA O NOVO ENEM (www.inep.gov.br).

Sobre a metodologia de avaliação do exame, ponderamos que se baseia, entre outras coisas, na propositura de situações-problema sobre as quais os candidatos devem se debruçar a fim de resolvê-las.

No que se refere à área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, observamos que é uma grande área que abrange as produções sociais que se estruturam mediadas por códigos – passíveis de representações sociais -, como a linguagem musical, das artes plásticas, entre outras. É nesta área que se situam as questões sobre Língua Portuguesa do exame.

A respeito dessa área, vale ressaltar que 9 competências e 30 habilidades orientam a elaboração das 45 questões sobre linguagem. Selecionamos, a seguir, as três habilidades da competência de área 08. Explicitamos essa área por ser através dela que o ENEM se propõe a abordar a língua sob a ótica da heterogeneidade, enfatizando a necessidade de “compreender e usar a língua portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade”:

H25 - Identificar, em textos de diferentes gêneros, **as marcas linguísticas** que singularizam **as variedades linguísticas sociais, regionais e de registro**.

H26 - Relacionar **as variedades linguísticas a situações específicas de uso social**.

H27 - Reconhecer **os usos da norma padrão da língua portuguesa nas diferentes situações de comunicação**. (BRASIL, 2009, p. 04. Grifamos).

Pela leitura dessas três habilidades, entendemos que a Matriz de Referência 2009 do ENEM encerra imagens de uma língua heterogênea, filiando-se ao discurso da variação linguística.

Na H25, observamos que há o entendimento de que a língua pode se manifestar em textos de diferentes gêneros, o que nos leva a afirmar que aqui está a sinalização para a abordagem da língua a partir de gêneros textuais diversos que, por sua vez, materializam marcas que singularizam variedades linguísticas – sociais, regionais e de registro. Por meio dessa associação entre determinados gêneros textuais e possibilidades de variação da língua, acreditamos que há também uma filiação de sentidos ao discurso teórico sobre os gêneros do discurso.

A H26 confirma e amplia esse entendimento, visto que expressa uma relação entre “variedades linguísticas” e situações de “uso social”. Esses elementos propõem que haja uma filiação teórica a perspectivas heterogêneas da/sobre a língua, ao mesmo tempo em que evocam a memória de uma língua passível a adaptações, a mudanças, conforme discursiviza a Sociolinguística.

A H27, a Matriz menciona, ainda, o reconhecimento da “norma padrão” em diferentes situações de comunicação. Podemos, com isso, vislumbrar que a língua varia, adequa-se a determinadas situações de comunicação em que se faz necessário o uso da norma padrão da língua portuguesa.

Ao verificar as H27 e H25, notamos que não há maior elucidação sobre as variedades linguísticas *sociais*, *regionais* e de *registro*, ao contrário da variedade padrão – devidamente destacada/mencionada nessa última habilidade. Outra observação digna de registro é a de que, ainda que as duas primeiras habilidades se filiem a sentidos que problematizam a perspectiva da heterogeneidade da língua, a

H27 legitima a NP e o seu reconhecimento em diferentes situações de comunicação, o que pode sinalizar para filiações de sentidos tradicionais que discursivizam o “fechamento” da heterogeneidade da língua.

Após essas breves observações sobre a Matriz de Referência para o ENEM e possíveis relações com as questões sobre língua e heterogeneidade, afirmamos que essas possíveis formas de heterogeneidade serão analisadas a partir de um *corpus* que, nessa investigação, será composto pelo conjunto de questões das edições do ENEM de 2009¹² a 2013 sobre Língua Portuguesa.

Nessa pesquisa, portanto, temos como objeto empírico o conjunto de questões de Língua Portuguesa, presentes na Área de Linguagem, Códigos e suas Tecnologias¹³, que abordam, especificamente, a relação entre língua e heterogeneidade. Pretendemos, a partir desse documento, na medida em que “atravessarmos” essa materialidade significativa, discutir o objeto teórico dessa investigação: o discurso sobre a divisão da língua e sua configuração estratégica que tenta controlar/regular os sentidos de/sobre língua e heterogeneidade.

Em nossa análise, partiremos do conjunto de questões do ENEM à que já nos referimos, das quais recortaremos e definiremos *sequências discursivas* que serão analisadas. Sobre o conceito de *sequências discursivas*, entendemos que são

¹² Sobre a edição 2009 do ENEM, recordamos que foi motivo de grande discussão na sociedade, pois suas provas foram conhecidas por alguns candidatos antes de sua realização, ou seja, as provas vazaram. A descoberta desse fato teve como consequência o cancelamento das referidas provas e a elaboração de outras. Temos a pretensão de analisar questões das duas edições elaboradas para esse ano.

¹³ A área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias aborda questões que versam sobre linguagem corporal, visual, verbal, literária, teatral, plástica, além dos códigos linguístico, icônico, social, entre outros. Por isso, trata-se de uma grande área que contempla diversas possibilidades de abordagens.

fragmentos de textos, palavras ou expressões que sinalizem para uma configuração discursivo-analítica relevante à compreensão do objeto de nossa pesquisa. Interessam-nos, pois, as sequências discursivas (SDs) que remetam a imagens/representações da língua e de sua heterogeneidade.

Acerca da organização das questões, das quais serão recortadas as SDs, verificamos que, em linhas gerais, são estruturadas em três partes: 1- *Textos motivadores*, 2- *Enunciado* e 3- *Alternativas*.

Os textos motivadores caracterizam-se por apresentarem uma situação-problema a ser solucionada e por serem de natureza multimodal (tabela, imagens, figuras, gráficos ou infográficos, esquemas, experimentos, entre outros). Percebemos que são textos curtos e apresentam informações para a resolução do problema posto pelo enunciado.

O segundo elemento - o enunciado – é sintético e se organiza sob o formato de perguntas e frases a serem respondidas. Geralmente, é estruturado a partir de uma sequência injuntiva que direciona a tarefa que o candidato deve realizar.

Conforme a orientação teórico-metodológica do ENEM, o enunciado deve apresentar uma situação-problema partindo do seguinte pressuposto de que se “faz uma pergunta e oferece alternativas, das quais apenas uma corresponde ao que é certo quanto ao que foi enunciado.” (INEP, 2005, p. 35).

O último componente de uma questão do ENEM são as alternativas – possíveis respostas à situação-problema que está no enunciado. Observamos que elas são dispostas a partir de sequências narrativas e injuntivas e são relativamente curtas.

Para que o candidato possa resolver o que foi proposto no enunciado, se faz necessário que haja entre as alternativas uma totalmente “aceitável” e outras consideradas “distratores”, ou seja, que não estão “corretas” – inaceitáveis no contexto de formulação das demais partes da questão.

Em nossa pesquisa vamos fazer uma leitura discursiva, entendendo cada questão do ENEM como um *recorte discursivo*, que, por sua vez, é subdividido em três espaços de significação: 1- o dos textos motivadores, 2- o do enunciado e da alternativa “correta” (gabarito) e 3- o das demais alternativas (“distratores”). De cada um desses espaços, destacaremos as *sequências discursivas* que interessam aos objetivos da pesquisa.

Optamos por incluir essa alternativa “correta” (gabarito) no espaço de significação 2, pois, ainda que, espacialmente, ela esteja situada junto às demais alternativas (“distratores”), entendemos que complementa o enunciado enquanto espaço de legitimação de um saber sobre a língua e, por isso, está em possível em acordo com o saber (im)posto pelo/no segundo espaço de significação.

Portanto, em nossa análise, partiremos do conjunto de questões do ENEM que tratam da língua e de sua heterogeneidade. Em seguida, recortaremos as questões em três espaços de significação – texto(s) motivador(es), enunciado e alternativa “correta” e demais alternativas. A partir desses três espaços, estabeleceremos nossa escuta discursiva em busca de alcançar os objetivos dessa investigação.

Procedimentos de análise

Na análise do nosso *corpus*, partiremos do pressuposto de que, nele, coexistem muitos discursos sobre a língua e, por isso, o discurso do *corpus* analisado

seria permeado, clivado por outros dizeres heterogêneos/homogêneos sobre língua/heterogeneidade. Como aspectos caracterizadores do discurso do ENEM estariam possíveis dicotomizações, resistências, silenciamentos, mas também aproximações, entrecruzamentos e sobreposições de sentidos.

Com vistas a confirmar o pressuposto acima mencionado, consideraremos que cada espaço de significação, já mencionado, constitui determinados efeitos de sentidos para a língua e sua heterogeneidade.

No caso dos textos motivadores, entendemos que são espaços de significação que tratam da língua na perspectiva do “uso”, ou seja, os efeitos de sentidos propõem a heterogeneidade e, assim, concebem o lugar da variação, da possibilidade de observação da língua em exercício.

O segundo espaço de significação pode atuar no fechamento e controle/regulagem dessa heterogeneidade, haja vista que é o lugar de discursividades do conhecimento curricular, institucional e acadêmico. Aqui é o espaço de atuação do Estado, por meio do sujeito elaborador da situação-problema que compõe a questão.

Consideramos essa ideia e, por isso, acreditamos que esse espaço traz, em sua materialidade linguístico-histórica, os vestígios de “sua” constituição política. Analisá-lo permitirá que capturemos como se constituem os efeitos imaginários que configuram e legitimam um saber ou saberes específicos sobre a língua.

Quanto ao espaço das alternativas “incorretas” (“distratores”), são constituídas pelas duas possibilidades de significação acima mencionadas: a do texto motivador, por entendermos que são espaços de discursividades de saberes que postulam a

perspectiva da língua em uso e, também, a do segundo espaço de significação, uma vez que podem discursivizar a relação entre saberes/não-saberes (discursividades do “erro”) sobre a língua (AGUSTINI, 2004).

Importante sublinhar que, mesmo recortando as questões em três espaços de significação para fins de análise, não procederemos em uma observação estanque de cada espaço, ao contrário: procuraremos relacioná-los e considerar que, por constituírem o gênero questão do ENEM, podem ser analisados conjuntamente.

A análise que iremos realizar, portanto, caracteriza-se por ser horizontal, haja vista que analisaremos o conjunto de cada espaço de significação, bem como vertical, pois, como dissemos, se faz necessário contemplar a relação existente entre cada espaço de significação que estrutura a questão e, ao mesmo tempo, movimentar efeitos de sentidos sobre língua e heterogeneidade.

Por meio dessa análise discursiva, poderemos “chegar” às discursividades – tensas, contraditórias, plurais – que encerrem estratégias de controle/regulagem dos sentidos sobre a língua e sua heterogeneidade pelas características do discurso polêmico do ENEM.

4 Entre a *unidade* e a *diferença* – uma análise das estratégias discursivas de controle/regulagem dos sentidos da língua e de sua heterogeneidade no ENEM

Neste capítulo, intencionamos analisar o *corpus* dessa pesquisa, de acordo com os objetivos estabelecidos e os procedimentos de análise mencionados no capítulo anterior. Para tanto, mobilizaremos alguns postulados do campo teórico-analítico da AD, entre outros conhecimentos relevantes à compreensão dos efeitos de sentidos sobre a língua e as estratégias discursivas que tentam viabilizar o controle/a regulagem dos sentidos sobre a língua e sua heterogeneidade.

A inquietação da qual resultou esse trabalho deve-se ao fato de considerarmos que há relações de múltiplas e diferentes naturezas entre os discursos. Essas relações discursivas, segundo nos informa Orlandi (2000), podem ser de exclusão, inclusão, sustentação mútua, oposição, migração de elementos de um discurso a outro. No que se refere, especificamente, a essa investigação, podemos afirmar que são muitos os discursos que circulam sobre a língua, possibilitando o funcionamento de diferentes efeitos de sentidos sobre esse objeto.

Conforme discutimos no capítulo anterior, as teorias linguísticas se constituem enquanto políticas de língua, uma vez que a representam de um *modo próprio*, enfatizando determinados aspectos e certas características desse objeto e, por conseguinte, materializando, via discurso, efeitos de sentidos que jogam com representações que postulam a *unidade* e/ou a *diferença* enquanto interfaces de uma “mesma” língua.

Diante das considerações acima, levantamos a hipótese de que o discurso do ENEM sobre a língua se constitui a partir de uma “con-fusão” discursiva que possibilita a instauração de diferentes gestos de interpretação acerca desse objeto e de sua heterogeneidade. Haveria, no funcionamento discursivo sobre a língua no ENEM, uma tensão, um jogo de legitimidade entre a unidade e/ou a diferença linguística, o que poderá vir a se constituir em um modo próprio de controlar/regular os sentidos sobre a língua e sua heterogeneidade¹⁴.

Partimos dessa hipótese e estabelecemos como questão-geral de pesquisa: *Que estratégias discursivas de controle/regulagem da língua e de sua heterogeneidade sustentam o funcionamento polêmico do discurso sobre a Língua Portuguesa no ENEM?*

4.1.1 Textos motivadores – espaços de significação de/para usos diversos da língua

Iniciamos a análise dos textos motivadores identificando os gêneros textuais mais contemplados pelo ENEM e, dessa forma, constatamos que o exame se utiliza de variados gêneros, dentre eles: anúncio, charge, estrofe de obra de cordel, trecho de revista de divulgação científica, comentário, recriação de uma conversa telefônica, entre outros. Essa observação nos permite afirmar que o exame textualiza, a partir de gêneros diversos, possibilidade(s) de usos e exercício da língua.

Essa sinalização nos faz perceber que, ao explorar os gêneros textuais, de forma recorrente, ao longo das edições observadas, o ENEM se filia aos sentidos

¹⁴ É válido dizer que, para reconhecer a heterogeneidade linguística, não se faz necessário trazer questões que tratem especificamente sobre esse tema, uma vez que o dizer sobre a heterogeneidade e o uso que explicita a heterogeneidade da língua podem ser de ordens diferentes. Portanto, com base nesse raciocínio, em nossa análise, consideramos ambas as possibilidades.

de/sobre língua “postos” pela Teoria dos Gêneros Textuais. Os efeitos de sentidos mobilizados aqui tratam da língua enquanto uma atividade, um fato social que se funda a partir das necessidades de comunicação entre indivíduos que estão inscritos no social.

Essa perspectiva difere de uma concepção sistêmica e estrutural da língua enquanto objeto amorfo e sem vínculo com os aspectos políticos e históricos. A pluralidade gêneros abordados, então, nos faz pensar que a língua reflete os conflitos entre os valores sociais, o que pode favorecer a compreensão de uma língua pensada em seu aspecto heterogêneo e suscetível a mudanças de ordem histórico-cultural.

Confirma esse entendimento o fato de os textos em análise problematizarem diversas e diferentes situações de comunicação em que a língua(gem) cumpre determinadas funções sociais. Por isso, entendemos ser necessário contemplar a relação uso/adequação. Efeitos de sentidos de heterogeneidade que vemos discursivizados nos textos que propõem uma reflexão sobre as finalidades e distinções entre os usos das modalidades escrita e oral (variação diamésica) da língua, bem como nas questões que reproduzem diálogos entre falantes que guardam relações de proximidade e simetria.

As relações de sentidos estabelecidas entre língua, finalidade ou uso social e adequação de/entre falantes são aproximações e entrecruzamentos de sentidos que constituem representações de uma língua “diversa”, heterogênea, conforme percebemos nas seguintes questões:

Questão 4

*Iscute o que tô dizendo,
Seu dotô, seu coroné:
De fome tão padecendo
Meus fio e minha muié.
Sem briga, questão nem guerra,
Meça desta grande terra
Umaz tarefa pra eu!
Tenha pena do agregado
Não me dêxe deserdado*

PATATIVA DO ASSARÉ. A terra é naturá. In: **Cordéis e outros poemas**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2008 (fragmento).

A partir da análise da linguagem utilizada no poema, infere-se que o eu lírico revela-se como falante de uma variedade linguística específica. Esse falante, em seu grupo social, é identificado como um falante

- (A) escolarizado proveniente de uma metrópole.
- (B) sertanejo morador de uma área rural.
- (C) idoso que habita uma comunidade urbana.
- (D) escolarizado que habita uma comunidade do interior do país.
- (E) estrangeiro que imigrou para uma comunidade do sul do país.

Questão 04 - ENEM 2009/Prova Cancelada

Questão 92

Gerente – Boa tarde. Em que eu posso ajudá-lo?

Cliente – Estou interessado em financiamento para compra de veículo.

Gerente – Nós dispomos de várias modalidades de crédito. O senhor é nosso cliente?

Cliente – Sou Júlio César Fontoura, também sou funcionário do banco.

Gerente – Julinho, é você, cara? Aqui é a Helena! Cê tá em Brasília? Pensei que você inda tivesse na agência de Uberlândia! Passa aqui pra gente conversar com calma.

BORTONI-RICARDO, S. M. Educação em língua materna. São Paulo: Parábola, 2004 (adaptado).

Na representação escrita da conversa telefônica entre a gerente do banco e o cliente, observa-se que a maneira de falar da gerente foi alterada de repente devido

- (A) à adequação de sua fala à conversa com um amigo, caracterizada pela informalidade.
- (B) à iniciativa do cliente em se apresentar como funcionário do banco.
- (C) ao fato de ambos terem nascido em Uberlândia (Minas Gerais).
- (D) à intimidade forçada pelo cliente ao fornecer seu nome completo.
- (E) ao seu interesse profissional em financiar o veículo de Júlio.

Questão 92 - ENEM 2009 (caderno azul)

Questão 96



BESSINHA. Disponível em: http://pattindica.files.wordpress.com/2009/06/bessinha458904-jpg-image_1245119001858.jpeg (adaptado).

As diferentes esferas sociais de uso da língua obrigam o falante a adaptá-la às variadas situações de comunicação. Uma das marcas linguísticas que configuram a linguagem oral informal usada entre avô e neto neste texto é

- (A) a opção pelo emprego da forma verbal "era" em lugar de "foi".
- (B) a ausência de artigo antes da palavra "árvore".
- (C) o emprego da redução "tá" em lugar da forma verbal "está".
- (D) o uso da contração "desse" em lugar da expressão "de esse".
- (E) a utilização do pronome "que" em início de frase exclamativa.

Questão 96 - ENEM 2010 (caderno azul)

Questão 99

S.O.S Português

Por que pronunciamos muitas palavras de um jeito diferente da escrita? Pode-se refletir sobre esse aspecto da língua com base em duas perspectivas. Na primeira delas, fala e escrita são dicotômicas, o que restringe o ensino da língua ao código. Daí vem o entendimento de que a escrita é mais complexa que a fala, e seu ensino restringe-se ao conhecimento das regras gramaticais, sem a preocupação com situações de uso. Outra abordagem permite encarar as diferenças como um produto distinto de duas modalidades da língua: a oral e a escrita. A questão é que nem sempre nos damos conta disso.

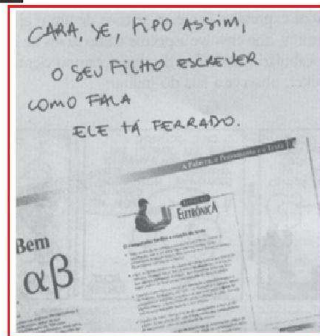
S.O.S Português. *Nova Escola*. São Paulo: Abnli, Ano XXV, n° 231, abr. 2010 (fragmento adaptado).

O assunto tratado no fragmento é relativo à língua portuguesa e foi publicado em uma revista destinada a professores. Entre as características próprias desse tipo de texto, identificam-se as marcas linguísticas próprias do uso

- A regional, pela presença de léxico de determinada região do Brasil.
- B literário, pela conformidade com as normas da gramática.
- C técnico, por meio de expressões próprias de textos científicos.
- D coloquial, por meio do registro de informalidade.
- E oral, por meio do uso de expressões típicas da oralidade.

Questão 99 - ENEM 2010 (caderno azul)

Questão 125



Veja, 7 maio 1997.

Na parte superior do anúncio, há um comentário escrito à mão que aborda a questão das atividades linguísticas e sua relação com as modalidades oral e escrita da língua. Esse comentário deixa evidente uma posição crítica quanto a usos que se fazem da linguagem, enfatizando ser necessário

- A implementar a fala, tendo em vista maior desenvoltura, naturalidade e segurança no uso da língua.
- B conhecer gêneros mais formais da modalidade oral para a obtenção de clareza na comunicação oral e escrita.
- C dominar as diferentes variedades do registro oral da língua portuguesa para escrever com adequação, eficiência e correção.
- D empregar vocabulário adequado e usar regras da norma padrão da língua em se tratando da modalidade escrita.
- E utilizar recursos mais expressivos e menos desgastados da variedade padrão da língua para se expressar com alguma segurança e sucesso.

Questão 125 - ENEM 2009 (caderno azul)

Com essas abordagens, por meio desses gêneros e o que neles está posto/refletido, o ENEM movimenta sentidos que põem a língua como reflexo da ordem social e, portanto, em havendo modificação na estrutura social, haverá modificação na língua. Efeitos de sentidos que se filiam, inclusive, às discursividades do arcabouço teórico da Sociolinguística, que, entre outros postulados, concebem que a língua é um objeto variável.

Esses aspectos da língua ditos acima, inclusive, podem ser percebidos quando observamos o texto motivador da questão 04 (ENEM 2009/prova cancelada (PC)) que, de alguma forma, tenta viabilizar relações entre língua(gem), usos, sujeito e sociedade, uma vez que há um direcionamento para que o candidato, ao responder à questão, considere a “*linguagem utilizada no poema*”, que o “*eu lírico revela-se como falante de uma variedade linguística específica*” e, portanto, é falante de um grupo social.

<p>Questão 4</p> <p><i>Isquite o que tô dizendo, Seu dotô, seu coroné: De fome tão padecendo Meus fio e minha muié. Sem briga, questão nem guerra, Meça desta grande terra Umás tarefa pra eu! Tenha pena do agregado Não me dêxe deserdado</i></p> <p>PATATIVA DO ASSARÉ. A terra é naturá. In: <i>Cordéis e outros poemas</i>. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2008 (fragmento).</p>	<p>A partir da análise da linguagem utilizada no poema, infere-se que o eu lírico revela-se como falante de uma variedade linguística específica. Esse falante, em seu grupo social, é identificado como um falante</p> <p>(A) escolarizado proveniente de uma metrópole. (B) sertanejo morador de uma área rural. (C) idoso que habita uma comunidade urbana. (D) escolarizado que habita uma comunidade do interior do país. (E) estrangeiro que imigrou para uma comunidade do sul do país.</p>
---	--

Questão 04 - ENEM 2009/Prova Cancelada

As possíveis relações existentes à que nos referimos acima devem direcionar o olhar do leitor para que tenha condições de especificar quem é esse falante (eu lírico), como pode ser demarcado, identificado – via língua(gem) - em meio a outros. Para tanto, o texto oferece marcas linguísticas que ajudariam a determinar que categorização pode ser atribuída a esse falante de uma variedade linguística *específica*.

Essas pistas linguísticas são termos que representam ou se aproximam da maneira como são faladas, tais como: “lscute”, “tô”, “dotô”, “coroné”, “fio”, “muié”. Ou seja, há aqui uma reprodução, via escrita, da fala. A relação oralidade/escrita é, pois, representada na questão em análise.

Fizemos esse preâmbulo para, a partir de então, melhor analisarmos as relações e os efeitos de sentidos da língua inscritos na questão em tela. Inicialmente, afirmamos que o primeiro espaço de significação - texto motivador da questão 04 (ENEM 2009/PC), por se tratar de um trecho de literatura de cordel, abre possibilidades para mobilizar sentidos da língua a finalidades artístico-expressivas e, com isso, alargar os horizontes conceituais acerca da língua e dos seus usos. O texto, portanto, pode(ria) sinalizar para a perspectiva da heterogeneidade.

Agora, analisando o segundo espaço de significação, identificamos marcas que sinalizam para efeitos de heterogeneidade. Expressões como: “*falante de uma variedade linguística específica*” e “*esse falante em seu grupo social...*” são, em nosso entendimento, pistas linguístico-discursivas que se filiam a sentidos heterogêneos de língua observáveis no discurso de teorias sociointeracionistas sobre esse objeto.

No entanto, notamos que o sujeito elaborador da questão, ao tentar estruturar o enunciado em torno das concepções de língua/usos/sujeito/sociedade, atua a partir de uma política de fechamento dos sentidos da/para a língua. Na medida em que atrela os possíveis usos linguísticos (*variedade linguística específica*) a falantes específicos, pertencentes a determinados grupos sociais, há um efeito de homogeneidade atravessando o discurso da “variação” linguística (heterogeneidade) e, com isso, atuando na “formulação” de sentidos que compartimentalizam e codificam a língua.

Notamos, então, um jogo entre sentidos heterogêneos/homogêneos constituindo o discurso de uma língua imaginária – engessada a formas e a falantes específicos. No caso, um “*sertanejo morador de uma área rural*” – possivelmente isolado e sem acesso à escolarização - seria o sujeito que teria condições de se expressar com incorreções e inobservâncias dos postulados “corretos” da língua(gem) (?) – não seriam os postulados da Gramática Tradicional (?).

O percurso discursivo dessa questão movimentava gestos de interpretação que associam ou tratam como sinônimos língua(gem) e “escrita”/convenções ortográficas e léxico-gramaticais. A língua(gem), então, estaria restrita ao espaço de conceituações previstas/homologadas na/pela Gramática Tradicional.

Ainda sobre essa questão, observamos que pode(ria), como dissemos, mobilizar efeitos de sentidos de uma língua heterogênea, uma vez que se alicerça na complexidade que envolve a relação língua(gem)/usos/sujeitos – relação “esboçada” no segundo espaço de significação. Contudo, os sentidos resvalaram para efeitos de exclusão, oposição e homogeneização.

Essa observação nos leva, inclusive, a entrever possibilidades de estabelecer relações de sentidos entre o imaginário tradicional de língua a preconceitos linguísticos. O alcance da Língua correta, pura, livre de deturpações, conforme discursiviza a perspectiva da homogeneidade linguística, apenas seria possível àqueles que não são sertanejos, não moram em uma área rural e não se enquadram na situação do eu lírico.

Esses efeitos de evidência são sustentados à medida que o discurso tradicional atua na produção de um real natural-social-homogêneo, que, entre outras coisas, sustentam condições para o funcionamento de formações imaginárias que tentam

controlar/regular o real da língua – objeto por excelência incompleto, inatingível, inapreensível, fluido (ORLANDI, 1998).

Com vistas a verticalizar nossas análises, de acordo com os objetivos pretendidos para análise desse primeiro espaço de significação, trazemos à tona a questão 92 (ENEM 2009/caderno azul). Situamos o texto motivador como a *representação escrita de uma conversa telefônica* em que, uma vez mais, percebemos o indicativo de uma relação linguística que se situa entre o uso e a adequação. Nesse texto, o diálogo é travado por dois sujeitos situados nas seguintes condições de interlocução: gerente de um banco e cliente/funcionário do mesmo banco em que trabalha a gerente.

A conversa é travada em função do interesse do cliente/funcionário em contrair linha de crédito para aquisição de veículo. Portanto, uma relação comercial perpassa a comunicação instaurada.

<p>Questão 92</p> <p>Gerente – Boa tarde. Em que eu posso ajudá-lo?</p> <p>Cliente – Estou interessado em financiamento para compra de veículo.</p> <p>Gerente – Nós dispomos de várias modalidades de crédito. O senhor é nosso cliente?</p> <p>Cliente – Sou Júlio César Fontoura, também sou funcionário do banco.</p> <p>Gerente – Julinho, é você, cara? Aqui é a Helena! Cê tá em Brasília? Pensei que você inda tivesse na agência de Uberlândia! Passa aqui pra gente conversar com calma.</p> <p>BORTONI-RICARDO, S. M. Educação em língua materna. São Paulo: Parábola, 2004 (adaptado).</p>	<p>Na representação escrita da conversa telefônica entre a gerente do banco e o cliente, observa-se que a maneira de falar da gerente foi alterada de repente devido</p> <ul style="list-style-type: none">A à adequação de sua fala à conversa com um amigo, caracterizada pela informalidade.B à iniciativa do cliente em se apresentar como funcionário do banco.C ao fato de ambos terem nascido em Uberlândia (Minas Gerais).D à intimidade forçada pelo cliente ao fornecer seu nome completo.E ao seu interesse profissional em financiar o veículo de Júlio.
--	--

Questão 92 - ENEM 2009 (caderno azul)

Conforme observamos, o diálogo entre ambos transcorre “seguindo” as convenções sócio comunicativas “previstas” por dois interlocutores que falam a partir de lugares sociais distintos, até que o provável cliente revela-se como um colega de trabalho da gerente. A partir de então, a gerente, por meio da língua(gem), aproxima-se do interlocutor-colega, manifestando-se por meio da modalidade informal da língua (variação diafásica), chegando, inclusive, a “desviar” do assunto que conversavam.

Pelo exposto, é possível afirmar que a mudança que oscilou da formalidade para a informalidade deve-se ao (re)conhecimento da (as)simetria existente entre os interlocutores. Com essa problematização, o texto motivador chama a atenção para o fato de que a língua varia, muda, a depender das condições de comunicação, dos temas/assuntos dialogados por interlocutores/sujeitos sociais que guardam ou não relação de proximidade.

Esses aspectos foram confirmados no enunciado e na alternativa “correta”, visto que indicam que “ *a maneira de falar da gerente foi alterada devido... à adequação de sua fala à conversa com um amigo, caracterizada pela informalidade.*” Com a instauração dessa reflexão, constatamos que os espaços de significação analisados contemplam a complexidade que alicerça as situações sócio discursivas.


Outro aspecto digno de observação é o fato de que o ENEM, ao trazer a representação escrita de uma conversa telefônica, com as especificidades já ditas acima, mobiliza a relação entre língua, gêneros, esfera de comunicação, sujeitos, adequação e modalidades linguísticas. A relação entre esses objetos problematiza a noção de língua/usos e, com isso, analisamos que há a discursivização de efeitos de heterogeneidade.

Esse espaço em análise, pois, se filia à representação de uma língua heterogênea, haja vista que os efeitos de sentidos mobilizados alinham-se à perspectiva da *diferença*, da pluralidade de usos, da dialogia: a língua em exercício por indivíduos que interagem mediante “determinações” sociais.

A língua, assim representada, vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, e não apenas no sistema linguístico abstrato das formas intrasistêmicas. Representações de língua que encontramos em Bakhtin/Voloshinov (1993) que, partindo desse pressuposto, concebe o diálogo (discurso) como um fato concreto, muito complexo e multifacetado, notabilizado pela interação entre o eu e o outro, uma vez que linguagem e sujeito, em um processo de análise, são inseparáveis.

Em busca de regularidades discursivas que confirmem as nossas hipóteses de pesquisa, procedemos, agora, em uma análise mais detida de outra questão que tematiza a relação entre língua/usos formais-informais/adequação, considerando as esferas de comunicação e a variação diamésica (oralidade/escrita). Trata-se da questão 96 (ENEM 2010/caderno azul).

Questão 96



Enquanto isso, na Amazônia, em 2059

ÁRVORE ERA ASSIM, DESSE JEITO, JUQUINHA... TÁ VENDENDO ???

QUE BARATO, VOVÓ !!

MUSEU Arqueológico

BESSINHA. Disponível em: http://pattindica.files.wordpress.com/2009/06/bessinha458904-jpg-imagem_1245119001858.jpeg (adaptado).

As diferentes esferas sociais de uso da língua obrigam o falante a adaptá-la às variadas situações de comunicação. Uma das marcas linguísticas que configuram a linguagem oral informal usada entre avô e neto neste texto é

- A a opção pelo emprego da forma verbal “era” em lugar de “foi”.
- B a ausência de artigo antes da palavra “árvore”.
- C o emprego da redução “tá” em lugar da forma verbal “está”.
- D o uso da contração “desse” em lugar da expressão “de esse”.
- E a utilização do pronome “que” em início de frase exclamativa.

Questão 96 - ENEM 2010 (caderno azul)

Inicialmente, observamos que o gênero textual é uma charge que ironiza a exploração dos recursos ambientais. Nesse texto, lemos o diálogo entre avô e neto que visitam um museu arqueológico (ano de 2059), que guarda uma relíquia: uma árvore – peça desconhecida, até então, pela criança.

O texto situa muito bem o leitor acerca do lugar e dos sujeitos sociais que interagem por meio da língua(gem). Esses elementos linguísticos e extralinguísticos que atuam na “composição” do gênero charge são importantes para a redação do enunciado, uma vez que expressões como “*esferas sociais de uso da língua*”, “*variadas situações de comunicação*”, “*linguagem oral informal*” podem ser melhor compreendidas pelo leitor quando relacionadas com as informações não linguísticas que caracterizam esse gênero.

Essas expressões integram o enunciado que, em nosso entendimento, se estrutura em dois “momentos”: no primeiro, verificamos que se trata de uma sequência declaratória, cujo objetivo pode ser o de contextualizar um conteúdo, um saber a ser aprendido, legitimado. O saber em questão, no caso, diz respeito à “variação” linguística, mediante a observação de que “*As diferentes esferas sociais de uso da língua obrigam o falante a adaptá-la às variadas situações de comunicação*”.

Após a veiculação desse saber, é solicitado ao leitor, no segundo “momento” do enunciado, *o reconhecimento* de uma “*das marcas linguísticas que configuram a linguagem oral informal usada entre avô e neto...*”.

Essas observações nos sugerem que há, aqui, uma relação entre avaliar/ensinar/aprender, haja vista que a questão não só avalia, mas também ensina um saber que se estrutura em torno da problematização acerca da “variação” linguística. Ao que nos parece, o ENEM didatiza um saber para, em seguida, avaliá-lo.

Com isso, vemos sentidos se movendo no entorno dos objetivos do exame instituído pelo Estado, que, através do ENEM, “reconhece” a importância desse saber que, se por ventura, não tenha sido ensinado ao longo da educação básica, o é nesse momento de “avaliação”.

Para chegarmos a essas reflexões que incidem sobre possíveis gestos de interpretação da/sobre a heterogeneidade discursivizados no/pelo ENEM, observamos, entre outras coisas, a constituição discursiva da questão em análise e chamamos a atenção para o fato de que identificamos um discurso que concebe a possibilidade de haver um registro oral *formal*, uma vez que, no enunciado, é mencionada uma modalidade de “linguagem oral *informal*”. Se esta modalidade foi caracterizada pela informalidade é porque, pressupomos, há também, mesmo que não-dito, registros orais formais.

Ao contextualizar e avaliar conhecimentos linguísticos partindo da relação oralidade/(in)formalidade, verificamos a presença de sentidos de uma língua heterogênea observáveis em teorias sociointeracionistas, como a Sociolinguística.

Também percebemos, rastreando marcas linguísticas que constituem a materialidade discursiva em análise, que há, aqui, uma heterogeneidade entre saberes teóricos atuando na formulação desse espaço de significação da língua. Ao trazer à cena do discurso expressões como “esferas sociais”, “uso da língua”, notamos, pois, uma filiação de sentidos ao discurso da teoria bakhtiniana.

Dessa forma, percebemos, mais especificamente, que estão presentes efeitos de sentidos que nos remetem à ideia de auditório social defendida por Bakhtin/Voloshinov (1993). De acordo com essa perspectiva, qualquer enunciação é condicionada pela situação social imediata em que ela se concretiza. Em outros

termos, as ações de linguagem dependem do que o outro com quem interagimos está fazendo naquela situação sociodiscursiva.

Confirma nossa análise, o fato de, na alternativa “correta”, incidirem sentidos que propõem uma consideração da língua(gem) em funcionamento, a partir de um uso real – social e historicamente situada – em que “*o emprego da redução ‘tá’ em lugar da forma verbal ‘está’*” sinaliza para o fato de que “falamos” para um interlocutor específico e, por isso, há uma influência recíproca e dinâmica entre língua/usos/interactantes que enunciam.

Com isso, analisamos que a questão revela uma contextualização sociodiscursiva e um(a) enunciado/alternativa “correta” que demonstram o funcionamento de sentidos heterogêneos da/para a língua, haja vista que discursiviza a linguagem como fenômeno atrelado a esferas sociais de uso da língua, passível a variações e que mantém relação com os sentidos que se constroem entre interlocutores.

Com vistas a discutir um pouco mais possíveis efeitos de heterogeneidade inscritos no *corpus* dessa pesquisa, tomando como ponto de partida as relações entre oralidade/escrita, detemo-nos na questão 99 (ENEM 2010/caderno azul). Observamos, inicialmente, que o texto motivador da questão é um trecho de revista científica destinada a professores, cujo objetivo é problematizar as distinções e/ou aproximações entre oralidade/escrita.

Questão 99

S.O.S Português

Por que pronunciamos muitas palavras de um jeito diferente da escrita? Pode-se refletir sobre esse aspecto da língua com base em duas perspectivas. Na primeira delas, fala e escrita são dicotômicas, o que restringe o ensino da língua ao código. Daí vem o entendimento de que a escrita é mais complexa que a fala, e seu ensino restringe-se ao conhecimento das regras gramaticais, sem a preocupação com situações de uso. Outra abordagem permite encarar as diferenças como um produto distinto de duas modalidades da língua: a oral e a escrita. A questão é que nem sempre nos damos conta disso.

S.O.S Português. Nova Escola. São Paulo: Abril, Ano XXV, nº 231, abr. 2010 (fragmento adaptado).

O assunto tratado no fragmento é relativo à língua portuguesa e foi publicado em uma revista destinada a professores. Entre as características próprias desse tipo de texto, identificam-se as marcas linguísticas próprias do uso

- A regional, pela presença de léxico de determinada região do Brasil.
- B literário, pela conformidade com as normas da gramática.
- C técnico, por meio de expressões próprias de textos científicos.**
- D coloquial, por meio do registro de informalidade.
- E oral, por meio do uso de expressões típicas da oralidade.

Questão 99 - ENEM 2010 (caderno azul)

Notamos também que, ao propor a problematização entre as modalidades de língua mencionadas, o texto chama a atenção para a observação da adequação dessas variantes a situações de usos, sendo, portanto, necessário “*encarar as diferenças como um produto distinto de duas modalidades da língua*”.

Além disso, vimos a emergência de um discurso que mobiliza sentidos em torno de *contínuos de variação* entre tais modalidades e os desdobramentos para o ensino de língua advindos da concepção teórico-metodológica adotada:

“... *fala e escrita são dicotômicas, o que restringe o ensino de língua ao código. Daí vem o entendimento de que a escrita é mais complexa que a fala, e seu ensino restringe-se ao conhecimento das regras gramaticais, sem a preocupação com situações de uso*”. Questão 99 (ENEM 2010/caderno azul).

Considerando esse trecho em destaque, acreditamos que aqui estão materializados efeitos de heterogeneidade.

A partir dessas reflexões, cremos que, uma vez mais, estamos diante de uma questão que manifesta a preocupação do Estado em “ensinar” (e não “apenas” avaliar) um conteúdo que se estrutura em torno do tema da “variação linguística”, por meio da reflexão estabelecida entre gênero/esfera/uso/adequação.

Confirma a nossa ideia o fato de que, no segundo espaço de significação, há, inicialmente, uma sentença declaratória que situa o leitor sobre o gênero do texto motivador, o assunto tratado e o público-alvo para, em seguida, ser solicitado ao leitor a identificação de marcas linguísticas próprias desse texto. Vejamos:

“O assunto tratado no fragmento é relativo à língua portuguesa e foi publicado em uma revista destinada a professores (primeiro momento do enunciado). Entre as características próprias desse tipo de texto, identificam-se as marcas linguísticas próprias do uso técnico, por meio de expressões próprias de textos científicos.” (segundo momento do enunciado). Questão 99 (ENEM 2010/caderno azul).

É possível afirmar, então, que a reflexão instaurada entre os usos orais/escritos e a relação gêneros/esfera/usos atravessou o primeiro e segundo espaços de significação, na medida em que o texto motivador se propôs a discutir essa questão e o enunciado/a alternativa “correta” ilustrou/exemplificou uma possibilidade de adequação da língua a determinadas situações sociodiscursivas.

Aqui, portanto, estão efeitos de sentidos de uma língua heterogênea que se alinham às perspectivas/teorias sociointeracionistas. Vimos que os espaços analisados propõem que a enunciação/manifestação linguística “deve” estar socialmente situada. Assim sendo, toda enunciação está essencialmente ligada ao social. É nele que se manifesta. É a situação na qual ela se concretiza que lhe dá forma, manifestando-se de uma maneira e não de outra (PATRIOTA, 2009).

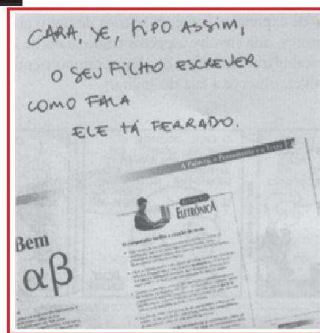
A termos de conclusões parciais, até então, vimos que os espaços de significação analisados, de maneira predominante, discursivizam a heterogeneidade da língua, considerando a relação entre língua/usos/sujeitos/adequação e, com isso, notamos uma filiação de sentidos à ideologia que professa uma língua heterogênea.

Alguns discursos, inclusive, como vimos, são revestidos de um espectro de heterogeneidade, mas, ao mesmo tempo, tentam controlar/regular esse fenômeno, quando instauram categorizações para que essa heterogeneidade seja possível. Ou seja, ainda que a heterogeneidade seja considerada, o é a partir de *formas imaginárias* que tentam regular/determinar os limites e contornos de uma língua que *pode* ser heterogênea.

Partindo dessa ideia e avançando na atividade de análise, percebemos que o discurso do ENEM sobre a língua e sua heterogeneidade é permeado, clivado por outros dizeres. Ou seja, além das regularidades discursivas, estamos nos deparando com a presença/ausência de atravessamentos de/entre discursos, baseados em relações de resistências, silenciamentos e sobreposições de sentidos.

Essas dicotomizações e resistências que estão no entorno constitutivo dos sentidos de/para a língua e sua heterogeneidade também “fazem sentido” na questão 125 (ENEM 2010/caderno azul). Aqui, observamos um movimento de sentidos que sustenta a heterogeneidade da língua, mas, em um mesmo gesto, também (des)legitima e apaga essa heterogeneidade, visto que simplifica e silencia a complexidade da relação entre oralidade e escrita e, dessa forma, atua no engessamento das manifestações linguísticas.

Questão 125



Veja, 7 maio 1997.

Na parte superior do anúncio, há um comentário escrito à mão que aborda a questão das atividades linguísticas e sua relação com as modalidades oral e escrita da língua. Esse comentário deixa evidente uma posição crítica quanto a usos que se fazem da linguagem, enfatizando ser necessário

- A implementar a fala, tendo em vista maior desenvoltura, naturalidade e segurança no uso da língua.
- B conhecer gêneros mais formais da modalidade oral para a obtenção de clareza na comunicação oral e escrita.
- C dominar as diferentes variedades do registro oral da língua portuguesa para escrever com adequação, eficiência e correção.
- D **empregar vocabulário adequado e usar regras da norma padrão da língua em se tratando da modalidade escrita.**
- E utilizar recursos mais expressivos e menos desgastados da variedade padrão da língua para se expressar com alguma segurança e sucesso.

Questão 125 - ENEM 2009 (caderno azul)

Conforme podemos observar, o gênero é um anúncio onde há a simulação de um comentário escrito à mão. Nesse comentário, o código escrito da língua é usado com vistas à representação de “determinada” oralidade. Há, pois, efeitos de oralidade representados na *escrita* de expressões como: “cara”, “tipo assim”, “tá ferrado”.

Percebemos, nas expressões ditas acima, uma aproximação entre oralidade e informalidade e, como efeito resultante do estabelecimento de tal associação, a valorização da escrita, a independer das situações de uso, como um saber denotador de prestígio.

Também lemos no que está dito, nessa materialidade significativa, um não-dito que associa a linguagem escrita a saber, a *status* social, a “se dar bem na vida” em oposição a “tá ferrado”, a não ter conhecimento, não ter *status* social, nem possibilidade de ascensão econômica. Em torno dessa discussão há a ideia de que o domínio da escrita significa o ingresso para o conhecimento, para a civilização e para melhores condições de vida.

Há, aqui, efeitos de sentidos que dicotomizam oralidade e escrita: ao passo que, para aquela, equivalem a informalidade e o desprestígio linguístico; à escrita, cabem os adjetivos de formal e prestígio. À medida que esse discurso se filia a sentidos de uma língua imutável, produz efeitos de evidência de um real natural-social-homogêneo, cujos gestos de interpretação põem a língua numa perspectiva ideal, imaginária, unitária, sem espaço para a heterogeneidade.

Nossas reflexões são confirmadas pelo segundo espaço de significação, especificamente no enunciado, onde lemos que o comentário escrito à mão “*deixa evidente uma posição crítica quanto a usos que se fazem da linguagem...*”. Essa posição crítica incide, muito possivelmente, no fato de que marcas de oralidade, como “tipo assim”, entre outras, devem ser evitadas e/ou expurgadas das manifestações escritas da língua, independentemente da situação sociodiscursiva. Aqui, portanto, detectamos efeitos de homogeneidade da/para a língua.

Curiosamente, também no enunciado, há sentidos que põem a língua numa perspectiva heterogênea, considerando a questão dos gêneros textuais, bem como as modalidades oral e escrita e sua relação com atividades linguísticas. Aspectos que lemos em:

“Na parte superior do anúncio, há um comentário escrito à mão que aborda a questão das atividades linguísticas e sua relação com as modalidades oral e escrita da língua.” Questão 125 (ENEM 2009/caderno azul).

Essa possível confluência discursiva é o indicativo de que o discurso aqui materializado “advém” do entrecruzamento de diversas FDs sobre/da língua que a representam de modos (in)distintos.

Outro aspecto que analisamos é que os efeitos de homogeneidade instaurados a partir da relação oralidade/escrita igualmente se materializam na alternativa “correta”, com o estabelecimento, agora, da associação entre escrita e NP. A configuração discursiva da questão revela-nos que o texto motivador evidencia uma crítica a usos que se fazem da linguagem, com ênfase na necessidade de *“empregar vocabulário adequado e usar regras da norma padrão da língua em se tratando da modalidade escrita.”*

Conforme é possível perceber, aqui se faz uma referência a possíveis características de um vocabulário (in)adequado, uma vez que podemos associar tal (in)adequação às expressões oralizadas pelo/no texto motivador (“cara”, “tipo assim” etc.). Outra observação possível é que não há referência direta a quais regras da NP devem ser usadas e em que situação sociodiscursiva manifesta por meio da variedade escrita da língua.

Acreditamos que, pelo exposto, é possível afirmar que os efeitos de homogeneidade inscritos nessa questão alinham-se a sentidos que concebem a homogeneidade e codificação da língua. O aspecto do engessamento desse objeto, como dissemos, atravessa e constitui, de maneira dominante, o discurso da questão em análise.

Como constatações parciais sobre as análises realizadas, identificamos que há, na escolha temática dos conteúdos referendados nessas questões, uma filiação aos sentidos de língua verificáveis no Interdiscurso de teorias/discursos sociointeracionistas, que, entre outros gestos de interpretação sobre a língua, a concebe como “variável”, segundo certos padrões e de acordo com o estabelecimento

de categorias (sócio)linguísticas, tais como: uso/adequação, variantes sociais, regionais, de registro, idade, gênero, entre outros.

Afirmamos que há modos distintos de representar a heterogeneidade da língua, a depender das filiações de sentidos dominantes que subjazem aos discursos analisados. Com isso, observamos que, na constituição discursiva sobre a língua e sua heterogeneidade, no ENEM, há uma heterogeneidade de filiações de sentidos a teorias que podem representar língua/heterogeneidade a partir do entrecruzamento de “seus” (das teorias) discursos.

Entendemos, ainda, que algumas questões contemplam o fenômeno da heterogeneidade linguística, na medida em que concebem que manifestações da língua(gem) podem ocorrer via modalidade oral, mas, nesse mesmo gesto, controlam/regulam as manifestações orais – quando não associadas a situações menos monitoradas de uso, são discursivizadas de maneira depreciativa. Dessa forma, estão postas como evidentes as relações entre oralidade/informalidade/inculto.

Filiando-se a outros sentidos, está a problematização acerca da modalidade escrita, entendida como a variante em que é possível manifestar-se em situações de usos formais da língua. De maneira predominante, os espaços de significação analisados sinalizam para a escrita como a modalidade correta/adequada para que o desejável exercício da língua seja compatível com as finalidades pretendidas em situações sociodiscursivas que exijam monitoramento.

Interessante observar que, ainda que o conhecimento sobre a adequação linguística tenha sido posto de forma reiterada, o que implicaria na problematização acerca de outras normas da língua, as análises evidenciam gestos de interpretação

que reivindicam a associação entre escrita e NP – relação que analisaremos detidamente mais adiante.

Ainda tratando da relação entre o escrito e o oral, afirmamos que pode nos dá margem para reflexões sobre a língua enquanto fenômeno com muitas possibilidades de realização, inclusive com a fusão de uma modalidade e outra (contínuos de variação). Ou seja, mesmo estando em situação relacionada à modalidade escrita, o usuário da língua pode se manifestar com menor grau de formalidade, como acontece em situações sociodiscursivas em que há simetria entre sujeitos.

Esses foram aspectos que vimos problematizados nas questões 96 e 99 (ENEM 2010/caderno azul) e nas questões 04 (ENEM 2009/PC) e também na questão 92 (ENEM 2009/caderno azul). Elas, de certa forma, sinalizaram para o fenômeno da heterogeneidade linguística, ao trataram da relação entre usos/adequação/sujeito/sociedade/gêneros/esfera, entre outros aspectos.

Em algumas dessas questões, inclusive, há a discursivização de que o falante é “*obrigado*” a adequar os usos da língua a diferentes esferas sociais de comunicação, considerando, para tanto, a relação estabelecida entre os sujeitos que interagem por meio da língua(gem).

Rememoramos essas problematizações para, ao compará-las com a última questão analisada, afirmarmos que estamos confirmando, até então, nossa hipótese de que o ENEM representa língua/heterogeneidade a partir de relações conflitantes calcadas em um jogo de/entre sentidos *unitários/diferentes*. Existe, portanto, um atravessamento de sentidos no/para o funcionamento *polêmico* do discurso sobre a Língua Portuguesa no exame.

Concluimos, parcialmente, que há coexistência de sentidos moventes para tratar da heterogeneidade da língua. O ENEM “faz” funcionar uma discursividade tensa sobre a língua e sua heterogeneidade, haja vista que, no *corpus* já analisado e demonstrado, existem efeitos de sustentação, mas também de apagamento, silenciamento e sobreposição de discursos.

4.1.2 Enunciado e alternativa “correta” – espaço de/para legitimação de saberes da/sobre a língua e sua heterogeneidade

Relembramos que, ao analisar o segundo espaço de significação, intencionamos confirmar o pressuposto de que, aqui, determinados saberes são legitimados por meio da formulação de enunciados que se complementam em uma alternativa tida como “correta”.

Também é válido dizer que consideraremos, para fins de análise, o primeiro espaço de significação, ou seja, faremos uma breve contextualização e análise dos textos motivadores para, em seguida, nos determos na configuração discursiva que alicerça enunciados e alternativas corretas.

Ao iniciar nossa análise sobre o segundo espaço de significação, atentamos para o fato de que os gêneros textuais que constituem os textos motivadores são variados: trecho de uma revista científica, quadrinho, tira, gráfico e trechos de livros, entre outros. A disposição desses gêneros, distintos e de esferas de comunicação diversas, podem vir a constituir sentidos de uma língua heterogênea, à medida que as língua(gens) observáveis em cada um dos gêneros podem ser diferentes, outras.

As questões analisadas e demonstradas são as seguintes:

Questão 7

A escrita é uma das formas de expressão que as pessoas utilizam para comunicar algo e tem várias finalidades: informar, entreter, convencer, divulgar, descrever. Assim, o conhecimento acerca das variedades linguísticas sociais, regionais e de registro torna-se necessário para que se use a língua nas mais diversas situações comunicativas.

Considerando as informações acima, imagine que você está à procura de um emprego e encontrou duas empresas que precisam de novos funcionários. Uma delas exige uma carta de solicitação de emprego. Ao redigi-la, você

- (A) fará uso da linguagem metafórica.
- (B) apresentará elementos não verbais.
- (C) utilizará o registro informal.
- (D) evidenciará a norma padrão.
- (E) fará uso de gírias.

Questão 07 - ENEM 2009/Prova Cancelada

Texto para as questões 100 e 101



XAVIER, C. Quadrinho quadrado. Disponível em: <http://www.releituras.com>. Acesso em: 6 jul. 2009.

Questão 101

Quanto às variantes linguísticas presentes no texto, a norma padrão da língua portuguesa é rigorosamente obedecida por meio

- A do emprego do pronome demonstrativo "esse" em "Por que o senhor publicou esse livro?".
- B do emprego do pronome pessoal oblíquo em "Meu filho, um escritor publica um livro para parar de escrevê-lo!".
- C do emprego do pronome possessivo "sua" em "Qual foi sua maior motivação?".
- D do emprego do vocativo "Meu filho", que confere à fala distanciamento do interlocutor.
- E da necessária repetição do conectivo no último quadrinho.

Questão 101 - ENEM 2009 (caderno azul/questão anulada)

Texto para as questões 121 e 122

Quando eu falo com vocês, procuro usar o código de vocês. A figura do índio no Brasil de hoje não pode ser aquela de 500 anos atrás, do passado, que representa aquele primeiro contato. Da mesma forma que o Brasil de hoje não é o Brasil de ontem, tem 160 milhões de pessoas com diferentes sobrenomes. Vieram para cá asiáticos, europeus, africanos, e todo mundo quer ser brasileiro. A importante pergunta que nós fazemos é: qual é o pedaço de índio que vocês têm? O seu cabelo? São seus olhos? Ou é o nome da sua rua? O nome da sua praça? Enfim, vocês devem ter um pedaço de índio dentro de vocês. Para nós, o importante é que vocês olhem para a gente como seres humanos, como pessoas que nem precisam de paternalismos, nem precisam ser tratadas com privilégios. Nós não queremos tomar o Brasil de vocês, nós queremos compartilhar esse Brasil com vocês.

TERENA, M. Debate. MORIN, E. Saberes globais e saberes locais. Rio de Janeiro: Garamond, 2000 (adaptado).

Questão 122

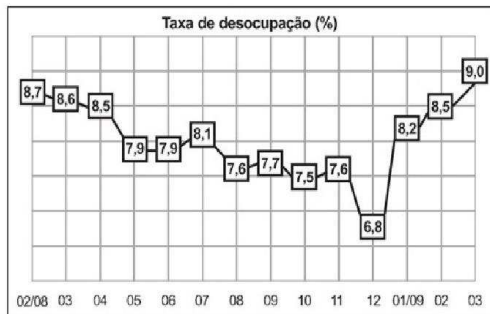
Na situação de comunicação da qual o texto foi retirado, a norma padrão da língua portuguesa é empregada com a finalidade de

- A demonstrar a clareza e a complexidade da nossa língua materna.
- B situar os dois lados da interlocução em posições simétricas.**
- C comprovar a importância da correção gramatical nos diálogos cotidianos.
- D mostrar como as línguas indígenas foram incorporadas à língua portuguesa.
- E ressaltar a importância do código linguístico que adotamos como língua nacional.

Questão 122 - ENEM 2009 (caderno azul)

Questão 33

A figura a seguir trata da "taxa de desocupação" no Brasil, ou seja, a proporção de pessoas desocupadas em relação à população economicamente ativa de uma determinada região em um recorte de tempo.



Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: abr. 2009 (adaptado).

A norma padrão da língua portuguesa está respeitada, na interpretação do gráfico, em:

- (A) Durante o ano de 2008, foi em geral decrescente a taxa de desocupação no Brasil.**
- (B) Nos primeiros meses de 2009, houveram acréscimos na taxa de desocupação.
- (C) Em 12/2008, por ocasião das festas, a taxa de desempregados foram reduzidos.
- (D) A taxa de pessoas desempregadas em 04/08 e 02/09, é estatisticamente igual: 8,5.
- (E) Em março de 2009 as taxas tenderam à piorar: 9 entre 100 pessoas desempregadas.

Questão 33 - ENEM 2009/Prova Cancelada

QUESTÃO 131



VERISSIMO, L. F. As cobras em: Se Deus existe que eu seja atingido por um raio. Porto Alegre: L&PM, 1997.

O humor da tira decorre da reação de uma das cobras com relação ao uso de pronome pessoal reto, em vez de pronome oblíquo. De acordo com a norma padrão da língua, esse uso é inadequado, pois

- A contraria o uso previsto para o registro oral da língua.**
- B contraria a marcação das funções sintáticas de sujeito e objeto.**
- C gera inadequação na concordância com o verbo.
- D gera ambiguidade na leitura do texto.
- E apresenta dupla marcação de sujeito.

Questão 131 - ENEM 2011 (caderno cinza)

QUESTÃO 130

A substituição do haver por ter em construções existenciais, no português do Brasil, corresponde a um dos processos mais característicos da história da língua portuguesa, paralelo ao que já ocorrera em relação à ampliação do domínio de ter na área semântica de “posse”, no final da fase arcaica. Mattos e Silva (2001:136) analisa as vitórias de ter sobre haver e discute a emergência de ter existencial, tomando por base a obra pedagógica de João de Barros. Em textos escritos nos anos quarenta e cinquenta do século XVI, encontram-se evidências, embora raras, tanto de ter “existencial”, não mencionado pelos clássicos estudos de sintaxe histórica, quanto de haver como verbo existencial com concordância, lembrado por Ivo Castro, e anotado como “novidade” no século XVIII por Said Ali.

Como se vê, nada é categórico e um purismo estreito só revela um conhecimento deficiente da língua. Há mais perguntas que respostas. Pode-se conceber uma norma única e prescritiva? É válido confundir o bom uso e a norma com a própria língua e dessa forma fazer uma avaliação crítica e hierarquizante de outros usos e, através deles, dos usuários? Substitui-se uma norma por outra?

CALLOU, D. A propósito de norma, correção e preconceito linguístico: do presente para o passado. In: Cadernos de Letras da UFF, n. 36, 2008. Disponível em: www.uff.br. Acesso em: 26 fev. 2012 (adaptado).

Para a autora, a substituição de “haver” por “ter” em diferentes contextos evidencia que

- A o estabelecimento de uma norma prescinde de uma pesquisa histórica.
- B os estudos clássicos de sintaxe histórica enfatizam a variação e a mudança na língua.
- C a avaliação crítica e hierarquizante dos usos da língua fundamenta a definição da norma.
- D a adoção de uma única norma revela uma atitude adequada para os estudos linguísticos.
- E os comportamentos puristas são prejudiciais à compreensão da constituição linguística.

Questão 130 - ENEM 2012 (caderno azul)

A partir das questões acima, atentamos para o fato de que, com exceção do quadrinho e da tira, que podem representar, por meio da escrita, a oralidade, os demais gêneros situam-se no campo de práticas escritas da língua – aspecto que mobiliza efeitos de sentidos de valoração social para a modalidade escrita, bem como a gêneros que se “estruturam” a partir dessa variante da língua.

No entanto, a modalidade escrita pode servir a fins e usos diferentes – é o que sugere o texto motivador da questão 07. Nele, trata-se da escrita como uma das possibilidades de expressão, com finalidades diversas, tais como: “*informar, entreter, convencer, divulgar, descrever*”. Esse discurso pode fazer emergir gestos de interpretação de uma língua que pode ser adequável a situações de uso, ainda que se manifeste na modalidade escrita – efeitos de sentidos sobre uma língua heterogênea observáveis em teorias sociointeracionistas, a exemplo da Sociolinguística.

Dito isso, passemos, agora, a observar, mais especificamente, o segundo espaço de significação, considerando as questões acima e a finalidade de conhecer como saberes sobre a língua são representados nos enunciados e nas alternativas “corretas”.

Com base nisso, analisamos que, de maneira predominante, mesmo os textos motivadores (ainda que com algumas exceções) tangenciando possibilidades de problematização da língua e da heterogeneidade, o segundo espaço de significação caracteriza-se como um discurso polêmico, uma vez que, de maneira predominante, atua no fechamento dos sentidos de/sobre heterogeneidade.

A atividade de análise nos revelou que, em geral, os espaços analisados, consideram a existência do fenômeno da heterogeneidade da língua, mas, nesse mesmo gesto, silenciam e dão um direcionamento de sentidos pautado na observância da prescrição, enfatizando um só uso linguístico, uma norma apenas - NP. Aspectos que identificamos também nas questões abaixo:

<p>Texto para as questões 121 e 122</p> <p>Quando eu falo com vocês, procuro usar o código de vocês. A figura do índio no Brasil de hoje não pode ser aquela de 500 anos atrás, do passado, que representa aquele primeiro contato. Da mesma forma que o Brasil de hoje não é o Brasil de ontem, tem 160 milhões de pessoas com diferentes sobrenomes. Vieram para cá asiáticos, europeus, africanos, e todo mundo quer ser brasileiro. A importante pergunta que nós fazemos é: qual é o pedaço de índio que vocês têm? O seu cabelo? São seus olhos? Ou é o nome da sua rua? O nome da sua praça? Enfim, vocês devem ter um pedaço de índio dentro de vocês. Para nós, o importante é que vocês olhem para a gente como seres humanos, como pessoas que nem precisam de paternalismos, nem precisam ser tratadas com privilégios. Nós não queremos tomar o Brasil de vocês, nós queremos compartilhar esse Brasil com vocês.</p> <p>TERENA, M. Debate. MORIN, E. Saberes globais e saberes locais. Rio de Janeiro: Garamond, 2000 (adaptado).</p>	<p>Questão 122</p> <p>Na situação de comunicação da qual o texto foi retirado, a norma padrão da língua portuguesa é empregada com a finalidade de</p> <ul style="list-style-type: none">A demonstrar a clareza e a complexidade da nossa língua materna.B situar os dois lados da interlocução em posições simétricas.C comprovar a importância da correção gramatical nos diálogos cotidianos.D mostrar como as línguas indígenas foram incorporadas à língua portuguesa.E ressaltar a importância do código linguístico que adotamos como língua nacional.
---	---

Questão 7

A escrita é uma das formas de expressão que as pessoas utilizam para comunicar algo e tem várias finalidades: informar, entreter, convencer, divulgar, descrever. Assim, o conhecimento acerca das variedades linguísticas sociais, regionais e de registro torna-se necessário para que se use a língua nas mais diversas situações comunicativas.

Considerando as informações acima, imagine que você está à procura de um emprego e encontrou duas empresas que precisam de novos funcionários. Uma delas exige uma carta de solicitação de emprego. Ao redigi-la, você

- (A) fará uso da linguagem metafórica.
- (B) apresentará elementos não verbais.
- (C) utilizará o registro informal.
- (D) evidenciará a norma padrão.
- (E) fará uso de gírias.

Questão 07 - ENEM 2009/Prova Cancelada

Analisaremos conjuntamente essas duas questões por acreditarmos que se constituem a partir de efeitos de sentidos que requerem a identificação da NP a partir de uma finalidade ou de um objetivo pretendido por sujeitos sociais que se encontram inseridos em uma dada situação sociodiscursiva. Com a instauração dessas problematizações, ao que nos parece, notamos efeitos de heterogeneidade, ainda que, com já dissemos, também percebermos uma clara sinalização apenas para possíveis usos da NP.

Essa sinalização se estrutura, no caso da questão 07, a partir de trecho de um comentário (sem possibilidade de identificar em que gênero e suporte circula) em que há a reflexão de que a escrita é uma das formas de expressão e que pode apresentar várias finalidades, tais como: entreter, convencer, divulgar etc. Nesse mesmo texto também há a sugestão para que sejam conhecidas as variedades linguísticas sociais, regionais e de registro enquanto meio possibilitador para o uso da língua nas mais diversas situações comunicativas.

Só, então, após dizer as possíveis “finalidades” da escrita e sugerir que sejam aprendidas as variantes linguísticas, é que o enunciado forja uma situação sociodiscursiva para desencadear na “necessária” utilização da NP. É o que vemos em:

... “imagine que você está à procura de emprego e encontrou duas empresas que precisam de novos funcionários. Uma delas exige uma carta de solicitação de emprego. Ao redigi-la, você... evidenciará a norma padrão”. Questão 07 (ENEM 2009/PC).

Pelo exposto, analisamos que há, nessa questão, confluência de discursos que versam sobre a heterogeneidade da língua, com usos possíveis, sendo, inclusive, a escrita heterogênea, variável, a depender da finalidade pretendida (texto motivador); ao passo que, o segundo espaço de significação limita a escrita a um uso apenas: *a redação de uma carta de solicitação de emprego*, sem maiores explicações acerca de que emprego, para qual empresa – informações caras à adequação da variante a ser utilizada.

Analisamos também que há uma recorrência à NP como a variante em que é possível se apoiar para o estabelecimento de comunicação clara, sem ruídos e para fins formais, adequados a contextos comunicativos que exijam monitoramento linguístico. O padrão da língua é significado enquanto norma capaz de favorecer a compreensão, a nitidez em detrimento do equívoco, da falha. Reflexão que nos remete a uma ideologia que homogeneíza a língua, ao mesmo tempo em que associa pureza e rigor à NP.

Esses aspectos apontados acima também podem ser observáveis no segundo espaço de significação da questão 122 (ENEM 2009/caderno azul). A problematização

em torno da legitimação da NP se estrutura na medida em que o enunciado, inicialmente, afirma que no texto motivador – trecho de um livro que retrata um diálogo entre dois grupos étnicos distintos: índios e não-índios - a NP da língua portuguesa foi empregada com uma finalidade que deve ser reconhecida/identificada pelo leitor a partir do que está expresso em uma alternativa “correta”.

Como já dissemos, entendemos que, quando textualiza que existe uma finalidade para o emprego de uma norma, o enunciado sinaliza para uma perspectiva funcional da variante padrão, ou seja, que ela pode ser usada com vistas a um objetivo ou um fim pretendido, o que demonstra haver gestos de interpretação em torno da relação entre normas e usos. O discurso da heterogeneidade é, portanto, materializado.

“Na situação de comunicação da qual o texto foi retirado, a norma padrão da língua portuguesa é empregada com a finalidade de... situar os dois lados da interlocução em posições simétricas”. Questão 122 (ENEM 2009/caderno azul).

Antes de analisarmos a relação língua/NP/usos, observável na constituição discursiva dessa questão, ressaltamos que não ficou claro o gênero do texto onde é possível observar o emprego da NP. Não entendemos se a questão quer despertar o olhar do leitor para o uso de tal variante em um texto escrito que reproduz um debate ou se a NP foi usada no “próprio” debate entre índios e não-índios.

Caso seja essa última possibilidade, notamos que há efeitos de sentidos que aproximam NP de situações sociodiscursivas *orais* e *formais*. Com isso, analisamos um efeito de heterogeneidade que se situa em torno da relação oralidade/formalidade. Mas, nesse mesmo gesto, também percebemos um atravessamento de/entre sentidos

(heterogêneos/homogêneos) que tem como efeito a legitimação da NP como a variante que permitiria uma comunicação *oralizada, formal* e que situasse em condições simetricamente iguais dois grupos étnicos distintos. A interpretação pode ser: duas etnias são postas em situação de interlocução e apenas a NP permite esse diálogo.

A ideologia da homogeneização, da formalidade linguística, através da NP, é abordada como meio possibilitador de interação e compreensão entre grupos distintos. Em suma, a ideologia subjacente aos enunciados é a de que a NP é a variante que une e aproxima os desiguais (índios/não índios), bem como é a norma cujo conhecimento poderá resultar em condições de empregabilidade e, dessa forma, poderá promover mobilidade/ascensão de uma condição social à outra: (des)-empregado.

Em se tratando da representação da simetria entre interlocutores, observamos que há, no *corpus* dessa pesquisa, outros diferentes gestos de interpretação para esse tema. Conforme analisamos, esses dois enunciados tratam da possibilidade da simetria e da comunicação clara por meio do estabelecimento/conhecimento da NP. Mas, como vimos, na questão 92 (ENEM 2009/caderno azul), a pretendida simetria pode acontecer quando o diálogo é expresso por meio de outras variantes da língua, inclusive caracterizadas pela informalidade.

Dito isso, percebemos, a partir da análise das duas questões que abrem essa seção, que os processos de significação de sujeitos e sentidos foram desconsiderados, ou seja, a história e os processos de identificação e subjetivação dos sujeitos com a “sua” língua dão lugar a uma perspectiva que concebe esse objeto como um código ao qual os falantes recorrem de acordo com o estabelecimento de

nítidos objetivos pretendidos. De acordo com tal concepção, não há quaisquer interferências de ordem político-social e, por isso, os sentidos são transparentes e entre as palavras e as coisas que designam não há atravessamentos de outros gestos, outros sentidos.

A comunicação e suas intenções (seus efeitos de/e sentidos) são, assim, unívocos. A língua(gem), no contexto dessa representação, não oferece lugar a outras interpretações, não falha, não é opaca, não “traí”, não se (res)significa mediante sujeitos e determinações ideológicas; os sentidos são sempre os mesmos, não resvalam, não oferecem lugar a interpretações outras.

Acreditamos, portanto, que a (in)questionável associação entre NP/formalidade/língua resultam de/em gestos de interpretação que não concebem o lugar da heterogeneidade nos processos de significação dos sujeitos e da/para a língua.

No que se refere ao resultado da atividade de análise de outras questões, especificamente, com relação a filiações de sentidos discursivizados com vistas a caracterizar a NP, vale ressaltar que não há reflexão sobre possíveis finalidades sociodiscursivas para a utilização da variante padrão.

Veremos esse aspecto a começar pela análise da questão 131 (ENEM 2011/caderno cinza), cuja composição se dá a partir da desatenção ou do desconhecimento dessa variante da língua. O segundo espaço de significação se estrutura em torno de um texto motivador que representa um diálogo travado entre dois personagens. O gênero desse texto é uma Tira – caracterizado, entre outros aspectos, pelo fato de explorar aspectos humorísticos, críticas e ironias.

QUESTÃO 131



VERISSIMO, L. F. As cobras em: Se Deus existe que eu seja atingido por um raio. Porto Alegre: L&PM, 1997.

O humor da tira decorre da reação de uma das cobras com relação ao uso de pronome pessoal reto, em vez de pronome oblíquo. De acordo com a norma padrão da língua, esse uso é inadequado, pois

- A contraria o uso previsto para o registro oral da língua.
- B contraria a marcação das funções sintáticas de sujeito e objeto.
- C gera inadequação na concordância com o verbo.
- D gera ambiguidade na leitura do texto.
- E apresenta dupla marcação de sujeito.

Questão 131 - ENEM 2011 (caderno cinza)

Aqui, notamos que a pretensão do humor/da ironia característicos do gênero “tira” são construídos a partir da inobservância da utilização da NP. Um dos personagens, ao substituir o pronome oblíquo pelo pronome reto - “Vamos *arrasar eles*” -, é satirizado e convidado a, “antes de *arrasar eles*”, “...*acertar o pronome*”.

Procedendo na análise do enunciado e da alternativa correta, vimos que a utilização do texto motivador, nesse caso, cumpre a função de ilustrar o saber que será legitimado no/pelo segundo espaço de significação. A substituição de um pronome reto por um oblíquo configura(ria) um uso inadequado, de acordo com o que preconiza a NP, visto que “*contraria a marcação das funções sintáticas de sujeito e objeto*”.

Nessa questão, acreditamos que os gestos de interpretação acerca dessa variante associam ou identificam como NP o saber estruturado na/pela GT. Dominar esse saber é *condição para* o uso da NP. Por extensão: é *condição para* não ser


satirizado, para não ser “advertido” diante da inadequação ao utilizar a língua, independente da situação sociodiscursiva.

Avançando na atividade de análise, identificamos outro aspecto: ao solicitarem o reconhecimento da NP, algumas questões elencam aspectos léxico-gramaticais que, supostamente, caracterizariam essa variante da língua. Ou seja, diz respeito ao padrão linguístico as enunciações que observarem os postulados da Gramática Tradicional.

Essas ponderações nos levaram a perceber a presença de um discurso, materializado nesses espaços de significação, que se respalda na subserviência ao que prega a prescrição gramatical como requisito imprescindível para estar – linguisticamente - do lado “correto”, sem infringir aquilo que a gramática “diz que é para ser”, bem como a evidência de que existe uma NP pertencente à ou advinda da gramática.

Essa ideologia nos remete a FDs que, entre outros gestos, concebem que a variante padrão/formal está relacionada apenas à escrita e deve obedecer aos preceitos gramaticais. Veremos essa manifestação ideológica nas questões: 101 (ENEM 2009/caderno azul – questão anulada) e 33 (ENEM 2009/PC).

Texto para as questões 100 e 101



Questão 101

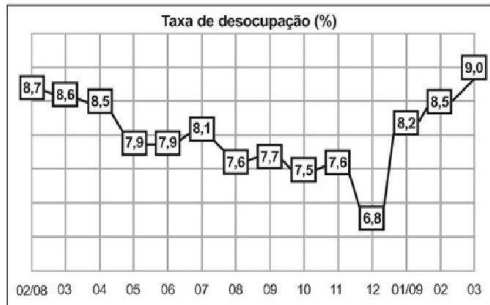
Quanto às variantes linguísticas presentes no texto, a norma padrão da língua portuguesa é rigorosamente obedecida por meio

- A do emprego do pronome demonstrativo “esse” em “Por que o senhor publicou esse livro?”.
- B do emprego do pronome pessoal oblíquo em “Meu filho, um escritor publica um livro para parar de escrevê-lo!”.
- C do emprego do pronome possessivo “sua” em “Qual foi sua maior motivação?”.
- D do emprego do vocativo “Meu filho”, que confere à fala distanciamento do interlocutor.
- E da necessária repetição do conectivo no último quadrinho.

XAVIER, C. Quadrinho quadrado. Disponível em: <http://www.releituras.com>. Acesso em: 5 jul. 2009.

Questão 33

A figura a seguir trata da “taxa de desocupação” no Brasil, ou seja, a proporção de pessoas desocupadas em relação à população economicamente ativa de uma determinada região em um recorte de tempo.



Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: abr. 2009 (adaptado).

Questão 33 - ENEM 2009/Prova Cancelada

A norma padrão da língua portuguesa está respeitada, na interpretação do gráfico, em:

- (A) Durante o ano de 2008, foi em geral decrescente a taxa de desocupação no Brasil.
- (B) Nos primeiros meses de 2009, houveram acréscimos na taxa de desocupação.
- (C) Em 12/2008, por ocasião das festas, a taxa de desempregados foram reduzidos.
- (D) A taxa de pessoas desempregadas em 04/08 e 02/09, é estatisticamente igual: 8,5.
- (E) Em março de 2009 as taxas tenderam à piorar: 9 entre 100 pessoas desempregadas.

A primeira delas tem como texto motivador um quadrinho em que é retratada uma situação em que um escritor é entrevistado por um repórter que questiona a motivação para publicar um livro. Aqui, mais uma vez, deparamo-nos com um texto que situa as condições sociodiscursivas em que se encontram os dois sujeitos que interagem por meio da língua(gem) com finalidades devidamente estabelecidas. Observamos ainda que, por se tratar do gênero *quadrinho*, há a possibilidade de não só tratar da perspectiva da heterogeneidade linguística, como também inserir a heterogeneidade numa situação em que o humor seja contemplado.

No que tange à segunda questão, trata-se de um gráfico cujo objetivo é evidenciar os números correspondentes à taxa de desocupação no país em um determinado recorte de tempo. Aqui, acreditamos também que o ENEM poderia contemplar a perspectiva da heterogeneidade linguística, considerando as características composicionais desse gênero.

No entanto, vimos, no caso do enunciado do primeiro texto, a constituição de um discurso que considera a existência de variedades linguísticas, ao mesmo tempo em que silencia a sua complexidade/problematização, quando solicita o reconhecimento da NP em uma alternativa que melhor represente/obedeça com rigor essa variante.

Quanto ao segundo enunciado, nele, é solicitado ao leitor a interpretação do gráfico em uma alternativa “correta” em que a NP esteja/seja respeitada.

“Quanto às variedades linguísticas presentes no texto, a norma padrão da língua portuguesa é rigorosamente obedecida por meio”... Questão 101 (ENEM 2009/caderno azul – questão anulada).

“A norma padrão da língua portuguesa está respeitada, na interpretação do gráfico, em”... Questão 33 (ENEM 2009/PC).

Em busca de possíveis caracterizações para o obediência rigorosa da e o respeito à NP, deparamo-nos com alternativas que não estabelecem reflexão a partir do texto motivador, tampouco relação com possíveis reflexões sobre que aspectos refletem o rigor e o respeito a essa variante da língua. Ao que nos parece, há uma indeterminação teórico-conceitual presidindo a constituição do discurso dessas questões que solicitam, por meio da observação das alternativas, o reflexo da NP.

Percebemos que não há relação entre usos, escolhas linguísticas de acordo com as finalidades pretendidas para utilização do padrão linguístico, mas tão-somente o estabelecimento de (in)correções, em algumas orações, que devem ser julgadas pelo leitor, tomando como pressuposto os conhecimentos sobre *pronome, pontuação, conjunção, concordância, regência, acentuação etc.*

Assim, as questões em análise discursivizam que os elementos definidores do respeito e do rigor desejáveis à NP são alguns conhecimentos veiculados pela/na GT. Ao se filiar a esse discurso, as questões legitimam, em um só gesto, o lugar de prestígio da GT na definição do que é/pode ser a língua, bem como a importância do saber em torno da NP.

Também analisamos que, mesmo considerando a existência de variedades linguísticas, essas, com exceção da padrão, são silenciadas, na medida em que apenas a NP é digna de conceitualização, de observação, “*respeito*” e “*rigor*”.

Acreditamos que, à medida que o saber da/sobre a NP é legitimado, por meio do silenciamento acerca das demais variantes, o ENEM representa de um modo próprio (político) a língua. O exame diz que se filia a perspectivas heterogêneas sobre a língua, mas nega ou simplifica a complexidade que orbita em torno desse fenômeno e, com isso, controla/regula os sentidos de língua e de heterogeneidade.

Os efeitos de sentidos agenciados aqui nos faz refletir sobre a força imaginária que a NP exerce nas discussões sobre a língua, inclusive no ENEM. Há um ideal de língua em torno da NP - eleita como modelo de perfeição linguística. Muitos são os que se levantam em defesa do “padrão do português”, do que há de mais correto linguisticamente, imaginando que lutam contra potenciais deturpações da língua.

Implícito a esse discurso, está a necessidade de conhecer essa variante para tomar um “lugar social”, poder fazer uso da palavra, posicionar-se e interagir. Dialogar por meio de outra norma seria, do ponto de vista dessa ideologia, incorrer em erros e inviabilizar o diálogo. Portanto, há um modo certo de organizar o raciocínio, de se comunicar. Esse modelo é representado pela NP.

O arcabouço léxico-gramatical, o artificialismo e a natureza abstrata verificáveis nessa norma têm se constituído como uma camisa-de-força da língua, operacionalizando o apagamento de algumas peculiaridades linguísticas e caracterizando-se como instrumento atemporal, deslocado de usos correntes e muito além das possibilidades de realização da grande maioria dos falantes.

Ao refletir sobre essas questões que orbitam no entorno da NP, lembramos que Faraco (*op. cit.*) nos diz:

O padrão não conseguirá jamais suplantar integralmente a diversidade porque, para isso, seria preciso alcançar o impossível (e o indesejável, obviamente): homogeneizar a sociedade e a cultura e estancar o movimento e a história. Mesmo assim, o padrão terá sempre, por coações sociais, certo efeito unificador sobre as demais normas. (FARACO, *op. cit.*, p. 80).

A partir dessa reflexão do autor, pensamos que o ENEM não chegou ao entendimento de que um padrão linguístico é um “ideal” de língua, uma aproximação a que se pode pretender, em determinadas situações interlocutivas, como um *atenuante* da diversidade e heterogeneidade constitutivas da língua. E foi justamente com esse propósito que surgiu o especificador “padrão” para mais uma norma¹⁵ linguística.

Através dos discursos que advogam em favor dessa variante, percebemos a força coercitiva da NP enquanto medida de comportamento linguístico, atuando como um preceito normativo que deve regular e orientar a uniformização do comportamento de falantes. Essa reflexão influencia sobremaneira na constituição identitária de sujeitos alunos e professores, bem como nas práticas escolares de ensino/aprendizagem/avaliação de língua.

¹⁵ Faraco (*op. cit.*) nos informa que a NP sequer pode ser considerada, de fato, uma variante da língua, uma vez que o “padrão” é um construto sócio histórico que serve de referência para estimular um processo de uniformização.

Nesse momento da discussão, é válido (re)lembrar que pressupomos que o discurso do ENEM sobre língua/heterogeneidade é constituído a partir de diversas filiações de sentidos. Consideramos esse pressuposto e identificamos que, mesmo se filiando a discursos homogeneizantes sobre a língua, o ENEM também se alinha a discursos que demonstram reflexão sobre tendências existentes na língua em seu processo de mudança que se opõe ao ideal prescritivo e tradicional. Esses foram aspectos que vimos na questão 130 (ENEM 2012/caderno azul), cujo texto motivador é um trecho de uma obra (artigo científico) intitulada Caderno de Letras da UFF.

Desperta-nos a atenção o título desse artigo: “A propósito de norma, correção e preconceito linguístico: do presente para o passado”, uma vez que, a partir do que nele está posto, percebemos a intenção do ENEM em discutir efeitos de heterogeneidade, considerando a relação entre normas/usos e a dinâmica da língua.

<p>QUESTÃO 130</p> <p>A substituição do haver por ter em construções existenciais, no português do Brasil, corresponde a um dos processos mais característicos da história da língua portuguesa, paralelo ao que já ocorrera em relação à ampliação do domínio de ter na área semântica de “posse”, no final da fase arcaica. Mattos e Silva (2001:136) analisa as vitórias de ter sobre haver e discute a emergência de ter existencial, tomando por base a obra pedagógica de João de Barros. Em textos escritos nos anos quarenta e cinquenta do século XVI, encontram-se evidências, embora raras, tanto de ter “existencial”, não mencionado pelos clássicos estudos de sintaxe histórica, quanto de haver como verbo existencial com concordância, lembrado por Ivo Castro, e anotado como “novidade” no século XVIII por Said Ali.</p> <p>Como se vê, nada é categórico e um purismo estreito só revela um conhecimento deficiente da língua. Há mais perguntas que respostas. Pode-se conceber uma norma única e prescritiva? É válido confundir o bom uso e a norma com a própria língua e dessa forma fazer uma avaliação crítica e hierarquizante de outros usos e, através deles, dos usuários? Substitui-se uma norma por outra?</p> <p><small>CALLLOU, D. A propósito de norma, correção e preconceito linguístico: do presente para o passado. In: Cadernos de Letras da UFF, n. 36, 2008. Disponível em: www.uff.br. Acesso em: 26 fev. 2012 (adaptado).</small></p>	<p>Para a autora, a substituição de “haver” por “ter” em diferentes contextos evidencia que</p> <ul style="list-style-type: none">A o estabelecimento de uma norma prescinde de uma pesquisa histórica.B os estudos clássicos de sintaxe histórica enfatizam a variação e a mudança na língua.C a avaliação crítica e hierarquizante dos usos da língua fundamenta a definição da norma.D a adoção de uma única norma revela uma atitude adequada para os estudos linguísticos.E os comportamentos puristas são prejudiciais à compreensão da constituição linguística.
---	---

Questão 130 - ENEM 2012 (caderno azul)

Conforme percebemos, o primeiro parágrafo do texto discute a substituição da forma *haver* por *ter* enquanto um processo característico da história da língua. Já o segundo parágrafo, levando em conta o que foi exemplificado anteriormente como aspecto que revela a dinâmica da língua, traz uma série de reflexões sobre normas, norma única, uso e bom uso linguístico, entre outras questões que incidem diretamente na complexidade que alicerça o fenômeno da heterogeneidade da/na língua.

Essas reflexões, inclusive, são postas em forma de questionamentos, revelando, então, que, em se tratando das relações entre usos/adequação, *“nada é categórico e um purismo estreito só revela um conhecimento deficiente da língua”*.

Os questionamentos, mais do que evidenciar uma posição crítica sobre discursos puristas e tradicionais, se propõem a despertar no leitor o entendimento de que a mudança da/na língua não significa deturpação, corrupção, mas um processo histórico em que a evolução, o surgimento de novos termos, a partir de outros usos, é indispensável à dinâmica social.

Como se vê, nada é categórico e um purismo estreito só revela um conhecimento deficiente da língua. Há mais perguntas que respostas. Pode-se conceber uma norma única e prescritiva? É válido confundir o bom uso e a norma com a própria língua e dessa forma fazer uma avaliação crítica e hierarquizante de outros usos e, através deles, dos usuários? Substitui-se uma norma por outra? Questão 130 (ENEM 2012/caderno azul).

Logo após a instauração dessa provocação, posta por meio desses questionamentos, vemos a construção de um enunciado que não só busca respostas e a averiguação do entendimento do leitor, mas se propõe a retomar o que foi exemplificado no texto como indicativo de mudança da/na língua.

Para a autora, a substituição de “haver” por “ter” em diferentes contextos evidencia que... os comportamentos puristas são prejudiciais à compreensão da constituição linguística. Questão 130 (ENEM 2012/caderno azul).

Analisamos, ao considerar os dois espaços de significação, que são atravessados por efeitos de heterogeneidade, na medida em que refletem e exemplificam que os processos de mudanças linguísticas não podem ser bloqueados sob a alegação de uma língua pura, codificada e isenta dos reflexos sociais.

Os efeitos de uma língua imaginária são questionados pela exemplificação das formas *ter/haver* enquanto indicativo de que não há uma norma única, mas uma pluralidade delas. Além disso, as normas podem ser entendidas como um conjunto de hábitos linguísticos e isso não implica apreciações pejorativas nem juízo de valor.

Acreditamos que também é importante dizer que, em face da construção dessa questão, bem como de sua configuração discursiva, analisamos que estamos, uma vez mais, diante de uma abordagem que não se propõe a (apenas) avaliar, mas também a ensinar e legitimar o saber da/sobre a heterogeneidade da língua.

A inserção dessa questão, no conjunto das demais analisadas, nos faz constatar a coexistência de discursos atravessados sobre língua/heterogeneidade fazendo funcionar o discurso polêmico do ENEM. Vimos, então, efeitos de heterogeneidade revestidos de homogeneidade, à medida que uma pluralidade de filiações teórico-conceituais acerca da língua são “convocadas” para dizer a língua no exame.

A instauração das estratégias de controle/regulagem da língua e de sua heterogeneidade acontece na medida em que o exame se filia a diferentes discursos

(teorias) sobre a língua que, a seu turno, também demarcam, em seu arcabouço teórico-conceitual, os contornos e limites da heterogeneidade da língua.

À guisa de conclusões parciais, afirmamos que estamos constatando que, as análises demonstradas confirmam, até então, o pressuposto de que o discurso do *corpus* acerca da heterogeneidade da língua é caracterizado por aproximações, entrecruzamentos, resistências e dicotomizações de/entre sentidos.

Dessa forma, portanto, o ENEM “atua” a partir de embates/jogos sobre/entre a *unidade e/ou a diferença para/na* representação - de maneira própria e, por isso, política – da língua. Com isso, analisamos que o exame se reveste de imagens heterogêneas da língua para, ao mesmo tempo, controlar/regular a heterogeneidade linguística. Em outras palavras, o exame “assimila” e se “reveste” de determinadas nuances de/sobre heterogeneidade para, então, ter o arbítrio de dizer o que é/pode ser língua/heterogeneidade. Aqui reside a estratégia de controle/regulagem.

4.1.3 – Alternativas “incorretas” – espaço de significação de outros saberes sobre a língua

Nesse momento de análise, objetivamos discutir como se constituem os discursos sobre saberes e não-saberes (discursividades do erro) sobre a língua. Acreditamos que, por meio da análise das alternativas “incorretas”, poderemos compreender como o ENEM atribui e relaciona sentidos ao que concebe como saberes/não-saberes da língua e de sua heterogeneidade.

Essa análise considerará, mais especificamente, o terceiro espaço de significação que compõe as questões do ENEM – alternativas “(in)corretas”/distratores

– em sua relação constitutiva com os demais espaços de significação, especialmente, com o saber solicitado pelo/no enunciado e com a alternativa “correta”.

A priori, podemos afirmar que, em muito, as alternativas “incorretas” sinalizam para discursos que se alinham a sentidos que põem a língua em uma espécie de camisa de força, como se os sentidos fossem unívocos e estabelecessem relações imediatas/diretas entre os objetos que designam. Explicando melhor: no que tange às modalidades de variação, especialmente ao par oralidade/escrita, as alternativas em análise propõem como evidentes e naturais as relações de sentidos que linearizam oralidade/informalidade/“desprestígio social” e, em outro polo, escrita/formalidade/“prestígio social” .

O terceiro espaço de significação, ora em análise, integra as seguintes questões:

<p>Questão 4</p> <p><i>Iscute o que tô dizendo, Seu dotô, seu coroné: De fome tão padecendo Meus fio e minha muié. Sem briga, questão nem guerra, Meça desta grande terra Umas tarefa pra eu! Tenha pena do agregado Não me dêxe deserdado</i></p> <p>PATATIVA DO ASSARÉ. A terra é naturá. In: <i>Cordéis e outros poemas</i>. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2008 (fragmento).</p>	<p>A partir da análise da linguagem utilizada no poema, infere-se que o eu lírico revela-se como falante de uma variedade linguística específica. Esse falante, em seu grupo social, é identificado como um falante</p> <ul style="list-style-type: none">(A) escolarizado proveniente de uma metrópole.<input checked="" type="radio"/> (B) sertanejo morador de uma área rural.(C) idoso que habita uma comunidade urbana.(D) escolarizado que habita uma comunidade do interior do país.(E) estrangeiro que imigrou para uma comunidade do sul do país.
--	--

Questão 04 - ENEM 2009/Prova Cancelada

Questão 7

A escrita é uma das formas de expressão que as pessoas utilizam para comunicar algo e tem várias finalidades: informar, entreter, convencer, divulgar, descrever. Assim, o conhecimento acerca das variedades linguísticas sociais, regionais e de registro torna-se necessário para que se use a língua nas mais diversas situações comunicativas.

Considerando as informações acima, imagine que você está à procura de um emprego e encontrou duas empresas que precisam de novos funcionários. Uma delas exige uma carta de solicitação de emprego. Ao redigi-la, você

- (A) fará uso da linguagem metafórica.
- (B) apresentará elementos não verbais.
- (C) utilizará o registro informal.
- (D) evidenciará a norma padrão.
- (E) fará uso de gírias.

Questão 07 - ENEM 2009/Prova Cancelada

Texto para as questões 100 e 101



XAVIER, C. Quadrinho quadrado. Disponível em: <http://www.releituras.com>. Acesso em: 5 jul. 2009.

Questão 101

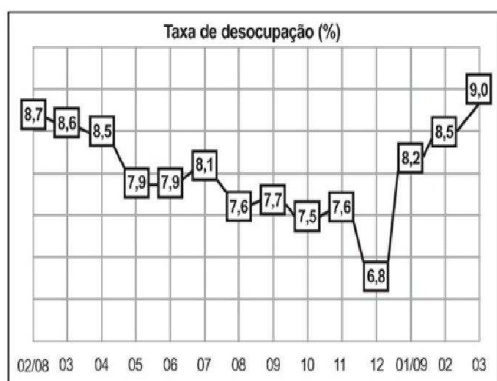
Quanto às variantes linguísticas presentes no texto, a norma padrão da língua portuguesa é rigorosamente obedecida por meio

- (A) do emprego do pronome demonstrativo "esse" em "Por que o senhor publicou esse livro?".
- (B) do emprego do pronome pessoal oblíquo em "Meu filho, um escritor publica um livro para parar de escrevê-lo!".
- (C) do emprego do pronome possessivo "sua" em "Qual foi sua maior motivação?".
- (D) do emprego do vocativo "Meu filho", que confere à fala distanciamento do interlocutor.
- (E) da necessária repetição do conectivo no último quadrinho.

Questão 101 - ENEM 2009 (caderno azul/questão anulada)

Questão 33

A figura a seguir trata da “taxa de desocupação” no Brasil, ou seja, a proporção de pessoas desocupadas em relação à população economicamente ativa de uma determinada região em um recorte de tempo.



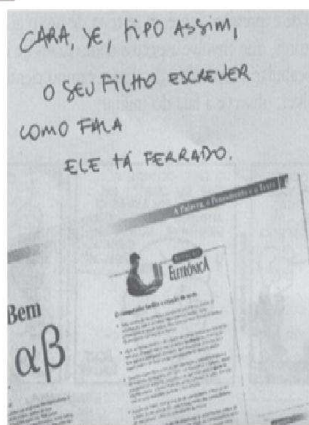
Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: abr. 2009 (adaptado).

A norma padrão da língua portuguesa está respeitada, na interpretação do gráfico, em:

- (A) Durante o ano de 2008, foi em geral decrescente a taxa de desocupação no Brasil.
- (B) Nos primeiros meses de 2009, houveram acréscimos na taxa de desocupação.
- (C) Em 12/2008, por ocasião das festas, a taxa de desempregados foram reduzidos.
- (D) A taxa de pessoas desempregadas em 04/08 e 02/09, é estatisticamente igual: 8,5.
- (E) Em março de 2009 as taxas tenderam à piorar: 9 entre 100 pessoas desempregadas.

Questão 33 - ENEM 2009/Prova Cancelada

Questão 125



Veja, 7 maio 1997.

Na parte superior do anúncio, há um comentário escrito à mão que aborda a questão das atividades linguísticas e sua relação com as modalidades oral e escrita da língua. Esse comentário deixa evidente uma posição crítica quanto a usos que se fazem da linguagem, enfatizando ser necessário

- (A) implementar a fala, tendo em vista maior desenvoltura, naturalidade e segurança no uso da língua.
- (B) conhecer gêneros mais formais da modalidade oral para a obtenção de clareza na comunicação oral e escrita.
- (C) dominar as diferentes variedades do registro oral da língua portuguesa para escrever com adequação, eficiência e correção.
- (D) empregar vocabulário adequado e usar regras da norma padrão da língua em se tratando da modalidade escrita.
- (E) utilizar recursos mais expressivos e menos desgastados da variedade padrão da língua para se expressar com alguma segurança e sucesso.

Questão 125 - ENEM 2009 (caderno azul)

QUESTÃO 106**Até quando?**

Não adianta olhar pro céu
Com muita fé e pouca luta
Levanta aí que você tem muito protesto pra fazer
E muita greve, você pode, você deve, pode crer
Não adianta olhar pro chão
Virar a cara pra não ver
Se liga aí que te botaram numa cruz e só porque Jesus
Sofreu não quer dizer que você tenha que sofrer!

GABRIEL, O PENSADOR. *Seja você mesmo (mas não seja sempre o mesmo)*.
Rio de Janeiro: Sony Music, 2001 (fragmento).

As escolhas linguísticas feitas pelo autor conferem ao texto

- A caráter atual, pelo uso de linguagem própria da internet.
- B cunho apelativo, pela predominância de imagens metafóricas.
- C tom de diálogo, pela recorrência de gírias.
- D espontaneidade, pelo uso da linguagem coloquial.
- E originalidade, pela concisão da linguagem.

Questão 106 - ENEM 2013 (caderno amarelo)

Em linhas gerais, analisamos que as discursividades observadas nesse espaço de significação se filiam a sentidos que irrompem de/em Formações Discursivas homogeneizantes, que também orientam a constituição dos gestos de interpretação sobre a alternativa “correta”, ou seja, que concebem a heterogeneidade linguística ao mesmo tempo em que controlam/regulam essa heterogeneidade, na medida em que movimentam sentidos calcados a partir de caracterizações estanques e dicotômicas.

Chegamos a algumas dessas constatações, nessa análise, considerando os efeitos de sentidos sobre/dos saberes discursivizados na/pela alternativa “correta” em sua relação com as discursividades do erro ou não saberes sobre a língua postos nos/pelos “distratores”. Ao analisar, por exemplo, a configuração discursiva do terceiro espaço de significação da questão 04 (ENEM 2009/PC), verificamos a presença de discursos que, com base em categorias de variação sociolinguística (idade,

escolaridade, localidade etc.), distanciam/aproximam determinados sujeitos sociais a *variedades linguísticas específicas*.

<p>Questão 4</p> <p><i>Iscute o que tô dizendo, Seu dotô, seu coroné: De fome tão padecendo Meus fio e minha muié. Sem briga, questão nem guerra, Meça desta grande terra Umá tarefa pra eu! Tenha pena do agregado Não me dêxe deserdado</i></p> <p>PATATIVA DO ASSARÉ. A terra é naturá. In: <i>Cordéis e outros poemas</i>. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2008 (fragmento).</p>	<p>A partir da análise da linguagem utilizada no poema, infere-se que o eu lírico revela-se como falante de uma variedade linguística específica. Esse falante, em seu grupo social, é identificado como um falante</p> <p>(A) escolarizado proveniente de uma metrópole. <input checked="" type="radio"/> (B) sertanejo morador de uma área rural. (C) idoso que habita uma comunidade urbana. (D) escolarizado que habita uma comunidade do interior do país. (E) estrangeiro que imigrou para uma comunidade do sul do país.</p>
---	---

Questão 04 - ENEM 2009/Prova Cancelada

De acordo com a ótica da reflexão instaurada por essa questão, apenas um *sertanejo morador de uma área rural* pode revelar-se como um falante de expressões como “Iscute”, “dotô”, entre outras. Esse dito mobiliza efeitos de sentidos que também dizem, no contraponto com as demais alternativas, que outros sujeitos sociais estariam distantes ou excluídos de grupos sociais que se expressam oralmente por meio dessas expressões linguísticas. Os distratores nos ensinam que esses sujeitos estariam relacionados a condições sociais e geográficas em que não há espaço para tais expressões orais, conforme vimos por meio da relação ou ausência de relação estabelecida entre língua oralizada e os prováveis falantes:

“Escolarizado/proveniente de uma metrópole; idoso/habitante de uma área rural; escolarizado/habitante do interior; estrangeiro/que imigrou para o sul do país”. Questão 04 (ENEM 2009/PC).

Nesse sentido, percebemos que há uma segregação entre os que sabem/dominam a língua isenta de expressões orais e aqueles a quem foi relegado o não-saber a língua. Aqui está posta, em um mesmo gesto, a segregação social via segregação linguística. A materialização dessa cisão é (im)posta na medida em que as alternativas singularizam determinadas marcas linguísticas a falantes específicos. Aos nordestinos/sertanejos/habitantes da zona rural, competem as expressões estigmatizadas; ao passo que, para aos sujeitos escolarizados/habitantes da zona urbana, a isenção de tais manifestações linguísticas.

Essas dicotomias são reforçadas quando analisamos que alguns distratores tratam a oralidade como uma variante com fins anedóticos, exóticos e diretamente atrelada a falantes específicos que, via de regra, são desprovidos de escolaridade. Essa perspectiva estanque indica que aqui estão materializados gestos de interpretação *unitários* sobre a língua que relacionam a oralidade, o estigma do desprestígio que incide sobre grupos sociais e o não-saber a língua

QUESTÃO 106		As escolhas linguísticas feitas pelo autor conferem ao texto
Até quando?		<input type="radio"/> A caráter atual, pelo uso de linguagem própria da internet.
Não adianta olhar pro céu Com muita fé e pouca luta Levanta aí que você tem muito protesto pra fazer E muita greve, você pode, você deve, pode crer Não adianta olhar pro chão Virar a cara pra não ver Se liga aí que te botaram numa cruz e só porque Jesus Sofreu não quer dizer que você tenha que sofrer!		<input type="radio"/> B cunho apelativo, pela predominância de imagens metafóricas.
		<input type="radio"/> C tom de diálogo, pela recorrência de gírias.
		<input checked="" type="radio"/> D espontaneidade, pelo uso da linguagem coloquial.
		<input type="radio"/> E originalidade, pela concisão da linguagem.
<small>GABRIEL, O PENSADOR. <i>Seja você mesmo (mas não seja sempre o mesmo)</i>. Rio de Janeiro: Sony Music, 2001 (fragmento).</small>		

Questão 106 - ENEM 2013 (caderno amarelo)

Nessa questão, também observamos a presença de um discurso que atrela ou estabelece relações diretas a partir da instauração de determinadas características a “formas” de língua(gem), tais como: atualidade/inovador – linguagem própria da internet; “tom de diálogo” – gírias; espontaneidade – linguagem coloquial.

Esse espaço de significação, além de estabelecer relações a instauração dessas associações unívocas, também atua na formulação de um discurso que inviabiliza possíveis relações entre, por exemplo, a linguagem da internet em uma situação sociodiscursiva que “requer” monitoramento da língua(gem). Com isso, analisamos que há, em jogo, efeitos de sentidos que também uniformizam a língua(gem) e seus usos na internet, sem quaisquer especificações acerca do gênero textual que tem por suporte a rede mundial de computadores.

Também analisamos que há uma indefinição teórico-conceitual acerca de conhecimentos linguísticos observáveis a partir da reflexão sobre gírias, metáforas, coloquialidade, a língua(gem) na (e não dá) internet, concisão linguística. Afirmamos isso com base na construção do texto motivador e no que é solicitado pelo enunciado. Se analisarmos detidamente as possíveis respostas para o que propõe o enunciado, veremos que há mais de uma alternativa que pode ser entendida como “correta”, aceitável.

Portanto, ao tentar sinalizar para possíveis conhecimentos em torno de temas, como gírias, metáforas etc., os sentidos de não-saberes resvalam para possíveis saberes sobre a língua e sua heterogeneidade, ainda que os distratores sejam considerados no campo de discursividades do erro.

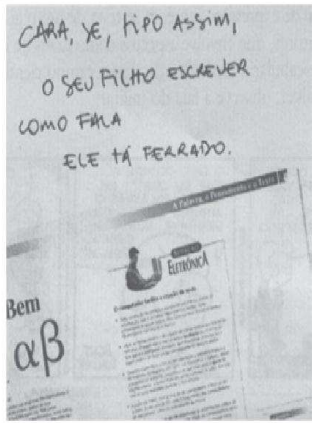
A partir dessa questão, acreditamos que, em se tratando de língua(gem) e sua heterogeneidade constitutiva, não se pode incorrer em formulações de regras

totalizantes e valorização de uma norma, um uso em detrimento de outras(os), por meio da instauração de polos dicotômicos entre modalidades da língua e características estanques.

Dito isso e avançando na atividade de análise, verificamos que o conhecimento sobre possibilidades de uso da linguagem oral teria como resultado o aperfeiçoamento da escrita. Ou seja, a finalidade de conhecer gêneros mais formais da modalidade oral seria para resultar em maior clareza, eficiência e correção na escrita. O conhecimento de modalidades linguísticas outras resultaria ou teria a finalidade de aperfeiçoar a escrita.

Chegamos a essas constatações, ao observar os distratores da questão 125 (ENEM 2009/caderno azul):

Questão 125



Veja, 7 maio 1997.

Na parte superior do anúncio, há um comentário escrito à mão que aborda a questão das atividades linguísticas e sua relação com as modalidades oral e escrita da língua. Esse comentário deixa evidente uma posição crítica quanto a usos que se fazem da linguagem, enfatizando ser necessário

- A implementar a fala, tendo em vista maior desenvoltura, naturalidade e segurança no uso da língua.
- B conhecer gêneros mais formais da modalidade oral para a obtenção de clareza na comunicação oral e escrita.
- C dominar as diferentes variedades do registro oral da língua portuguesa para escrever com adequação, eficiência e correção.
- D empregar vocabulário adequado e usar regras da norma padrão da língua em se tratando da modalidade escrita.
- E utilizar recursos mais expressivos e menos desgastados da variedade padrão da língua para se expressar com alguma segurança e sucesso.

Questão 125 - ENEM 2009 (caderno azul)

A dicotomia estabelecida entre oralidade e escrita é tamanha que, ao que nos parece, os que estão situados no polo *do “saber a língua”* a oralizam com base na escrita e em situações sempre formais. A escrita não pode(ria), então, mudar, variar, adequar-se a contextos sociodiscursivos menos monitorados.

Nesse contexto, analisamos que é reservado, à escrita, o lugar da correção, formalidade e do monitoramento que podem ser alcançados mediante observação acurada de falantes que almejam prestígio social e êxito profissional. Já para oralidade, cabe-lhe o não-lugar da “correção”, do monitoramento.

No mesmo campo onde estão os sentidos no entorno constitutivo da oralidade - o não-saber a língua -, igualmente estão a metáfora, os recursos linguístico-expressivos, as gírias e outros saberes da língua que não têm, socialmente, a mesma relevância e consolidação de determinados conhecimentos, como a escrita/NP, por exemplo. Aspectos também observados em:

Questão 7

A escrita é uma das formas de expressão que as pessoas utilizam para comunicar algo e tem várias finalidades: informar, entreter, convencer, divulgar, descrever. Assim, o conhecimento acerca das variedades linguísticas sociais, regionais e de registro torna-se necessário para que se use a língua nas mais diversas situações comunicativas.

Considerando as informações acima, imagine que você está à procura de um emprego e encontrou duas empresas que precisam de novos funcionários. Uma delas exige uma carta de solicitação de emprego. Ao redigi-la, você

- (A) fará uso da linguagem metafórica.
- (B) apresentará elementos não verbais.
- (C) utilizará o registro informal.
- (D) evidenciará a norma padrão.
- (E) fará uso de gírias.

Analisamos que está posto nos distratores dessa questão a impossibilidade de haver relações linguísticas entre o campo de produções escritas/NP e outros saberes da língua, como as linguagens: metafórica, não verbais, gírias e o registro informal. Esses são saberes que, de acordo com a constituição discursiva da questão, não se relacionam ou não são compatíveis com o conhecimento acerca da escrita/NP, sendo, inclusive, inviável a coexistência de tais saberes, em um “mesmo” gênero textual, como a carta de solicitação, por exemplo.

Notadamente, aqui se materializam efeitos de sentidos homogeneizantes para a língua, à medida que, em um mesmo gesto, esse espaço de significação reitera os saberes legitimados pelo(a) enunciado/alternativa “correta” e também direciona sentidos para a constituição discursiva que representa o não-saber a língua (a discursividade do erro).

Outro aspecto que, inclusive já discutimos durante a análise do segundo espaço de significação, diz respeito à relação evidente estabelecida entre escrita, formalidade e NP. Segundo o que observamos, a escrita “aceitável” e “correta” só acontece se manifestar a uniformidade requerida pela/na NP. Essa variante da língua deve ser respeitada e rigorosamente obedecida.

Em busca de possíveis representações sobre tais “*respeito*” e “*rigor*”, encontramos nas questões 101 (ENEM 2009/caderno azul – questão anulada) e 33 (ENEM 2009/PC) associações a preceitos léxico-gramaticais da Gramática Tradicional como aspectos caracterizadores/identificadores da NP.

Texto para as questões 100 e 101



XAVIER, C. Quadrinho quadrado. Disponível em: <http://www.releituras.com>. Acesso em: 5 jul. 2009

Questão 101

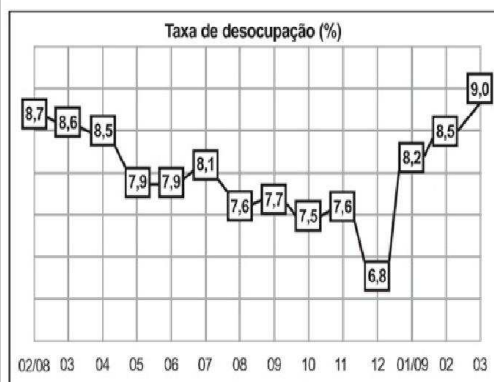
Quanto às variantes linguísticas presentes no texto, a norma padrão da língua portuguesa é rigorosamente obedecida por meio

- A do emprego do pronome demonstrativo "esse" em "Por que o senhor publicou esse livro?".
- B do emprego do pronome pessoal oblíquo em "Meu filho, um escritor publica um livro para parar de escrevê-lo!".
- C do emprego do pronome possessivo "sua" em "Qual foi sua maior motivação?".
- D do emprego do vocativo "Meu filho", que confere à fala distanciamento do interlocutor.
- E da necessária repetição do conectivo no último quadrinho.

Questão 101 - ENEM 2009 (caderno azul/questão anulada)

Questão 33

A figura a seguir trata da "taxa de desocupação" no Brasil, ou seja, a proporção de pessoas desocupadas em relação à população economicamente ativa de uma determinada região em um recorte de tempo.



Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: abr. 2009 (adaptado).

A norma padrão da língua portuguesa está respeitada, na interpretação do gráfico, em:

- Durante o ano de 2008, foi em geral decrescente a taxa de desocupação no Brasil.
- (B) Nos primeiros meses de 2009, houveram acréscimos na taxa de desocupação.
- (C) Em 12/2008, por ocasião das festas, a taxa de desempregados foram reduzidos.
- (D) A taxa de pessoas desempregadas em 04/08 e 02/09, é estatisticamente igual: 8,5.
- (E) Em março de 2009 as taxas tenderam à piorar: 9 entre 100 pessoas desempregadas.

Questão 33 - ENEM 2009/Prova Cancelada

É possível afirmar que o discurso presente nesses distratores sinaliza, entre outras coisas, para saberes normativos presentes na GT e a necessária observação de que, com vistas ao alcance do *respeito* e *rigor* da NP, é preciso conhecer: pronomes, conjunções, pontuação, concordância, regência, crase, entre outros.

Pelo exposto, percebemos que, quando o ENEM solicita do aluno o reconhecimento da NP ou o obediência dessa variante, baseia-se apenas no aspecto léxico-gramatical que supostamente a caracteriza. A filiação de sentidos, então, é advinda da ideologia tradicional, com a sinalização para efeitos de homogeneidade.

Ao refletir sobre as variantes linguísticas, Faraco (*op. cit.*) propõe que não se pode concentrar apenas no estudo de um objeto autônomo e despregado das práticas socioverbais, uma vez que se faz necessário propor a reflexão sobre as variedades da língua em consonância com as práticas socioculturais de usos da linguagem.

Desse modo, esse espaço trata do fenômeno da heterogeneidade muito mais de uma maneira anedótica do que como expressão linguística da história das comunidades de cada região, desconsiderando os processos de identificação e subjetivação dos sujeitos. Com isso, há um reforço de estereótipos e a (in)compreensão de aspectos de ordem histórica, social e cultural que atuam na constituição da língua(gem) e dos sujeitos.

A termos de conclusões parciais, percebemos, por meio da análise realizada, que os gestos de interpretação sobre a língua e sua heterogeneidade advém de FDs homogeneizantes, que concebem a possibilidade de variação da língua, mas, nesse mesmo gesto, discursivizam uma perspectiva ideal e inflexível, haja vista que restringem o fenômeno da heterogeneidade a associações e características

estanques. O entendimento professado por essa ideologia é o de que a língua *até* pode variar, desde que, essa variação seja controlada/normatizada. E aqui está uma estratégia discursiva de controle/regulagem da língua e de sua heterogeneidade.

5 Para efeitos de Conclusão

Após analisar e demonstrar como funciona o discurso polêmico sobre a língua no ENEM e “suas” estratégias de controle/regulagem da heterogeneidade, verificamos que esse exame tem como proposta abordar o fenômeno da heterogeneidade linguística, tomando alguns aspectos para reflexão, como: normas, usos, adequação etc.

Essa reflexão sugere que o ENEM, enquanto política estatal para a educação do país, se filia a sentidos de uma política de significação sobre a língua que concebe o lugar da heterogeneidade na relação entre ensinar/avaliar o conhecimento linguístico. No entanto, a discursivização das questões nos permite constatar que tais abordagens são advindas de filiações de sentidos que também sinalizam para uma perspectiva ideal/imaginária da língua.

Essas observações nos permitem dizer que as representações de língua manifestas no *corpus* dessa pesquisa não concebem as nuances e as complexidades que constituem a heterogeneidade linguística. O discurso sobre a língua é, pois, tenso, conflituoso, na medida em que é atravessado por outros discursos que também dizem a língua e sua heterogeneidade sob a ótica da uniformidade e abstração.

Como aspectos caracterizadores do discurso sobre língua e heterogeneidade do ENEM estão dicotomizações, resistências, silenciamentos, mas também aproximações e entrecruzamentos. Nesse sentido, existem posições em jogo em torno da conceituação da língua e de sua heterogeneidade, ora alinhando-se a sentidos mais reais/flexíveis/heterogêneos (fluidos), ora a sentidos mais ideais/inflexíveis/homogêneos (imaginários).

No que se refere à análise do primeiro espaço de significação, conforme demonstramos, o ENEM se propõe a problematizar a heterogeneidade da língua considerando a relação oralidade/escrita. Os textos motivadores, de maneira geral, sinalizam para a possibilidade de refletir acerca das problematizações que estão no entorno dessa relação.

Além da “exploração” de gêneros textuais diversos, o que denota uma filiação ao discurso das teorias de gênero, notamos que as situações sociodiscursivas formuladas no contexto de representação dos textos motivadores poderiam alicerçar pertinentes reflexões sobre língua e heterogeneidade.

No entanto, não podemos deixar de concluir que, mesmo pretendendo ou parecendo encerrar imagens de uma língua heterogênea, a partir da escolha de alguns textos motivadores, bem como e, sobretudo, na sua problematização, pelo segundo espaço de significação, os sentidos de heterogeneidade foram recobertos de um imaginário de língua homogêneo.

A representação oralidade/escrita, em muitos casos, foi tendenciosa em evidenciar gestos de interpretação que alinham sentidos de formalidade à escrita, ao passo que, para o registro oral, cabem a informalidade, a coloquialidade e o uso de variantes linguísticas distantes do ideal professado pela NP.

Outras representações que detectamos se filiam a sentidos que tratam da oralidade a partir de uma perspectiva anedótica, artística. Notamos que, com vistas a estabelecer relações entre oralidade e informalidade/situações menos monitoradas de uso linguístico, o exame forja situações artificiais (simulacros/textos pretextos). Esses simulacros de uso da língua(gem) chegam a instaurar situações “forçadas” para que a

oralidade se adequa a contextos sociodiscursivos informais e/ou divertidos de exercício da língua(gem).

Essa relevância da escrita sobre a oralidade se constitui como um reflexo do discurso tradicional sobre a heterogeneidade da língua, uma vez que silencia a relação constitutiva, conforme discutimos, entre língua/gêneros/ usos/esfera de comunicação.

Em nosso entendimento, esse silenciamento à que nos referimos constitui-se como um mecanismo de controlar/regular a língua e sua heterogeneidade, haja vista que institui que determinados falares são representados por meio de estereótipos. No caso da oralidade, sempre associada a informal e à inculta. Essa perspectiva desconsidera a noção dos contínuos de variação, a influência dos meios de comunicação em uma sociedade globalizada e, portanto, desconsidera que a língua é um objeto dinâmico, mutável. Aqui está uma representação *imaginária* da língua e de sua heterogeneidade.

No que diz respeito ao segundo espaço de significação, muito claramente notamos que, em geral, “fecham” os sentidos de heterogeneidade, na medida em que concebem a possibilidade de usos possíveis para a língua, mas, ao mesmo tempo, silenciam para representações de outros contextos sociodiscursivos em que outras variantes pudessem ser representadas.

Há, notadamente, uma repetição em torno de usos e adequação da NP, o que, em nosso entendimento, se configura como uma estratégia de controlar/regular a divisão da língua. O exame se reveste de nuances de heterogeneidade, mas silencia o seu aspecto constitutivo – sua complexidade – e direciona para a legitimação de saberes da/sobre a NP.

O aspecto da legitimação de saberes também foi passível de observação a partir do terceiro espaço de significação, quando analisamos que a representação da língua e de sua heterogeneidade, em geral, acontece através da instauração de sentidos dicotômicos e associações estanques entre modalidades da língua(gem)/usos/características.

Essas conclusões nos trazem reflexões sobre a heterogeneidade constitutiva do discurso, tendo em vista sua filiação ao interdiscurso e suas diferentes regionalizações de sentidos (as FDs). As representações da língua e de sua heterogeneidade no discurso do ENEM advêm de diferentes filiações de sentido, concebendo a existência da heterogeneidade linguística, mas, em muitos casos, atrelando essa ideia a perspectivas imaginárias, homogêneas e ideais.

Nesse sentido, acreditamos que as determinações histórico-sociais influenciam na circulação dos discursos. Além disso, cremos que se a heterogeneidade está no centro constitutivo conflituoso da(s) FDs, onde são “produzidos” os discursos, inclusive sobre a língua, as representações de língua/heterogeneidade também são passíveis de se situarem em um terreno de confluências discursivas, “contradições” e heterogeneidades – resultado da filiação do exame às diversas teorias sobre a língua.

Concluimos que há coexistência de sentidos moventes e polêmicos para tratar da heterogeneidade da língua. O ENEM “faz” funcionar uma discursividade tensa sobre a língua e sua heterogeneidade, haja vista que, no *corpus* já analisado e demonstrado, existem efeitos de sustentação, mas também de apagamento, silenciamento e sobreposição de discursos sobre a heterogeneidade.

Faz-se necessário, por fim, pensar os processos linguísticos, de análise da língua, assumindo o “conflito” que é inerente a esse fenômeno. Não existe a

possibilidade de operar com símbolos e formas da linguagem pensando que há ingenuidade ou neutralidade.

As constatações desta pesquisa suscitam implicações para o papel do ENEM, no que tange à reflexão sobre a heterogeneidade linguística, pois se faz necessário repensar o espaço e a contribuição que o exame está oferecendo à pedagogia da “variação” linguística (heterogeneidade).

É preciso, pois, propor a reflexão de que pensar em língua/heterogeneidade dissociada de sociedade é praticamente impossível, haja vista que é pela língua que o sujeito se revela, demonstra suas aptidões e ideologias e, enfim, se socializa. Reconhecer a dimensão político-social, o exterior que a constitui é tarefa necessária para quem não quer incorrer em juízos negativos acerca dos seus vários usos.

É com base nessa ideia que a educação linguística pode protagonizar um papel de superação de barreiras, possibilitando a mobilidade (sócio) linguística de sujeitos sociais, isto é, a garantia de um trânsito amplo e autônomo pela heterogeneidade em que (se) vive.

REFERÊNCIAS

AGUSTINI, Carmen Lúcia Hernandes. A estilística no discurso da gramática. Campinas: Pontes, 2004

ANDRADE, Gisele Gama e RABELO, Mauro Luiz (Org.). A Produção de textos no ENEM: desafios e conquistas. Brasília: UnB, 2007.

ARAÚJO, Denise Lino de. Enunciado de atividades e tarefas escolares: modos de fazer. Olinda: Livro Rápido, 2014.

BRASIL. ENEM: documento básico. Brasília: MEC/INEP, 1998.

_____. ENEM: fundamentação teórico-metodológico. Brasília: MEC/INEP, 2005.

_____. SEMTEC. Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002 a.

_____. Orientações curriculares para o ensino médio: linguagem, códigos e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Básica, 2006. V. I.

_____. Matriz de Referência para o Enem 2009: linguagem, códigos e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2009.

BAGNO, Marcos. A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____. Preconceito Linguístico: o que é, como se faz? São Paulo: Loyola, 1999.

_____. Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

_____. Políticas da norma e conflitos linguísticos. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1995.

BARONAS, Roberto Leiser. Análise de Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. 2 ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

BORTONI, S. M. Nós chegemos na escola, e agora? Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola, 2005.

BRITTO, Luiz Percival Leme. Contra o consenso: cultura escrita, educação e participação. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

CORREA, D. A. A língua como instrumento de relevância social e a integração do conhecimento. In: FARACO, Carlos Alberto [et al.]. A relevância Social da Linguística: linguagem, teoria e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

COSERIU, Eugênio; LAMAS, O. L. Linguagem e política. In: Linguagem e Discurso. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

DE NARDI, Fabiele Stockmans. Entre o desejo da unicidade e o real da língua: o imaginário sobre línguas no processo de ensino-aprendizagem. In: schons, Carme Regina [et al.]. Língua, escola e mídia: em(tre)laçando conceitos e metodologias. Passo Fundo: Ed. Universitária de Passo Fundo, 2011.

FARACO, Carlos Alberto. Norma culta brasileira: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. Por uma pedagogia da variação linguística. In: A relevância Social da Linguística: linguagem, teoria e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

GADET, Françoise; HALK, Tony. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

GERALDI, João Wanderley. Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996.

GREGOLIN, Maria do Rosário. O que quer, o que pode esta língua? Teorias linguísticas, ensino de língua e relevância social. In: FARACO, Carlos Alberto [et al.]. A relevância Social da Linguística: linguagem, teoria e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

GRIGOLETTO, Marisa. A resistência das palavras. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. Português do Brasil: a variação que vemos e a variação que esquecemos de ver. In: O português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

JURADO, Shirley; ROJO, Rojane. A leitura no ensino médio: o que dizem os documentos oficiais e o que se faz. In: BUNZEN, Clécio; MENDONÇA, Márcia (org.). Português no ensino médio e formação do professor. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

KLEIMAN, Angela B. Leitura e prática no desenvolvimento de competências no ensino médio. In: BUNZEN, Clécio; MENDONÇA, Márcia (org.). Português no ensino médio e formação do professor. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

LABOV, Willian. Padrões sociolinguísticos. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. O político na Linguística: processos de representação, legitimação e institucionalização. In: ORLANDI, Eni P. Política linguística no Brasil. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

MAINGUENEAU, Dominique. A cena enunciativa. In: Novas tendências em análise do discurso. 2 ed. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

MARCUSCHI. Beth. O que nos dizem o SAEB e o ENEM sobre o currículo de língua portuguesa para o ensino médio. In: BUNZEN, Clécio; MENDONÇA, Márcia (org.). Português no ensino médio e formação do professor. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

ORLANDI, Eni P. a leitura proposta e os leitores possíveis. In: ORLANDI, Eni P (org.). A leitura e os leitores. Campinas, SP: Pontes, 1998.

_____. Análise de discurso: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2000.

_____. Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. Política linguística no Brasil. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

_____. Discurso em Análise: sujeito, sentido e ideologia. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

_____. Terra à vista: discurso e confronto: velho e novo mundo. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

_____. Discurso e Leitura. 4 ed. São Paulo, Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999.

_____. Análise de Discurso: Michel Pêcheux. 3 ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

_____. Eni P; GUIMARÃES, Eduardo. Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. In: ORLANDI, Eni P. (org.). História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes, Cárceres, MT: Unemat Editora, 2001.

PATRIOTA, Luciene Maria. A gíria comum na interação em sala de aula. São Paulo: Cortez, 2009.

PÊCHEUX, Michel. O discurso: estrutura ou acontecimento. 2 ed. Campinas: Pontes, 1997.

_____. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 4 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

SILVA, Maria Vieira. A escolarização da língua nacional. In: ORLANDI, Eni P. Política linguística no Brasil. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

ANEXOS

Questão 4

*Iscute o que tô dizendo,
Seu dotô, seu coroné:
De fome tão padecendo
Meus fio e minha muié.
Sem briga, questão nem guerra,
Meça desta grande terra
Umaz tarefa pra eu!
Tenha pena do agregado
Não me dêxe deserdado*

PATATIVA DO ASSARÉ. A terra é naturá. In: *Cordéis e outros poemas*.
Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2008 (fragmento).

A partir da análise da linguagem utilizada no poema, infere-se que o eu lírico revela-se como falante de uma variedade linguística específica. Esse falante, em seu grupo social, é identificado como um falante

- (A) escolarizado proveniente de uma metrópole.
- (B) sertanejo morador de uma área rural.
- (C) idoso que habita uma comunidade urbana.
- (D) escolarizado que habita uma comunidade do interior do país.
- (E) estrangeiro que imigrou para uma comunidade do sul do país.

Questão 04 - ENEM 2009/Prova Cancelada

Questão 7

A escrita é uma das formas de expressão que as pessoas utilizam para comunicar algo e tem várias finalidades: informar, entreter, convencer, divulgar, descrever. Assim, o conhecimento acerca das variedades linguísticas sociais, regionais e de registro torna-se necessário para que se use a língua nas mais diversas situações comunicativas.

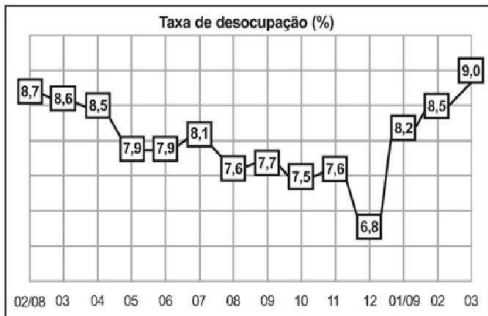
Considerando as informações acima, imagine que você está à procura de um emprego e encontrou duas empresas que precisam de novos funcionários. Uma delas exige uma carta de solicitação de emprego. Ao redigi-la, você

- (A) fará uso da linguagem metafórica.
- (B) apresentará elementos não verbais.
- (C) utilizará o registro informal.
- (D) evidenciará a norma padrão.
- (E) fará uso de gírias.

Questão 07 - ENEM 2009/Prova Cancelada

Questão 33

A figura a seguir trata da "taxa de desocupação" no Brasil, ou seja, a proporção de pessoas desocupadas em relação à população economicamente ativa de uma determinada região em um recorte de tempo.



Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: abr. 2009 (adaptado).

A norma padrão da língua portuguesa está respeitada, na interpretação do gráfico, em:

- (A) Durante o ano de 2008, foi em geral decrescente a taxa de desocupação no Brasil.
- (B) Nos primeiros meses de 2009, houveram acréscimos na taxa de desocupação.
- (C) Em 12/2008, por ocasião das festas, a taxa de desempregados foram reduzidos.
- (D) A taxa de pessoas desempregadas em 04/08 e 02/09, é estatisticamente igual: 8,5.
- (E) Em março de 2009 as taxas tenderam à piorar: 9 entre 100 pessoas desempregadas.

Questão 33 - ENEM 2009/Prova Cancelada

Questão 92

Gerente – Boa tarde. Em que eu posso ajudá-lo?
Cliente – Estou interessado em financiamento para compra de veículo.
Gerente – Nós dispomos de várias modalidades de crédito. O senhor é nosso cliente?
Cliente – Sou Júlio César Fontoura, também sou funcionário do banco.
Gerente – Julinho, é você, cara? Aqui é a Helena! Cê tá em Brasília? Pensei que você inda tivesse na agência de Uberlândia! Passa aqui pra gente conversar com calma.

BORTONI-RICARDO, S. M. Educação em língua materna. São Paulo: Parábola, 2004 (adaptado).

Na representação escrita da conversa telefônica entre a gerente do banco e o cliente, observa-se que a maneira de falar da gerente foi alterada de repente devido

- A** à adequação de sua fala à conversa com um amigo, caracterizada pela informalidade.
- B à iniciativa do cliente em se apresentar como funcionário do banco.
- C ao fato de ambos terem nascido em Uberlândia (Minas Gerais).
- D à intimidade forçada pelo cliente ao fornecer seu nome completo.
- E ao seu interesse profissional em financiar o veículo de Júlio.

Questão 92 - ENEM 2009 (caderno azul)

Questão 96



BESSINHA. Disponível em: http://pattindica.files.wordpress.com/2009/06/bessinha458904-jpg-image_1245119001858.jpeg (adaptado).

Questão 96 - ENEM 2010 (caderno azul)

As diferentes esferas sociais de uso da língua obrigam o falante a adaptá-la às variadas situações de comunicação. Uma das marcas linguísticas que configuram a linguagem oral informal usada entre avô e neto neste texto é

- A a opção pelo emprego da forma verbal "era" em lugar de "foi".
- B a ausência de artigo antes da palavra "árvore".
- C o emprego da redução "tá" em lugar da forma verbal "está".
- D o uso da contração "desse" em lugar da expressão "de esse".
- E a utilização do pronome "que" em início de frase exclamativa.

Questão 99

S.O.S Português

Por que pronunciamos muitas palavras de um jeito diferente da escrita? Pode-se refletir sobre esse aspecto da língua com base em duas perspectivas. Na primeira delas, fala e escrita são dicotômicas, o que restringe o ensino da língua ao código. Daí vem o entendimento de que a escrita é mais complexa que a fala, e seu ensino restringe-se ao conhecimento das regras gramaticais, sem a preocupação com situações de uso. Outra abordagem permite encarar as diferenças como um produto distinto de duas modalidades da língua: a oral e a escrita. A questão é que nem sempre nos damos conta disso.

S.O.S Português. *Nova Escola*. São Paulo: Abril, Ano XXV, nº 231, abr. 2010 (fragmento adaptado).

Questão 99 - ENEM 2010 (caderno azul)

O assunto tratado no fragmento é relativo à língua portuguesa e foi publicado em uma revista destinada a professores. Entre as características próprias desse tipo de texto, identificam-se as marcas linguísticas próprias do uso

- A regional, pela presença de léxico de determinada região do Brasil.
- B literário, pela conformidade com as normas da gramática.
- C técnico, por meio de expressões próprias de textos científicos.
- D coloquial, por meio do registro de informalidade.
- E oral, por meio do uso de expressões típicas da oralidade.

QUESTÃO 106**Até quando?**

Não adianta olhar pro céu
Com muita fé e pouca luta
Levanta aí que você tem muito protesto pra fazer
E muita greve, você pode, você deve, pode crer
Não adianta olhar pro chão
Virar a cara pra não ver
Se liga aí que te botaram numa cruz e só porque Jesus
Sofreu não quer dizer que você tenha que sofrer!

GABRIEL, O PENSADOR. *Seja você mesmo (mas não seja sempre o mesmo)*.
Rio de Janeiro: Sony Music, 2001 (fragmento).

As escolhas linguísticas feitas pelo autor conferem ao texto

- A caráter atual, pelo uso de linguagem própria da internet.
- B cunho apelativo, pela predominância de imagens metafóricas.
- C tom de diálogo, pela recorrência de gírias.
- D espontaneidade, pelo uso da linguagem coloquial.
- E originalidade, pela concisão da linguagem.

Questão 106 - ENEM 2013 (caderno amarelo)

Texto para as questões 121 e 122

Quando eu falo com vocês, procuro usar o código de vocês. A figura do índio no Brasil de hoje não pode ser aquela de 500 anos atrás, do passado, que representa aquele primeiro contato. Da mesma forma que o Brasil de hoje não é o Brasil de ontem, tem 160 milhões de pessoas com diferentes sobrenomes. Vieram para cá asiáticos, europeus, africanos, e todo mundo quer ser brasileiro. A importante pergunta que nós fazemos é: qual é o pedaço de índio que vocês têm? O seu cabelo? São seus olhos? Ou é o nome da sua rua? O nome da sua praça? Enfim, vocês devem ter um pedaço de índio dentro de vocês. Para nós, o importante é que vocês olhem para a gente como seres humanos, como pessoas que nem precisam de paternalismos, nem precisam ser tratadas com privilégios. Nós não queremos tomar o Brasil de vocês, nós queremos compartilhar esse Brasil com vocês.

TERENA, M. Debate. MORIN, E. *Saberes globais e saberes locais*.
Rio de Janeiro: Garamond, 2000 (adaptado).

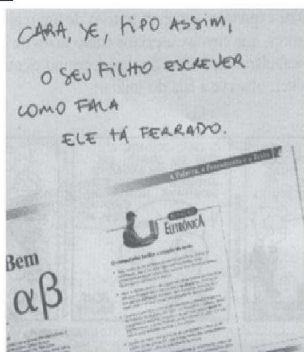
Questão 122

Na situação de comunicação da qual o texto foi retirado, a norma padrão da língua portuguesa é empregada com a finalidade de

- A demonstrar a clareza e a complexidade da nossa língua materna.
- B situar os dois lados da interlocução em posições simétricas.
- C comprovar a importância da correção gramatical nos diálogos cotidianos.
- D mostrar como as línguas indígenas foram incorporadas à língua portuguesa.
- E ressaltar a importância do código linguístico que adotamos como língua nacional.

Questão 122 - ENEM 2009 (caderno azul)

Questão 125



Veja, 7 maio 1997

Na parte superior do anúncio, há um comentário escrito à mão que aborda a questão das atividades linguísticas e sua relação com as modalidades oral e escrita da língua. Esse comentário deixa evidente uma posição crítica quanto a usos que se fazem da linguagem, enfatizando ser necessário

- A implementar a fala, tendo em vista maior desenvoltura, naturalidade e segurança no uso da língua.
- B conhecer gêneros mais formais da modalidade oral para a obtenção de clareza na comunicação oral e escrita.
- C dominar as diferentes variedades do registro oral da língua portuguesa para escrever com adequação, eficiência e correção.
- D empregar vocabulário adequado e usar regras da norma padrão da língua em se tratando da modalidade escrita.
- E utilizar recursos mais expressivos e menos desgastados da variedade padrão da língua para se expressar com alguma segurança e sucesso.

Questão 125 - ENEM 2009 (caderno azul)

QUESTÃO 130

A substituição do haver por ter em construções existenciais, no português do Brasil, corresponde a um dos processos mais característicos da história da língua portuguesa, paralelo ao que já ocorrera em relação à ampliação do domínio de ter na área semântica de "posse", no final da fase arcaica. Mattos e Silva (2001:136) analisa as vitórias de ter sobre haver e discute a emergência de ter existencial, tomando por base a obra pedagógica de João de Barros. Em textos escritos nos anos quarenta e cinquenta do século XVI, encontram-se evidências, embora raras, tanto de ter "existencial", não mencionado pelos clássicos estudos de sintaxe histórica, quanto de haver como verbo existencial com concordância, lembrado por Ivo Castro, e anotado como "novidade" no século XVIII por Said Ali.

Como se vê, nada é categórico e um purismo estreito só revela um conhecimento deficiente da língua. Há mais perguntas que respostas. Pode-se conceber uma norma única e prescritiva? É válido confundir o bom uso e a norma com a própria língua e dessa forma fazer uma avaliação crítica e hierarquizante de outros usos e, através deles, dos usuários? Substitui-se uma norma por outra?

CALLOU, D. A propósito de norma, correção e preconceito linguístico: do presente para o passado. In: Cadernos de Letras da UFF, n. 36, 2008. Disponível em: www.uff.br. Acesso em: 26 fev. 2012 (adaptado).

Para a autora, a substituição de "haver" por "ter" em diferentes contextos evidencia que

- A o estabelecimento de uma norma prescinde de uma pesquisa histórica.
- B os estudos clássicos de sintaxe histórica enfatizam a variação e a mudança na língua.
- C a avaliação crítica e hierarquizante dos usos da língua fundamenta a definição da norma.
- D a adoção de uma única norma revela uma atitude adequada para os estudos linguísticos.
- E os comportamentos puristas são prejudiciais à compreensão da constituição linguística.

Questão 130 - ENEM 2012 (caderno azul)

QUESTÃO 131



VERÍSSIMO, L. F. As cobras em: Se Deus existe que eu seja atingido por um raio. Porto Alegre: L&PM, 1997.

O humor da tira decorre da reação de uma das cobras com relação ao uso de pronome pessoal reto, em vez de pronome obliquo. De acordo com a norma padrão da língua, esse uso é inadequado, pois

- A) contraria o uso previsto para o registro oral da língua.
- B) contraria a marcação das funções sintáticas de sujeito e objeto.
- C) gera inadequação na concordância com o verbo.
- D) gera ambigüidade na leitura do texto.
- E) apresenta dupla marcação de sujeito.

Questão 131 - ENEM 2011 (caderno cinza)

Texto para as questões 100 e 101



XAVIER, C. Quadrinho quadrado. Disponível em: <http://www.releituras.com>. Acesso em: 5 jul. 2009.

Questão 101

Quanto às variantes linguísticas presentes no texto, a norma padrão da língua portuguesa é rigorosamente obedecida por meio

- A) do emprego do pronome demonstrativo "esse" em "Por que o senhor publicou esse livro?".
- B) do emprego do pronome pessoal obliquo em "Meu filho, um escritor publica um livro para parar de escrevê-lo!".
- C) do emprego do pronome possessivo "sua" em "Qual foi sua maior motivação?".
- D) do emprego do vocativo "Meu filho", que confere à fala distanciamento do interlocutor.
- E) da necessária repetição do conectivo no último quadrinho.

Questão 101 - ENEM 2009 (caderno azul/questão anulada)